



## Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

### Diário da Sessão

VI Legislatura

Número: 65

III Sessão Legislativa

Horta, Quinta-Feira, 28 de Janeiro de 1999

**Presidente:** *Deputado Humberto Melo (Substituído no decorrer da Sessão pelo Vice-Presidente, Deputado António Gomes).*

**Secretários:** *Deputados José Ramos Aguiar e Natividade Luz.*

### SUMÁRIO

*Os trabalhos iniciaram-se pelas 10, 25 horas.*

#### **Período de Antes da Ordem do Dia.**

Neste período proferiram intervenções sobre o cancelamento da transmissão televisiva do debate sobre o Relatório da Comissão Eventual da Acção Governativa dos Estragos causados pelo Sismo de 9 de Julho, os Srs. Deputados Victor Cruz (PSD), Paulo Valadão (PCP), Alvarino Pinheiro (PP) e Fernando Meneses (PS).

#### **Ordem do Dia**

Como primeiro ponto da ordem de trabalhos, deu-se continuação ao debate sobre o **Relatório Comissão Eventual da Acção Governativa dos Estragos causados pelo Sismo de 9 de Julho**, tendo intervido no debate os Srs. Deputados Paulo Valadão (PCP), Eugénio Leal (PSD), Rui Pedro Ávila (PS), João Greves (PP), Fernando

Menezes (*PS*), Madrugada da Costa (*PSD*), Nuno Almeida e Sousa (*Indep.*), Duarte Freitas (*PSD*), Joaquim Ponte (*PSD*), João Cunha (*PSD*), Dionísio de Sousa (*PS*), Jorge Valadão (*PSD*), bem como os Srs. Secretário Regionais da Habitação e Equipamentos (*José Contente*), da Agricultura, Pescas e Ambiente (*Fernando Lopes*) e Adjunto da Presidência (*Francisco Coelho*).

Neste período foram ainda apreciados e votados os seguintes diplomas:

- **Proposta de Resolução** que fixa a composição das Comissões Permanentes.

Tendo sido submetida à votação, mereceu a mesma a unanimidade da Câmara.

- Proposta de Decreto Legislativo Regional sobre "**Observação de cetáceos**"

Após a apresentação feita pelo Sr. Secretário Regional da Economia (*Duarte Ponte*), proferiram intervenções sobre a mesma os Srs. Deputados Rui Pedro Ávila (*PS*), Alvarino Pinheiro (*PP*), Fernando Menezes (*PS*), Paulo Valadão (*PCP*), Nuno Almeida e Sousa (*Indep.*), Eugénio Leal (*PSD*), Sidónio Bettencourt (*PSD*), Augusto Elavai (*PS*).

Submetido à votação foi a mesma aprovada, tanto na generalidade como na especialidade, por unanimidade.

Proferiram declarações de voto os Srs. Deputados Manuel Serpa (*PS*) e Manuel Azevedo (*PSD*).

- Proposta de Decreto Legislativo Regional que "**Extingue o Serviço Regional de Protecção Civil dos Açores e Inspeção Regional de Bombeiros dos Açores e cria em sua substituição o Serviço Regional de Protecção Civil e Bombeiros dos Açores**".

Após a apresentação feita pelo Sr. Secretário Regional da Habitação e Equipamentos (*José Contente*), intervieram na discussão deste diploma os Srs. Deputados Rui Pedro Ávila (*PS*), Manuel Azevedo (*PSD*), Paulo Valadão (*PCP*) e Nuno Almeida e Sousa (*Indep.*).

Submetida à votação foi a mesma aprovada por unanimidade, tanto na generalidade como na especialidade.

- Projecto de Decreto Legislativo Regional sobre "**Recuperação de Habitação Degradada - Colaboração Governo Regional/Autarquias**".

Depois da apresentação do diploma feita pelo Sr. Deputado José Manuel Bolieiro (*PSD*), proferiram intervenções sobre o mesmo os Srs. Deputados Paulo Valadão (*PCP*), Vasco Cordeiro (*PS*), Ana Carolina (*PSD*), Nuno Almeida e Sousa (*Indep.*), Jorge Valadão (*PSD*) e ainda o Sr. Secretário Regional da Habitação e Equipamentos (*José Contente*).

Submetido à votação foi o mesmo aprovado por maioria, tanto na generalidade como na especialidade.

- Pedido de urgência e dispensa de exame em comissão sobre as Propostas de Decreto Legislativo Regional, "**Medidas complementares de luta contra a encefalopatia espongiiforme bovina**" e "**Medidas de defesa da saúde pública e animal no domínio das encefalopatias espongiiformes**".

Sobre este pedido de urgência intervieram os Srs. Deputados José Élio Valadão (*PS*), Nuno Almeida e Sousa (*Indep.*), António Almeida (*PSD*), Paulo Valadão (*PCP*), Alvarino Pinheiro (*PP*), Jorge Valadão (*PSD*) e ainda o Sr. Secretário Regional da Agricultura Pescas e Ambiente (*Fernando Lopes*).

Proferiu declaração de voto sobre o mesmo, o Sr. Deputado Paulo Valadão (*PCP*).

- Proposta de Decreto Legislativo Regional "**Medidas complementares de luta contra a encefalopatia espongiiforme bovina**".

A sua apresentação coube ao Sr. Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente (*Fernando Lopes*), proferindo intervenções sobre a mesma os Srs. Deputados Paulo Valadão (*PCP*), António Almeida (*PSD*) e José Élio Valadão (*PS*).

A presente proposta foi aprovada, tanto na generalidade como na especialidade, por unanimidade.

- Proposta de Decreto Legislativo Regional "**Medidas de defesa da saúde pública e animal no domínio das encefalopatias espongiiformes**".

Após a apresentação feita pelo Sr. Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente (*Fernando Lopes*), proferiram intervenções sobre a mesma os Srs. Deputados Paulo Valadão (*PCP*), António Almeida (*PSD*) e José Élio Valadão (*PS*).

Submetida à votação a mesma foi aprovada por unanimidade, tanto na generalidade como na especialidade.

- Proposta de Decreto Legislativo Regional que "**Define o regime de autonomia, administração e gestão dos estabelecimentos do 2.º e 3.º ciclos dos ensino básico e secundário bem como das escolas básicas integradas**".

A presente Proposta foi apresentada pelo Sr. Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais (*Álamo de Meneses*), tendo produzido intervenções sobre a mesma os Srs. Deputados Jorge Valadão (*PSD*), Fernando Menezes (*PS*), Paulo Valadão (*PCP*), Francisco Sousa (*PS*), Victor Cruz (*PSD*) e Aurélio da Fonseca (*PSD*).

Submetida à votação foi a mesma aprovada por maioria, tanto na generalidade como na especialidade.

Produziu declaração de voto o Sr. Deputado Aurélio da Fonseca (*PSD*).

- **Proposta de Resolução apresentada pela Mesa que declara findo o Período Legislaivo de Janeiro.**

A presente proposta foi aprovada por unanimidade.

*(Os trabalhos terminaram às 22,25 horas).*

---

**Presidente:** Muito bom dia, Srs. Deputados.

Vamos dar início à chamada.

*(Eram 11,45 horas)*

*Procedeu-se à chamada à qual responderam os seguintes Deputados:*

**Partido Socialista (PS)**

**António** das Neves Lopes **Gomes**

**António** José Tavares de **Loura**

António Manuel da **Silva Melo**

**Augusto** António Rua **Elavai**

**Carlos** Alberto da Costa **Fraga**

**Dionísio** Mendes de **Sousa**

**Fernando** Manuel Machado **Menezes**

**Francisco** Cardoso Pereira **Oliveira**  
**Francisco** Couto de **Sousa**  
**João Carlos** do Couto **Macedo**  
**João** Manuel Pereira **Forjaz de Sampaio**  
José **Élio Valadão** Ventura  
**José Humberto** de Medeiros **Chaves**  
**José do Nascimento Ávila**  
**João Luís** Sanchez dos **Santos**  
**Luís** Machado **Resendes**  
**Manuel** Goulart **Serpa**  
Manuel **Herberto** da **Rosa**  
Maria **Fernanda** da Silva **Mendes**  
Maria da **Natividade** da **Luz**  
**Rui Pedro** Lopes Machado **Ávila**  
**Vasco** Ilidio Alves **Cordeiro**

***Partido Social Democrata (PSD)***

**Aires** António Fagundes **Reis**  
Alberto Romão **Madruga da Costa**  
**António** Manuel Silva **Almeida**  
**António** Manuel Goulart Lemos de **Meneses**  
**Aurélio** Henrique Silva Franco **da Fonseca**  
**Berta** Maria Correia de Almeida Melo **Cabral**  
**Duarte** Nuno de **Ávila** Martins de **Freitas**  
**Francisco Xavier** Araújo Rodrigues  
**Humberto** Trindade Borges de **Melo**  
**João** Manuel Bettencourt **Cunha**  
**Joaquim** Carlos Vasconcelos da **Ponte**  
**José Ramos Aguiar**  
**José Francisco** Salvador **Fernandes**  
**José Manuel** Cabral Bolieiro **Dias**

**José Manuel Avelar Nunes**

**José Maria Bairos**

**Manuel Teixeira Brasil**

**Manuel da Silva Azevedo**

**Mark Silveira Marques**

**Sidónio Manuel Moniz Bettencourt**

**Victor do Couto Cruz**

***Partido Popular (PP)***

**Alvarino Manuel Meneses Pinheiro**

**João Maria Fraga Greves**

***Partido Comunista Português (PCP)***

**Paulo António de Freitas Valadão**

***Deputado Independente (Indep.)***

**Nuno Alberto Barata Almeida e Sousa**

**Presidente:** Estão presentes 50 Srs. Deputados.

Declaro aberta a Sessão. Pode entrar o público.

Antes de dar início aos nossos trabalhos, quero prestar uma informação à Câmara das razões que levaram a que os nossos trabalhos se iniciassem mais tarde.

Chegou aqui ao conhecimento dos deputados e dos líderes parlamentares e à própria Mesa que a televisão ontem tinha anunciado que hoje os nossos trabalhos seriam transmitidos em directo.

Entretanto, circulou aqui rumores que estava tudo preparado para a transmissão em directo, mas que, de facto, a transmissão não se efectuará, por uma decisão da Direcção de Informação.

Reunimos a Conferência e tentámos saber o que é que se passava e acabámos de saber há pouco minutos que os trabalhos seriam transmitidos em directo a partir de agora.

Ficou assente em Conferência que havia Período de Antes da Ordem do Dia e para o efeito estão abertas as inscrições.

Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Victor Cruz.

**Deputado Victor Cruz (PSD):** Sr. Presidente, Sr. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Esta interrupção dos nossos trabalhos merece uma justificação, desde logo, perante todos os colegas deputados, porque estivemos em Conferência de Líderes, e também perante o povo açoriano que ontem pensava assistir, a partir das 10 horas, em directo aos trabalhos do Parlamento e que hoje, afinal de contas, só começa a assistir a estes trabalhos do Parlamento quando já são quase 12 horas.

Ante de mais, quero esclarecer que a questão da televisão e as transmissões televisivas não são o principal tema político de que esta Assembleia se deve ocupar, mas também não é um tema marginal ou secundário, porque a ressonância pública dos trabalhos parlamentares é, desde logo, uma questão essencial para a visibilidade, prestígio e credibilidade do Parlamento.

Não sendo, portanto, o coração das nossas preocupações, não deve deixar de merecer também a nossa própria reflexão, isto, em primeiro lugar, para que fique claro.

Em segundo lugar, o Parlamento deve preocupar-se com a sua própria imagem, deve exortar toda a comunicação social para que exerça as suas funções com imparcialidade, deve fazer tudo o que for possível para que as transmissões dos trabalhos parlamentares sejam, de facto, um contributo positivo da televisão para o Parlamento e também para a política açoriana, mas não deve o Parlamento preocupar-se em condicionar critérios jornalísticos. O Parlamento não está interessado nisso. O Grupo Parlamentar não está também interessado nisso e mesmo que estivesse, isso, felizmente, em democracia não era possível.

Acontece, porém, que há um dado que merece uma explicação:

Ontem a RTP-Açores transmitiu em directo o início do debate sobre os trabalhos da Comissão de Acompanhamento da Reconstrução.

Ontem para a RTP-Açores este debate era importante, daí ter transmitido em directo. A própria RTP-Açores ontem disse que transmitiria hoje de manhã em directo os debates sobre o mesmo tema.

Qual não é o nosso espanto quando tudo nos levou a crer que afinal a RTP-Açores não ia fazer transmissão em directo e os deputados legitimamente questionaram pela razão de tal decisão.

Questionada a televisão sobre uma pergunta simples que é: dá ou não em directo os trabalhos desta manhã parlamentar sobre a reconstrução e essa pergunta não uma intromissão em critérios jornalísticos, mas é também uma pergunta legítima, porque a televisão está a transmitir os trabalhos do Parlamento e o Parlamento pode perfeitamente perguntar: dá ou não dá em directo, sobretudo depois de ter dito que ia dar, qual não é o nosso espanto que a partir de reuniões prolongadas para se saber se afinal dava ou não em directo, que o representante da RTP-Açores, na Horta, não sabe responder, que remete tudo para critérios jornalísticos e isso é um facto inexplicável e continua sem explicação.

Perante isto e para que não se diga que o Parlamento começa os seus trabalhos uma hora e tal depois por qualquer razão, é preciso que fique claro que o Grupo Parlamentar do PSD estranha que, depois de ter anunciado que os trabalhos iam ser dados em directo, a televisão, numa primeira fase, tenha dado a entender que não dava e quando se faz a simples pergunta de se estes debates parlamentares vão ou não ser transmitidos, é preciso reuniões da Direcção ou seja de quem for em S. Miguel e o próprio representante da televisão, quando tudo está preparado tecnicamente para dar em directo, fica sem saber o que responder.

Sr. Presidente, Srs. Deputado, Srs. Membros do Governo:

Quem estava preparado para dar em directo um debate, devia saber responder no minuto seguinte se dava o não dava em directo o debate. Isso é estranho. Isso continua sem explicação e isso não é por uma questão marginal, é também o apelo que fazemos à imagem do Parlamento, à imparcialidade da comunicação social, tanto mais quando se trata de um serviço público que é a RTP-Açores. Por isso o Parlamento, cada dia que passa, tem mais necessidade de definir critérios o mais objectivos possíveis e conjugá-los com os critérios jornalísticos que não são



sindicáveis por parte do Parlamento, mas que devem merecer a preocupação do Parlamento.

Infelizmente, a televisão, para bem da sua própria imagem e para a credibilidade da sua imparcialidade, não soube e ainda a não respondeu a isto, o que significa que, na nossa opinião, Grupo Parlamentar do PSD, temos legítimas suspeitas perante a RTP-Açores, enquanto esta não disser publicamente por que é que levou tanto tempo para responder a uma questão tão simples quanto aquela que enunciei.

Portanto, é com muito desagrado que me levanto nesta bancada para falar sobre este assunto, porque nós temos outros assuntos mais importantes para falar.

É com desagrado que os trabalhos parlamentares já não estão quase no fim dos nossos debates sobre a reconstrução.

Infelizmente, é com muito desagrado que a RTP-Açores não queira ou, porventura, não possa defender-se e enquanto for assim só merece um juízo de suspeita por parte do Grupo Parlamentar do PSD.

Estamos disponíveis para que, explicado o tema, retiremos toda e qualquer suspeita. Sem explicações só posso dizer que duvido legitimamente da imparcialidade da RTP-Açores sobre as transmissões em directo deste debate.

**Vozes da bancada do PSD:** *Muito bem! Muito bem!*

*(Aplausos das bancadas do PSD e do PP)*

**Presidente:** Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

**Deputado Paulo Valadão (PCP):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Julgo que todos nós e dum modo geral toda a sociedade reconhece a importância que a comunicação social hoje tem. Por isso mesmo, a cobertura dos nossos trabalhos por parte da comunicação social é de importância reconhecida.

Ontem o início do debate sobre o sismo foi transmitido em directo, tendo a RTP-Açores transmitido a intervenção do Sr. Deputado que apresentou o relatório da Comissão, a intervenção do Sr. Deputado Duarte Freitas e a intervenção do Sr.

Secretário Regional. A partir da intervenção do Sr. Secretário Regional foi cortado o debate sobre esta matéria.

No entanto, foram criadas expectativas em relação à transmissão do debate sobre esta matéria do sismo e, desde já, se a matéria criou a expectativa que criou em toda a população, isso deve-se fundamentalmente àquilo que toda a comunicação social, duma maneira geral, e em especial da RTP-Açores refere sobre esta matéria, ou seja, ainda no passado Sábado um órgão de comunicação social perguntou-me quais seriam as matérias mais importantes que se iam discutir neste Parlamento e na altura respondi, e em consciência entendia e entendo, que seriam aquelas que dizem respeito à Protecção Civil e à Educação que estavam agendadas como Decreto Legislativo Regional.

No entanto, a expectativa criada na sociedade foi, de facto, em relação ao debate do sismo e ainda hoje de manhã, por todo o lado, nos mais diversos locais públicos se falava sobre o debate de ontem, sobre a parte da interrupção de parte do debate de ontem e sobre a continuação do debate de hoje.

Por isso mesmo, foi com espanto que nós soubemos, quando fomos convocados para a Conferência, que teria havido uma alteração em relação a esta matéria.

Portanto, nós entendemos que, em relação às transmissões directas que se fazem através da RTP-Açores, devem haver critérios perfeitamente claros e definidos e têm que ser conhecidos de todos e pensamos, fundamentalmente, que ao serem estabelecidos critérios eles não podem ser subvertidos.

Nós, da nossa parte, pensamos que as regras têm que ser definidas, têm que ser de todos conhecidas e tem que ficar perfeitamente claro de todos e por todos como os assuntos estão a ser tratados por parte da comunicação social. Por isso mesmo, entendemos que estas matérias são, de facto, importantes e é perfeitamente lógico e natural que todos nós nos preocupemos com elas.

**Presidente:** Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

**Deputado Alvarino Pinheiro (PP):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A RTP-Açores anda a brincar com os açorianos.

A RTP-Açores anda a brincar com esta Assembleia.

O que aqui já foi dito e as interpretações legítimas que podem ser feitas em relação ao que se passou, leva-me a concluir que desta vez os responsáveis políticos pela RTP-Açores foram longe demais.

**Deputado Jorge Valadão (PSD):** *Muito bem!*

**O Orador:** Podemos dizer, inclusivamente, que estamos perante um escândalo político da responsabilidade dos políticos que mandam na RTP-Açores.

Não está em causa aqui critérios jornalísticos.

Não está aqui em causa o papel e a decisão que qualquer jornalista.

Esta Casa em 23 anos de Parlamento, que eu saiba, nunca interferiu com o trabalho de qualquer jornalista, da rádio, da televisão, da comunicação social escrita, mas esta Casa e o Povo dos Açores estão a ser alvos duma cabala política.

Como já foi aqui referido, foi a própria RTP-Açores que anunciou ao povo desta Região que, na sequência da transmissão que fez ontem do início do debate sobre o acompanhamento da situação do sismo, iria dar continuidade hoje a esse mesmo debate.

O povo dos Açores, os sinistrados em primeiro lugar não compreendem, não podem compreender que haja uma decisão política que impeça a RTP-Açores de fazer hoje aquilo que se tinha comprometido. É tão só isso

E, pior do que isso, não houve a honestidade de informar e explicar ao Parlamento, como era devido, as razões, se é que existiam algumas razões minimamente objectivas, para a alteração da decisão que tinha sido ontem anunciada.

É óbvio que por detrás de tudo isso há uma mão, há uma mão invisível,...

**Deputado Herberto Rosa (PS):** Uma mão negra!

**O Orador:** ... mas haja o que houver este Parlamento não pode deixar passar isto em claro, porque quando as arbitrariedades, quando as decisões políticas afectam o povo dos Açores através da expectativa criada quanto ao funcionamento desta Casa, é nossa obrigação rigorosa reagir. É isso que estamos fazendo e, infelizmente, tudo isso acontece, porque ao nível da televisão temos um monopólio nos Açores que é um serviço público e muitos dos açorianos estão, infelizmente, condicionados ao trabalho que é produzido pela RTP-Açores.

É nessa medida que lavramos aqui o nosso protesto, justificando a nossa reacção em nome do interesse do nosso povo e da dignidade desta Assembleia.

Por conseguinte, a partir de agora exigimos que os responsáveis políticos por essa estação televisiva, como não pode deixar de ser, junto da Presidência desta Assembleia, o mais breve possível, expliquem aquilo que não me parece ter explicação, mas apesar de tudo tenham a coragem de vir explicar a esta Casa aquilo que fizeram.

**Vozes da bancada do PSD:** *Muito bem! Muito bem!*

*(Aplausos das bancadas do PSD e do PP)*

**Presidente:** Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Meneses.

**Deputado Fernando Meneses (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu levanto-me neste momento como líder parlamentar do Partido Socialista para, de alguma forma, veicular a nossa opinião e nunca proteger ou defender a RTP-Açores, da qual não sou advogado nem tenho qualquer procuração.

Relativamente ao Partido Socialista e ao seu Grupo Parlamentar eu gostava de dizer o seguinte:

Nós entendemos, como disse o Sr. Deputado Victor Cruz que este Parlamento é uma instituição que deve ser aberta a toda a comunicação social, seja a RTP, rádios, jornais, etc.. Entendemos que é bom para o Parlamento se isso acontecer, porque é a forma de fazer passar aquilo que aqui dentro acontece e fazer passar também as nossas posições e os nossos pontos de vista.

Portanto, da nossa parte, com toda a sinceridade e com toda a clareza política, é bom que haja transmissões directas e quanto mais transmissões directas houver melhor para nós e melhor também, penso eu, para o Parlamento.

Relativamente a esta matéria estamos esclarecidos.

Quando eu cheguei aqui de manhã não me passava pela cabeça que tivéssemos esta tempestade, que acaba com suspeições, mãos invisíveis e todo este dramatismo, aliás, colocado agora pelo Sr. Deputado do PP.

Se estas suspeições, ou se passa pela cabeça de alguém que para o Grupo Parlamentar do PS há alguma dificuldade em razão da matéria que estávamos a tratar, eu também quero dizer com toda a clareza que não há qualquer preocupação nossa. Nós fazemos o que fazemos. Nós demos a cara na Comissão de Acompanhamento, eu próprio acompanhei a Comissão de Acompanhamento, e damos a cara aqui que é o lugar próprio para dar a cara, defendo, criticando, aconselhando, procurando sobretudo melhorar as coisas.

Portanto, da nossa parte não há qualquer problema.

Eu diria mais:

Da nossa parte é bom que esta questão da reconstrução seja tratada em directo até à casa das pessoas. Para nós é bom que isso seja feito assim, porque o objectivo final é reconstruir e bem.

**Deputado Rui Pedro Ávila (PS):** *Muito bem!*

**O Orador:** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Da parte do Grupo Parlamentar do PS, transmitam o que quiserem da forma que quiserem. Se for em directo melhor ainda.

Mas, há uma coisa que vos digo: nós não interferimos com a RTP; nós não interferimos com os critérios da RTP-Açores, nem queremos saber disso. Queremos é desempenhar o nosso mandato como deve ser nesta Casa.

Muito obrigado.

**Vozes da bancada do PS:** *Muito bem! Muito bem!*

*(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)*

**Presidente:** Encerramos assim o nosso Período de Antes da Ordem do Dia.

Vamos passar à Ordem do Dia com a continuação do debate sobre o Relatório da Comissão de Acompanhamento do Sismo.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

**Deputado Paulo Valadão (PCP):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Comecei ontem já a analisar esta matéria e vou procurar fazer a minha intervenção tentando não repetir o que ontem já tinha afirmado.

Nós entendemos que em relação a estas matérias o fundamental seria, por parte de todos, encontrarmos os caminhos certos para que, efectivamente, todos aqueles que sofreram as consequências gravíssimas do sismo de 9 de Julho pudessem, o mais rapidamente possível, o mais urgentemente possível, verem resolvidas as situações graves que lhes foi provocado pelo sismo.

Por isso mesmo, entendemos também que há que enfrentar todas as situações que se colocam à população e ao enfrentar essas populações tem que se fazer, por um lado, com um diálogo profundo entre os responsáveis e a população. Por outro lado ainda, um diálogo importante entre os diversos intervenientes e neste relatório das acusações que são feitas por parte, quer das populações, quer das juntas de freguesia é a falta de diálogo que existe entre os responsáveis do CPR e estes órgãos, concretamente juntas de freguesia e as próprias populações.

Em nosso entender não se poderá acusar que isto é feito por este presidente de junta ou por aquele, porque é do partido diferente do Governo Regional, porque esta acusação é feita por presidentes de junta de freguesia que foram eleitos pelo PSD e por presidentes de junta de freguesia que foram eleitos em listas do PS.

Por isso mesmo, o que está em causa aqui, a nosso ver, é, de facto, a falta efectiva de diálogo que tem existido.

Julgamos que, de uma vez por todas, outra coisa não sirva este relatório senão para implementar esse diálogo que tínhamos já prestado um serviço importantíssimo à população desta ilha do Faial, mas o comprovar dessa falta de diálogo verifica-se pela ausência destes responsáveis a partir do primeiro dia de trabalhos.

Por outro lado, por parte de muitas pessoas, tem havido uma falta de sensibilidade por parte dos responsáveis do CPR em encarar os problemas que as pessoas todos os dias lhes colocam. É outra acusação que constantemente aparece no nosso relatório e que nos é transmitida pelas pessoas. Aliás, nesse primeiro dia e perante os próprios responsáveis do CPR, essa falta de sensibilidade para os problema é encarada e denunciada pelas pessoas e, lamentavelmente, não vimos por parte desses mesmos

responsáveis, nas únicas 3 sessões que tiveram connosco, a capacidade de mostrarem que não era isso que acontecia, bem pelo contrário.

Por outro lado ainda, são os problemas de não se darem aquelas informações concretas e coerentes. Quando, por exemplo, da parte do CPR se diz: amanhã vamos vistoriar a vossa casa e as pessoas no dia seguinte estão à espera e continuam à espera e não há nenhuma explicação e não aparece ninguém destes responsáveis. Numa situação destas e perante a catástrofe e perante a situação das pessoas, isto é, em nosso entender, inadmissível.

Portanto, perante aquilo que nós vimos, com a falta de realojamento que ainda há, e que até em muitos casos compreendemos alguns atrasos, não é admissível que, por parte do responsáveis, se diga a essas pessoas que não estão realojadas, para nós no dia 31 de Outubro ou no dia 31 de Dezembro, o problema foi resolvido. Isto é inadmissível.

Se as pessoas estão perante uma instituição a explicar e a pedir informações sobre a sua situação e lhe dizem: "para nós esse problema já não existe", nós também não podemos aceitar.

Pensamos que há que enfrentar a situação tal qual como ela é. Há que aceitar a situação com a sua realidade nua e crua, no sentido de, efectivamente, se resolverem estes problemas para que possa haver uma reconstrução boa, capaz e satisfatória para todas as famílias implicadas, porque estou convencido que é isso que todos os que estão aqui desejam.

O fundamental é que, de facto, se faça uma reconstrução como ela deve ser feita.

**Presidente :** Peço ao Sr. Vice-Presidente, António Gomes o favor de ocupar o meu lugar na Mesa, porque eu tenho que ir receber o Sr. Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas.

*(Pausa)*

*(Neste momento o Sr. Presidente foi substituída na Mesa pelo Sr. Vice-Presidente, Deputado António Gomes)*

**Presidente:** Sr. Deputados, depois desta ligeira pausa vamos reiniciar os nossos trabalhos e vou conceder a palavra ao Sr. Deputado Eugénio Leal.

**Deputado Eugénio Leal (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Antes de mais quero dizer ao Sr. Secretário da Habitação e Equipamentos que, francamente, não esperava ouvir o que ouvi ontem da sua boca, após a leitura do relatório.

Permita-me mesmo que lhe diga que, depois da sua intervenção inesperada, eu tenho que dizer aqui aos Srs. Deputados do Partido Socialista e aos Srs. Membros do Governo que a partir de agora não falem mais em arrogância do passado.

Falou o Sr. Secretário no espírito do relatório. Eu quero aqui dizer muito claramente e testemunhar que o que o relatório transmite é, efectivamente, o que se passou na realidade e atenua, talvez, algumas situações, porque não está em discurso directo, porque aquilo que ouvimos da boca, sobretudo de sinistrados, calou profundamente os membros da Comissão, calou profundamente as salas que estavam com os sinistrados.

Eu daqui queria, embora esteja ausente, manifestar ao Sr. Deputado Guilherme Pinto, Relator da Comissão, a minha solidariedade e a dos restantes membros do Grupo Parlamentar do PSD pela forma séria e honesta como elaborou este relatório e pela forma como, por parte do Sr. Secretário, foi posta em causa a honestidade e a seriedade.

**Vozes da bancada do PSD:** *Muito bem! Muito bem!*

**O Orador:** Eu gostaria mesmo, Sr. Secretário Regional, de desafiá-lo a que tenha a coragem de fazer como os membros da Comissão o fizeram, vá às freguesias contactar com os sinistrados. Admiramo-nos muito de já o não ter feito.

Como já aqui foi dito e consta do relatório, nem tão pouco os membros do CPR nos quiseram acompanhar durante toda a nossa visita. De certeza que fazendo reuniões como a Comissão fez, programadas antecipadamente e devidamente divulgadas, vai verificar que afinal o relatório se peca é por ainda ser omissivo em algumas situações.

**Deputado António Meneses (PSD):** *Muito bem!*



**O Orador:** Sr. Secretário Regional não culpabilize a Comissão, não culpabilize o Presidente e muito menos o Relator, não culpabilize os sinistrados, não culpabilize os autarcas, porque só há um responsável e esse responsável é o Governo Regional e o Sr. Secretário é a pessoa mais responsável dentro do Executivo Regional.

**Vozes da bancada do PSD:** *Muito bem! Muito!*

*(Aplausos da bancada do PSD)*

**O Orador:** Foi o Governo Regional que escolheu a estrutura do CPR. Desde o início as diferentes forças partidárias disseram claramente que esta não era a estrutura ideal, apontaram alternativas construtivamente, mas não foram entendidas. Não houve diálogo. Agora, que toda a gente critica, são até os autarcas socialistas os mais críticos, não se venha dizer que há aqui uma questão partidária e que são os partidos da oposição.

Atente-se as declarações feitas recentemente na comunicação social, que não são artigos de opinião alguns deles, estão em discurso directo; atente-se às informações e às opiniões transmitidas pelos sinistrados no relatório; atente-se aos inúmeros artigos publicados por sinistrados na comunicação social.

Vejam-se as declarações do Presidente da Câmara da Horta e membro do CPR, algumas das quais não resisto a citar, como por exemplo: "Isto não está a andar rigorosamente nada". Foi dito numa das reuniões. Ou "já começou a entupir o problemas do atraso do pagamento das tranches", ou então esta: "Eu e a Sra. Presidente do Instituto da Acção Social fazemos parte do CPR, mas não sabemos responder a essas perguntas, porque somos sargentos no CPR". Como é possível, Sr. Secretário Regional, que o Presidente da Câmara da Horta, da ilha que foi mais afectada, da ilha que tem mais de duas mil pessoas desalojados, não esteja a fazer parte integrante, dinamizando, dando as suas opiniões no CPR.

São os próprios presidentes das juntas, sobretudo os do Partido Socialista que dizem que estão a ser marginalizados, que se sentem frustrados, porque querem ajudar as pessoas, porque o CPR não os atende, porque estão dispostos a fazer tarefas que é possível fazer e que não estão a ser devidamente utilizados.

Sr. Secretário Regional, parece-me que o Governo Regional faz-me lembrar aquela situação em que vão todos com o passo certo menos um e que a mãe diz que só o filho é que vai com o passo certo.

*(Risos do Deputado Mark Marques)*

Sr. Secretário Regional, o Sr. diz que já foram instalados 540 módulos. Eu queria aqui dizer que em todas as reuniões os srs. presidentes das juntas disseram que faltavam instalar, mas também disseram o que já tinha sido instalado. As contas, grosso modo, são menos 100 do que o Sr. Secretário apontou. Não duvido dos seus números, porquanto acredito que tenha sido necessários geminar alguns módulos e que, portanto, em termos de unidades instaladas, efectivamente, na realidade, os seus 540 módulos correspondam aos cerca de 420 unidades instaladas que foi apontado pelos presidentes de juntas de freguesia.

Mas, feitas as contas, daquilo que os presidentes das juntas indicaram, daquilo que foi confirmado pelo Instituto da Acção Social, faltam 242 módulos pré-fabricados ou casas de madeira. Isso corresponde, mesmo contando que já tenham sido instalados os 540, a cerca de um terço dos desalojados ainda não está realojada. Está muito longe dos 90% que o Sr. Presidente do Governo ainda há pouco disse que estavam realojados.

Sr. Secretário Regional, o Sr. disse que já gastou dois milhões de contos, não ponho isso em dúvida. Até podia já ter gasto 20, 30 ou 40, mas a verdade é que temos que dizer aquilo que falta fazer e a verdade, Sr. Secretário Regional, é que ainda há inúmeros idosos e inúmeras crianças por realojar. Há situações, Sr. Secretário Regional, que eu não acredito que o Sr. tenha conhecimento que elas existem. São situações desumanas, são situações impensáveis que existem.

Agora, gostaria de deixar aqui a pergunta final, importante para todos os sinistrados:

Sr. Secretário Regional, é ou não é possível dizer-nos para quando é que vão ser instalados os módulos ou casas de madeira em falta? É fundamental, porque há situações impossíveis de continuar a aguentar. Há problemas familiares e sociais. Há

gente que já não aguenta mais na situação em que está. Isto é a pura da realidade, sem mais dramatismos.

Era isto, Sr. Secretário Regional, que esta Comissão tem a responsabilidade e tem o dever de aqui dizer. Em nome do Grupo Parlamentar do PSD não queria deixar de dizer isto e sobretudo chamar a atenção para as pessoas que estão por realojar.

Finalmente, Sr. Secretário Regional, o Governo está ainda a tempo de proceder às necessárias alterações sobre a estrutura e a forma do esquema de funcionamento do processo de reconstrução para os sinistrados do Faial, Pico e São Jorge.

É um acto de humildade reconhecer o que está mal feito.

A autonomia enaltece-se e dignifica-se quando situações destas são feitas, sobretudo quando são para resolver problemas de açorianos que estão a viver em situações desumanas, que estão a padecer muito e mesmo que o Governo garanta que vai ser recuperado algum do tempo perdido, a verdade é que há danos e há situações psicológicas que são irrecuperáveis.

E, todos nós açorianos, sobretudo Deputados e Governo temos essa responsabilidade. Era este apelo que, também aqui muito sinceramente e despartidariamente, gostaria de deixar ao Sr. Secretário: repensem o processo de reconstrução em termos orgânicos.

Muito obrigado.

**Vozes da bancada do PSD:** *Muito bem! Muito bem!*

*(Aplausos da bancada do PSD)*

**Presidente:** Para participar no debate, vou conceder a palavra ao Sr. Secretário Regional da Habitação e Equipamentos.

**Secretário Regional da Habitação e Equipamentos** (*José Contente*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Ouvi com muita atenção a intervenção do Sr. Deputado Eugénio Leal e a do Sr. Deputado Paulo Valadão também.

A primeira coisa que eu queria dizer é que a minha intervenção ontem foi uma apreciação à intervenção feita da tribuna, porque se fosse uma apreciação feita

directamente ao relatório eu teria pedido a palavra imediatamente a seguir à sua leitura.

*(Risos da bancada do PSD)*

Em segundo lugar, gostaria de dizer que em relação à apreciação do relatório - e não sabíamos que tínhamos o dia de hoje para discutir o relatório - há, de facto, situações que são enunciadas neste relatório sem muita exemplificação que correspondem a casos, sem dúvida, importantes, mas, felizmente, são um número de casos muito menores do que aqueles que já estão resolvidos nessas freguesias e é isso que este relatório pode não espelhar pela sua redacção, ou seja, eventualmente pelo tamanho da descrição que aqui vem de cada um dos casos. Isto é inquestionável.

O número de casos que podem ser contabilizados em cada freguesia e que aqui estão como situações ou problemas, são muito menores, felizmente, para quem está de boa fé, e eu acredito que estamos todos de boa fé neste processo, do que os casos que efectivamente já estão resolvidos.

E mais:

Alguns destes casos aqui relatados tiveram já, entretanto, a sua resposta.

E, gostaria mesmo de dizer em relação a várias dessas situações que nós não temos conhecimento, por exemplo, de haver carpintarias na freguesia do Salão que tivessem a fazer casas de madeira. Tivemos, de facto, uma situação de algumas facturas que foram para S. Miguel para serem pagas, mas não estamos a falar sequer de prazos de 60 ou 90 dias. Portanto, acreditamos que as pessoas receberam o dinheiro, porque, efectivamente, estão executados mais de 2 milhões de contos. Isto é inquestionável e, portanto, é uma situação de execução física e também financeira. Os fornecedores que contribuíram, quer nos pré-fabricados de madeira quer nos pré-fabricados metálicos, estão pagos nesta operação.

Por outro lado, e em relação ao relatório - e é por isso que eu ontem, e mais uma vez digo, não me referi ao relatório como estou a fazê-lo agora - gostaria de dizer, nomeadamente nesta parte das pessoas que dizem que tinham os pagamentos e os subsídios para pequenas reparações atrasados, o que se passa é o seguinte: nós temos

já há algum tempo 44 cheques no CPR para serem entregues às pessoas que entretanto foram contactadas e não os levantaram porque disseram que tinham dificuldades em arranjar mestres e mão-de-obra para iniciar as obras.

Portanto, há situações que têm a ver com este facto explícito que vem aqui relatado, sem exemplos e na generalidade. É isso que se passa.

Se nós queremos aprender com aquilo que o relatório nos possa dar para melhorar, rectificar, vemos se há situações e alternativas a caminhar, temos obrigação de saber, exactamente, cada um destes casos que aqui estão postos como problemas, a que situações, a que famílias, a que pessoas é que correspondem. É isto que nós achamos que deve ser o relatório sob o ponto de vista de quem quer utilizá-lo para melhorar as situações entretanto descritas aqui.

Relativamente a uma outra situação que vem aqui relatada sobre uma senhora que vive com os pais idosos, que está a efectuar uma pequena reparação, cujo processo foi autorizado pelo CPR, vê-se obrigada a suspender a obra e gostaria de dizer que esta senhora recebeu o cheque no dia 25 de Janeiro.

Gostaria de dizer também que, em relação a uma família com filhos e que está a viver num barracão, não compreendendo porque não foi incluído na primeira tranche da lista do Instituto da Acção Social, segundo a lista do Instituto de Acção Social este agregado, que nem vou dizer o nome dele, encontra-se na lista das famílias por alojar não como prioridade. O CPR já autorizou a fabricação dum pré-fabricado de madeira e o sinistrado pediu algum tempo, porque tinha em vista a aquisição de uma casa na Feteira. Isto é que é a resposta concreta à situação. E, assim vou continuar:

Quando se diz também que um sinistrado aguarda a entrega do pré-fabricado e foi afirmado pelo CPR que o realojamento tinha terminado em 31 de Outubro de 98, isto não é correcto, nem isto significa a não ser aquilo que eu já disse nesta Casa, ou seja, em 1998 quando nós demos por concluída a fase de algumas tendas que ainda estavam por aí, dissemos que iríamos avançar para todos os outros casos que solicitassem primeira prioridade e que reflectissem situações de precaridade de habitação. Foi por isso que continuou a fase desse realojamento.

Agora, todos temos que entender que num processo complexo desta natureza há situações que merecem sempre alguma avaliação para não incorrerem em situações

de alguma injustiça relativa e mesmo assim com todos esses cuidados as leituras podem ser que uma família teria mais prioridade do que outras, mas nós temos o processo e temos a responsabilidade de fazer essa avaliação e decidir. É isso que fazemos sempre não escamoteando que neste processo de entregas pode haver famílias que se acham injustiçadas umas em relação às outras.

Gostaria de dizer também que, sobre muitas dessas situações, estão em curso na ilha a construção de pré-fabricados de madeira. A situação da falta de madeira na ilha foi também rapidamente resolvida com a vinda de madeira da ilha que tem maior capacidade de oferta, que é S. Miguel.

Portanto, em relação ao relatório e por agora fico-me por aqui, mas gostaria de dizer ao Sr. Deputado Eugénio Leal que, de facto, nós não fazemos demagogia com a questão da reconstrução e nós não estamos preocupados com a situação de aparecer ou não aparecer com a reconstrução, porque nós sabemos desde o princípio e eu particularmente que há sentimentos, situações de penalização das famílias e das pessoas que enquanto não tiverem o seu problema habitacional resolvido definitivamente vão ter sempre razões de queixa legítimas, vão ter sempre algumas insatisfações, mas as famílias também sabem, porque nós garantimos isso, que não só têm o financiamento para esta operação, como têm todos os cuidados para que o parque habitacional do Faial, do Pico e de S. Jorge, duma vez por todas e sobretudo nestas situações, seja efectivamente resolvido de acordo com os critérios que todos os Srs. Deputados aprovaram nesta Assembleia Legislativa Regional, nomeadamente...

**Deputado Eugénio Leal (PSD):** Não todos!

**O Orador:** ...qualidade, segurança e questões arquitectónicas, mas isso leva algum tempo a planear em termos dos projectos. Não é possível com rigor - e foi isso que eu disse aqui ontem - fazer projectos com este tipo de exigência, e ainda bem que ela existe, num curto espaço de tempo, pensando que tudo arranca como varinha mágica. Há aqui uma situação que é também preciso dizer, porque é de justiça, nós tivemos envolvidos nesta operação, desde o início, com pessoal de outras ilhas, com maquinistas de outras ilhas, com pessoas que ficaram mais de um mês aqui sem ir visitar as suas famílias e que continuam a estar cá com a mesma disposição. Portanto, há um conjunto muito grande de pessoas, que não é o CPR entidade abstracta, que, de

facto, colaboraram e continuam a colaborar nesta operação. Há, de facto, que realçar o trabalho dessas pessoas.

Nós estamos interessados em saber sempre o que é que falta fazer, mas é preciso também, com justiça, dizer que é que entretanto está feito.

Para nós, a nossa metodologia, e o Governo tem legitimidade para escolher essa metodologia, é termos projectos de reabilitação e de construção adaptados às freguesias e à cidade da Horta e que possam ser lançados por empreitada ou por iniciativa das pessoas de modo a que elas tenham uma habitação adequada ao seu agregado familiar. Esse é o nosso norte. Se isso leva mais um mês, se isso leva mais algum tempo e se se quer capitalizar essa insatisfação, isso faz parte do processo complexo que é esta operação.

Para nós o resultado final é o resultado de melhorar o parque habitacional do Faial, do Pico e de S. Jorge de modo a que ele responda numa próxima situação de catástrofe ou calamidade, por forma a que as famílias não tenham mais esse problema como tiveram com as situações que impendem sobre a crise de 1973. Como eu ontem tive oportunidade de dizer aqui, muitas dessas casas foram mal reconstruídas em 1973 e isso significa que nós não queremos fazer o mesmo tipo de intervenção.

Também quero dizer que temos a garantia de 8 gabinetes técnicos com pessoal especializado que está fazendo os projectos de reabilitação. Nós até nas pequenas reparações temos uma memória discritiva como projecto de intervenção e a fiscalização das verbas que até são pequenas, mas que merecem ser fiscalizadas, porque não é só as pessoas terem essa iniciativa e depois deixá-las da mão. Essa é que é a nossa metodologia e aí achamos que há algumas diferenças com outras situações.

Por último e por agora gostaria de dizer que nunca aqui - e isso é que não faz parte do rigor da vossa apreciação - se culpabilizou sinistrados,...

**Deputado João Cunha (PSD):** Da nossa e da vossa!

**O Orador:** ... se culpabilizou o espírito do relatório, se culpabilizou seja o que for, porque nós, infelizmente, conhecemos, até por experiência própria, que situação é que está envolvida num processo deste tipo e temos, para além disso, a responsabilidade de não eximir com sentimentos e não prejudicar mais as pessoas que eventualmente ainda não tem a sua situação resolvida.

Portanto, o Governo Regional nunca neste processo, nem nunca no futuro utilizará os sentimentos do sinistrado como tem provado, porque nós estamos interessados é no trabalho e é isso que nos tem preocupado e ocupado desde o dia 9 de Julho.

Não é o Governo Regional que faz transbordar para a comunicação social situações de parangonas e de críticas muitas vezes não correspondendo à realidade como, por exemplo, falar em números de pré-fabricados e depois sugerir que, se calhar, o número ainda está inflacionado.

Não é assim que nós trabalhamos. Nós trabalhamos é com os dados que temos e é, naturalmente, com os dados que temos e que disponibilizamos à Comissão, à Câmara ou a este Parlamento e, portanto, não é com situações de: poderá isto está inflacionado.

Gostaria de dizer, para terminar esta primeira parte, outra coisa:

É muito natural, e isso sob o nosso ponto de vista está a acontecer, que muitas pessoas, por uma avaliação própria, ainda se acham no direito de considerarem que também precisam dum pré-fabricado. Se nós mantivermos esse estado de espírito, com seriedade nunca mais acabariam os realojamentos. É por isso que nós estamos a resolver as situações das pequenas reparações para passar esta fase, porque é importante e está em marcha, mas temos que dar tempo ao tempo e o tempo é o da feitura dos projectos que estão em curso, o tempo é de rua a rua, casa a casa, saber se aquele projecto é o mais adequado à família e se arquitectonicamente está bem adaptado.

E, nessa matéria, para comprovar a seriedade deste processo, gostaria só, em relação ao Pico, que vissem a preocupação da feitura desses projectos tipo e eles estão enformados de informações deste tipo: "As diferentes tipologias da casa rural açoriana filiam-se num modelo Mediterrâneo que os primeiros povoadores adaptaram ao meio insular, recorrendo à pedra vulcânica para a construção das paredes estruturais e cobertura de telha de barro sobre armação elementar de madeira.

A tipologia mais divulgada da ilha do Pico é a casa linear, geralmente rectilínea ou em L com os compartimentos em sequência, sendo a cozinha num dos topos alteada e com entrada independente".

**Deputado João Cunha (PSD):** Isso foi tirado do livro da 4.<sup>a</sup> classe!



**O Orador:** É este tipo de situações, vistas no terreno, que nos permitem gerar projectos tipo que têm a ver com a questão arquitectónica. Não é só a reposição da situação inicial. O Governo Regional quer e vai ter freguesias que têm também inovação em termos arquitectónicos. É com este espírito que nós estamos a trabalhar. Deixem avançar os projectos de reabilitação e de construção e avaliem com rigor a fase da reconstrução nesse tipo.

Agora, estão é dizendo mais do que o que sabem e muitas vezes não sabem o que dizem.

*(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)*

**Deputado João Cunha (PSD):** O Sr. é que está falando e não diz nada! Leia o que disse o Presidente da Câmara da Horta!

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Pedro Ávila.

**Deputado Rui Pedro Ávila (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Este debate, em nossa opinião, deve ser enquadrado tendo em conta todo o trabalho da Comissão.

Se tivermos o cuidado, como eu tive, de nos debruçarmos sobre essa análise, o que se passou até aqui por parte dos Srs. Deputados da oposição - que trabalham muito e estão no seu direito - toda a parte tem a ver com as reuniões que se fizeram com as populações da ilha do Faial e todo o trabalho que a Comissão faz de auscultação do Governo e de auscultação de outras entidades, parece que passam um bocado à margem. É um direito vosso de fazer debate político nesta Casa.

O que está em causa é todo o trabalho da Comissão de Acompanhamento da Acção do Governo. Por isso em 23 de Novembro nós ouvimos o Sr. Secretário Regional da Habitação e há um relatório produzido com aquilo que ele disse nesta Casa. A Assembleia é soberana, mas quanto a esse relatório nem agendou espaço na Conferência para que tivesse um debate próprio, nem ninguém se pronunciou sobre o assunto. Estão no seu pleno direito, mas é preciso que se saiba que esse relatório, produzido em Novembro e lido nesta Casa, não deu lugar a qualquer debate.

**Deputado Eugénio Leal (PSD):** Tivessem proposto.

**O Orador:** Sr. Deputado, eu não estou criticando, estou pondo as questões no ar. Estou fazendo uma análise daquilo que eu julgo que também pode ser a maneira de encarar este assunto.

Ouvimos o Sr. Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente que pôs claramente as questões no que se referia aos estragos que tinha havido nas explorações agrícolas e de como é que iam ser tratados.

Ouvimos o Sr. Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais quanto às Igrejas e de como é que o assunto está a ser resolvido.

Ouvimos a Comissão de Reconstrução das Igrejas do Faial que também apresentaram as suas preocupações.

Ouvimos também sinistrados na ilha do Pico. O CPR na ilha do Pico acompanhou-nos.

As pessoas disseram nas Bandeiras que as casas sinistradas eram todas elas casas que tinham sido já recuperadas no sismo de 73, como já aqui referiu o Sr. Secretário.

Este é o outro lado da medalha, é o outro lado da mesma moeda, é o outro lado dum assunto que é tratado conforme cada um entende da melhor maneira que poder fazer.

**Deputado Mark Marques (PSD):** Está a esforçar-se muito, Sr. Deputado!

**O Orador:** Não há, por outro lado, que referir situações de nos esforçarmos ou não, porque se é bem verdade que na reunião que tivemos em S. Jorge com o Sr. Presidente da Câmara das Velas que estava muito preocupado, porque se falava em 70 ou 80 casas, o relatório que depois chegou à Comissão, e que a pedido da Comissão o CPR mandou à Câmara das Velas, refere-se a 11 casos. Também isto pode ser falado aqui.

**Deputado Mark Marques (PSD):** Mas isso é o relatório. Não foi o que a Câmara Municipal das Velas disse.

**O Orador:** É o relatório feito com a mesma seriedade, que os Srs. Deputados do PSD estão querendo tanto realçar, pelas mesmas pessoas, aprovado pelos mesmos deputados.

Mas, Sr. Presidente e Srs. Deputados, julgamos que podemos falar também mais pela positiva e as etapas que o Governo programou, em nossa análise as pessoas, talvez, só

não contaram com uma nova realidade, que agora o Sr. Secretário referiu e que também eu tinha referido no relatório, quando em 23 de Novembro considerou que não estão fechadas as possibilidades de se atribuírem mais pré-fabricados, desde que as eventuais situações sejam avaliadas pelo CPR.

Ora, depois dessa reunião, eu tive o cuidado de dizer à comunicação social, julgando que estava interpretando o sentir da Comissão, de que começávamos a aperceber-nos de que uma nova fase de realojamento teria que ser iniciada. Uma nova fase de realojamento, porquê? Porque dos realojamentos que ainda se encontram por fazer, a sua grande maioria surge por razões de saturação em partilhar espaços em comum com familiares ou vizinhos e não estavam previstos em Agosto e até nessa altura muitas das pessoas que agora pedem pré-fabricados, nessa altura, repito, disseram que não precisavam de módulos ou pré-fabricados.

Portanto, da nossa parte, e tal como o dissemos e fizemos sempre no final de todas as reuniões com a população sinistrada, interessa-nos que se corrijam os erros que, não temos dúvidas, se cometidos são involuntários, que toda a informação será sempre pouca por parte de quem é hávido dessa mesma informação, mas que acima de tudo interessa-nos, como deputados eleitos, deixar sempre, como o fizemos nessas reuniões, uma palavra de esperança, de alento e de confiança numa reconstrução segura e que respeite os valores arquitectónicos e históricos das nossas freguesias afectadas, porque também é verdade, Srs. Deputados, que só a partir da instalação dos gabinetes técnicos nas ilhas do Faial e Pico é que se pode entrar na reconstrução, como eu também dizia nessas reuniões, em velocidade de cruzeiro.

Muito obrigado

*(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)*

**Presidente:** Para participar no debate tem a palavra o Sr. Deputado João Greves.

**Deputado João Greves (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Realmente a discussão já vai longa nesta matéria, mas julgo que não vai longa suficientemente para o drama que se encontrou. Embora, reconheça que estas ilhas

têm bons e elequentes deputados para o fazer, mas julgo que é mais uma voz que se junta àquelas pessoas que estão desesperadas com a inércia dos responsáveis pela reconstrução.

**Deputado João Cunha (PSD):** *Muito bem!*

**O Orador:** As pessoas diziam-me, Sr. Secretário, o CPR não faz nada nem nos deixa fazer. Só por isto podemos dizer que é uma ilha revoltada e descontente com o Governo e, realmente, só se lhe pode dar a razão.

Posso afirmar claramente aqui que esta visita me deixou profundamente entristecido e se estivesse na sua bancada talvez também envergonhado.

Com a falta de sensibilidade do CPR e do Sr. Secretário da Habitação na solução dos problemas desta tragédia, para ser claro e sincero, só se pode chamar a esta acção, desumana e covarde.

**Deputado João Cunha (PSD):** *Muito bem!*

**O Orador:** Covarde, porque o Sr. e os responsáveis do CPR só tiveram a coragem de nos acompanhar algumas horas e o Sr. nem coragem de nos acompanhar algumas horas teve. Desumano, Sr. Secretário, porque eu vi muitas pessoas a chorar, não foi um caso nem dois, e a se lamentar da maneira como estavam realojados.

Também lhe digo mais: mesmo que não tivesse a intenção de intervir hoje aqui, mas as palavras de ontem do Sr. Secretário da Habitação e Equipamentos obriga-me a não poder ficar calado.

A arrogância com que o Sr. Secretário, José Contente, ontem aqui falou não se pode tolerar e não se pode tolerar, porque um membro dum Governo e do tal Governo que prometeu tanto diálogo venha aqui falar sem qualquer humildade, fazendo uma afronta aos que sofrem os resultados do sismo e que o Sr. Secretário parecer ter esquecido.

O Sr. Secretário chega ao ponto indesculpável de dizer que os problemas estão nas nossas cabeças. Não, Sr. Secretário, a sua cabeça está longe de ser a única e soberana nesta Casa.

Nós, infelizmente, como representantes do povo ainda sentimos os problemas das pessoas e nós ainda temos sensibilidade para dizer o que sentem os sisnistrados, ainda

temos a coragem de falar a linguagem da verdade que sentimos nos contactos que tivemos pelas várias freguesias.

Digo-lhe mais:

Nós, Deputados do Partido Popular, e certamente outros representantes do povo, não perdemos a cabeça com o desejo de permanência no poder, nem nos subiram à cabeça os cargos do partido, nem chegamos à triste aspiração de pensar que somos a única cabeça que pensa.

Peço-lhe, em nome dos sinistrados, que os respeite e não os provoque. Tivesse tido a coragem de nos acompanhar na Comissão, na visita que fizemos aos sinistrados, porque eles tiveram paciência e bom senso e posso-lhe dizer que eles não vieram por aí abaixo, porque, talvez, houve alguém que tentou apaziguar os ânimos. Eles eram bem capazes para isso. Eu vi e senti isso. O Sr. Secretário pode ter a certeza que eu não estou a inventar. Isto é a pura da verdade.

Os sinistrados do Faial e do Pico são povo desta Região martirizados. São pacientes, mas responsáveis e saibamos respeitá-los.

O povo de muitas das nossas ilhas, infelizmente, está habituado a lidar com estes fenómenos sísmicos e sempre teve a coragem e a força para ultrapassar as fases difíceis da vida. Isto está bem presente, Sr. Secretário.

O Governo é que já mostrou não ter capacidade para fazer o que lhe cabe na resolução destes problemas, porque não quer olhar, se calhar, Sr. Secretário, para algumas virtudes e experiências do passado, porque sobre o passado eu nunca ouvi referir uma virtude, seja este ou aquele governo, só se aponta os erros, mas naturalmente em 20 anos houve algumas virtudes, Sr. Secretário, também como hoje há algumas virtudes neste Governo, mas, infelizmente, sobre a reconstrução não, Sr. Secretário. O Sr. seja humilde e compreenda que há grandes falhas.

Falar nesta altura em realojamento, Sr. Secretário, é no mínimo falta de capacidade e organização. Por que não reconhece isso? Porquê tanta arrogância?

**Deputado Rui Pedro Ávila (PS):** Não apoiado!

**O Orador:** Com tudo isto as pessoas vão-se sentido enganadas, Sr. Secretário, desiludidas com este Governo depois de ter tido o maior apoio parlamentar para a resolução desta situação.

Agora, não se deve tentar tirar dividendos políticos desta desgraça, mas sim trabalhar, todos unidos, mas mais depressa do que se tem trabalhado até aqui.

Os sinistrados não podem esperar mais e eu não estou fazendo nenhum drama, nada além daquilo que vi, porque vi, realmente, muitas pessoas a chorar e o Sr. Secretário sabe perfeitamente que, pelo menos em realojamentos, podíamos ter andado mais depressa e mais barato.

**Deputada Berta Cabral (PSD):** E mais barato!

**O Orador:** Esta ilha e a que está aqui ao lado estão cobertas de madeira. O Sr. não me diga que os Serviços da Secretaria da Agricultura e Pescas que não podiam ter muita dessa madeira cortada à disposição das pessoas. Se assim tivesse acontecido muitas pessoas de certeza já teriam o seu problema de realojamento resolvido. É muito triste, meio ano já passado, e vemos pessoas ainda por realojar.

Ainda lhe posso dizer mais uma coisa:

Se ainda hoje tivessem algumas tendas armadas eu tenho a certeza que estavam pessoas dentro dessas tendas. Isto, realmente, é muito triste, Sr. Secretário.

*(Aplausos das bancadas do PP e do PSD)*

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Pedro Ávila para interpelar a Mesa.

**Deputado Rui Pedro Ávila (PS):** Peço desculpa aos Srs. Deputados, mas é só para pôr aqui uma questão.

Aquela medida regimental que nós costumávamos usar de que quando havia uma intervenção e depois havia esclarecimentos, eu queria perguntar se podia dar um esclarecimento agora mediante esta intervenção. Eu não estou a inscrever-me para falar, estou só querendo dar um esclarecimento.

**Presidente:** Julgo que o que foi decidido na Conferência de Líderes é precisamente essa metodologia que estamos a aplicar que é o facto de aceitarmos as inscrições neste debate pela ordem de entrada.

**Deputado Rui Pedro Ávila (PS):** Eu não quero inscrever-me outra vez, apenas queria dar um esclarecimento ao Sr. Deputado João Greves.

**Presidente:** Tem a palavra para uma intervenção o Sr. Deputado Fernando Meneses.

**Deputado Fernando Meneses (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Ainda bem que este debate está, realmente, a centrar-se naquilo que é importante e fundamental, ou seja, no menos político e mais no que diz respeito à questão concreta, embora exista sempre esta tentação, que até é salutar, dos partidos da oposição de vez em quando tentarem puxar de argumentação política...

**Deputado Manuel Brasil (PSD):** Dizer a verdade!

**O Orador:** ... e fazer ataques como este que acabou de ser feito pelo Sr. Deputado da ilha do Corvo, chamando uma série de nomes ao Sr. Secretário Regional, tais como arrogante e não sei mais quê, mas cada um é, naturalmente, responsável por aquilo que diz, ficando bem ou não.

Pela nossa parte, eu não pretendo fazer aqui nenhuma consideração de natureza política a não ser uma e que faço desde já e que é a seguinte:

Observei, desde ontem, em duas ou três intervenções, designadamente do PSD, citando o Presidente da Câmara Municipal da Horta, destacando o comportamento do Relator, destacando o comportamento correcto dos deputados do PS na Comissão, fazendo isso detectei que havia uma tentativa de criar aqui alguma clivagem,...

**Deputado Eugénio Leal (PSD):** Não é verdade!

*(Vozes inaudíveis da bancada do PSD)*

**O Orador:** ...ou seja, estes portam se bem, quem se porta mal são aqueles outros.

**Deputado Eugénio Leal (PSD):** Da minha parte, não os elogio mais! Omitirei!

**O Orador:** Srs. Deputados da oposição, não vale a pena ir por esse caminho, porque a coesão e solidariedade entre isto e aquilo é total, nas coisas boas e nas coisas más.

**Vozes da bancada do PS:** *Muito bem! Muito bem!*

**O Orador:** Isto é assim, e nós conseguimos, com alguma dificuldade às vezes, este equilíbrio entre o mandato que recebemos do povo - e isto aqui é importante, porque eu recebi um mandato dum parte do povo desta terra que é sinistrado - e do Partido Socialista e é possível fazer esse equilíbrio.

Portanto, não vale a pena, porque a nossa coesão é total e a nossa solidariedade é plena.

Mais ainda, Srs. Deputados:

Quanto mais dificuldades, quanto mais problemas, maior é a nossa coesão, mais forte ela fica, porque nós não temos nenhum problema, nem eu tenho, de chegar ao pé do meu camarada e amigo José Contento e dizer-lhe: José, atenção àquilo!... Temos feito isso...

**Deputado João Cunha (PSD):** Essa coragem é que lhe falta!

**O Orador:** ... e ele nunca me disse: não te metas nisso.

Portanto, as coisas vão avançando e nós vamos criando este aparelho e este muro. Srs. Deputados da oposição, nós somos, de facto, um bloco coeso e seguro e é escusado dizerem: aquele é bom, este é mau, é escusado.

**Deputado Rui Pedro Ávila (PS):** Apoiado!

**O Orador:** Agradecemos os elogios, mas fiquemos por aí. Estamos esclarecidos em termos políticos.

**Deputado Eugénio Leal (PSD):** Não o faço mais, acabou!

**O Orador:** Vamos falar agora no que interessa que é a reconstrução.

Aquele relatório espelha aquilo que foi dito nas reuniões. Aquele relatório é verdadeiro.

**Deputado João Cunha (PSD):** Muito bem! Diga isso ao Sr. Secretário!

**O Orador:** Eu estava na Comissão, como os Srs. sabem, e aquele relatório é verdadeiro e espelha o que se passou nas reuniões, muito bem. Há mais coisas que não estão naquele relatório, como toda a gente sabe,...

**Deputado Duarte Freitas (PSD):** Mas a gente vai chegar lá!

**Deputado João Cunha (PSD):** Ninguém está a criticar por causa disso!

**O Orador:** ...e é natural - ainda bem que isto está a ser transmitido pela televisão e até, digamos, estou a usar o tempo de antena agora - que nas reuniões onde nós tivemos que esteja ali espelhada a angústia das pessoas que não têm o seu problema resolvido, as dificuldades de tudo isto, as inseguranças, as incertezas e a falta de informação. É perfeitamente natural e o relatório espelha isto, mas compete-me a mim e, talvez, a todos nós relevar ou sublinhar o que há de bom em tudo isto.



Como os Srs. sabem, e isto já foi dito aqui pelo Sr. Secretário e eu repito e já escrevi neste jornal, está aqui, os objectivos são do melhor que há...

**Deputado Duarte Freitas (PSD):** Nós estamos é a falar em pessoas!

**O Orador:** ... e eu penso que é importante e é a nossa missão instalar nas pessoas um clima de confiança,...

**Deputado Eugénio Leal (PSD):** *Muito bem!*

**Deputado Duarte Freitas (PSD):** Mudem o Secretário da Habitação que talvez melhore!

**O Orador:** ... instalar nas pessoas um clima de segurança e confiança no que vem. É preciso instalar este clima e evitar a continuação da angústia, evitar a continuação da preocupação. Este é um esforço que nós todos temos que fazer, Deputados, Governo e CPR.

Eu já disse aqui que este diploma que nós fizemos é bom. A regulamentação foi difícil de fazer, mas acolhe os princípios do diploma.

É necessário que as pessoas percebam, por exemplo, em relação à pequena reparação, há coisas que não são pequenas reparações, - eu não sou pedreiro nem mestre de obras - mas há um buraco numa parede que pode ser rebocado e pintado de branco e fica muito bonito, mas a parede pode cair amanhã, Srs. Deputados. É preciso ver se se trata dum problema de estrutura, porque nós aprovámos um diploma que fala de reabilitação e reabilitação é consolidar a estrutura. Portanto, é muito fácil dizer: "a pequena reparação", mas é preciso saber o que é que é uma pequena reparação...

**Deputado Vasco Cordeiro (PS):** *Muito bem!*

**O Orador:** ... e eu percebo a dificuldade disto, porque nós não tínhamos técnicos aqui.

**Deputado Eugénio Leal (PSD):** Já lá vão seis meses e meio!

**O Orador:** Vão seis meses e meio e vão ir mais.

**Deputado Eugénio Leal (PSD):** A questão é essa!

**O Orador:** Ó Sr. Deputado, mas se nós continuarmos a dizer que já lá vão seis meses, depois mais um mês e mais outro e ainda não viram nada, isto é o caos. Tenham calma, Srs. Deputados.

**Deputado Duarte Freitas (PSD):** Nós temos calma!

**Deputado Manuel Azevedo (PSD):** Mais calma ainda?!

**O Orador:** Finalmente chegaram 8 gabinetes aos Açores. Houve que fazer contactos e houve que os contratar. Estas coisas são assim Srs. Deputados.

Estão 540 pré-fabricados armados. O Governo mandou buscar pré-fabricados ao Canadá, ao Japão, Srs. Deputados.

**Deputado João Cunha (PSD):** Podia ter feito cá mais baratos, o Sr. sabe disso e está no relatório!

**O Orador:** Ó Sr. Deputado, deixe-me acabar.

Isto não é bricadeira nenhuma. Isto é, realmente, uma tarefa enorme.

Eu não estou a omitir os erros, mas é preciso relevar estes aspectos positivos, é preciso relevar que há mais de 3 mil desalojados, mais de 6 mil sinistrados. É preciso compreender isto na sua globalidade, Srs. Deputados, e não pegar só nessas coisas que estão mal. Vamos instalar a credibilidade nisto,...

**Deputado Rui Pedro Ávila (PS):** *Muito bem!*

**O Orador:** ... vamos dar confiança a esta gente, Srs. Deputados,...

**Deputado Rui Pedro Ávila (PS):** *Muito bem!*

**Deputado Vasco Cordeiro (PS):** Apoiado!

**O Orador:** ...vamos olhar para a montanha do Pico e dizer: "que bela imagem" e vamos esquecer aquele cantinho onde está uma coisinha com o lixo. Vamos olhar desta forma e vamos fazer isto.

*(Aparte inaudível do Sr. Deputado Jorge Valadão)*

**O Orador:** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado Jorge Valadão:

Não vamos comparar com 80,...

**Deputado João Cunha (PSD):** Nem vale a pena, nem faça isso, porque não há comparação possível!

**Deputado Vasco Cordeiro (PS):** Não seja arrogante!

**Deputado João Cunha (PSD):** O Sr. é que é arrogante, junto com o Sr. Secretário!

**O Orador:** ...porque não me interessa fazer comparações com 80 nem com 1926. Eu não quero saber disso. Eu quero saber é de reconstruir as nossas freguesias como deve

ser. Eu quero saber é como reconstruir isto com qualidade, com segurança, com salubridade e eu quero ir com os Srs. Deputados daqui a algum tempo visitar aquelas pessoas e conversar com elas sobre a sua nova casa, sobre a casa que foi reconstruída ou sobre a casa que foi reabilitada. É isso que eu quero e é esse o meu esforço e é dessa forma que exerço o mandato que me foi dado por essa gente.

Vamos, Srs. Deputados, apontar os erros que estão no relatório. Vamos relevar o muito que foi feito.

Eu não posso deixar de falar em mais duas coisas:

O Sr. Secretário falou numa coisa que ninguém fala.

Houve gente que não teve um dia de férias;...

**Deputada Berta Cabral (PSD):** Houve muitos anos que tiveram férias!

**O Orador:** ... - isto não é para choramingar - houve gente que trabalhou dia e noite; houve gente que veio doutras ilhas; houve gente sem sono a trabalhar que merece o nosso respeito.

**Deputado Eugénio Leal (PSD):** Ninguém criticou essas pessoas. Elogiámos!

**O Orador:** Quem fez a primeira fase boa, como os Srs. afirmaram, vai ser capaz de fazer as outras fases bem, como fizeram a primeira.

Finalmente, Srs. Deputados, o relatório não reflecte isto e quando me falam disto que eu vou dizer a seguir, eu digo sempre: são casos isolados. O que importa é o resto da população, mas é preciso dizer que há pessoas que não quiseram ir para pré-fabricados quando lhes foi perguntado,...

**Deputado Eugénio Leal (PSD):** O relatório diz isso!

**O Orador:** ...porque foram viver para casas de pessoas de família. Passaram 6 meses...

**Deputado José Maria Bairos (PSD):** Pois, porque disseram que em Outubro estava tudo resolvido!

**O Orador:** ... e já não querem estar, por exemplo, o tio com a prima e com a avó.

Srs. Deputados, deixem-me dizer isto com toda a frontalidade e dando a cara: a solidariedade pode começar na casa de cada um e há situações que talvez não é bem assim. Dizia um sinistrado em Castelo Branco: "Quantos sismos é que houve, porque parece que continua a haver sismos, porque o número de pré-fabricados necessários, a

seguir ao sismo, já aumentou para tanto. Parece que continua a haver sismos". Sei que são casos isolados, mas existem.

Nós temos que ser claros nesta Casa e dizer as coisas que sentimos.

Deixem-me dizer mais:

Há pessoas que não vão para o pré-fabricado, porque falta o degrau; há pessoas que não vão para o pré-fabricado, porque falta meio metro ou um metro de tubo PVC. Eu ofereço-me, Srs. Deputados, para ir no Domingo pôr o bocadinho do tubo de PVC a essas pessoas. Isto foi ouvido nós. Não estou a fazer demagogia

**Deputado Eugénio Leal (PSD):** Isso é uma excepção muito pequenina!

**O Orador:** Isto é uma excepção, dizem os Srs.. Isto é uma pequenina coisa, digo eu e não vale a pena falar nestes casos, porque a maioria não é assim.

Vamos fazer este raciocínio: isto são as excepções, a grande coisa são os 540 pré-fabricados,...

**Deputado Eugénio Leal (PSD):** Falta 1/3 de realojamento!

**O Orador:** ... a grande coisa são os milhares de pessoas que já estão realojadas. Vamos fazer o mesmo raciocínio para outro aspecto. Vamos fazer esse esforço, Srs. Deputados.

Portanto, eu termino já, dizendo o seguinte:

Sr. Deputado João Greves, a ilha do Faial não está revoltada, porque na ilha do Faial já estão alojados muitos milhares de pessoas, mas há pessoas revoltadas e o Governo Regional dos Açores não vai calar a revolta, mas vai satisfazer essas necessidades e eu estarei aqui no exercício pleno do meu mandato para dizer ao Governo Regional dos Açores, todas as vezes que for preciso, aquilo que é necessário corrigir.

Vou terminar dizendo que nós todos estamos, realmente, solidários nisto e nós estamos solidários com o nosso Governo Regional.

Vamos melhorar o que há para melhorar e vamos reedificar estas ilhas duma forma bonita, sóbria, capaz, para amanhã perguntarem: como é que eles fizeram ali?! E, a gente mostra com orgulho, porque vai ser bem feito, Srs. Deputados, e eu tenho a certeza disso.

*(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)*

**Presidente:** Srs. Deputados, ainda temos 5 inscrições.

Vamos interromper os nossos trabalhos e continuamos às 15,00 horas com o debate sobre esta mesma matéria.

Muito obrigado e bom almoço.

*(Eram 13,10 horas)*

*(Depois do almoço o Sr. Deputado Humberto Melo, retoma o seu lugar na Presidência da Mesa da Assembleia)*

**Presidente:** Srs. Deputados, vamos dar continuidade aos nossos trabalhos.

*(Eram 15,15 horas)*

Para intervir no debate tem a palavra o Sr. Deputado Madruga da Costa.

**Deputado Madruga da Costa (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Ouvi com atenção as intervenções que têm sido feitas até agora e não posso deixar de considerar que a intervenção ontem feita pelo Sr. Secretário Regional da Habitação e Equipamentos sobre o relatório da Comissão, porque foi sobre ele que o Sr. Secretário se referiu, constituiu uma afronta a esta Casa, aos Srs. Deputados e às pessoas que participaram nas reuniões promovidas à volta do Faial e do Pico,...

**Deputado António Meneses (PSD):** *Muito bem!*

**O Orador:** ...porque o relatório praticamente expressava o sentido das pessoas que quiseram dar conta das suas preocupações à Comissão da Assembleia.

Aceito a intervenção feita esta manhã pelo Sr. Secretário Regional como uma desculpa apresentada à Câmara e assim a interpreto.

Desde sempre dissemos que este processo deveria ter sido seguido doutra maneira e, por isso, dissemos na devida altura que julgávamos que o importante para conduzir

este processo era a criação dum gabinete com autonomia e competências suficientes para decidir no terreno o que fosse necessário e com a devida celeridade.

Também dissemos que se devia ter constituído um fundo para onde fossem canalizadas as verbas para fazer face às despesas com a reconstrução e, portanto, a nossa discordância não é de agora, a nossa discordância é de início, a nossa discordância é desde o dia em que ali acima fomos, e mais: quando ali interviemos sobre o documento que define os apoios a conceder aos sinistrados, também dissemos que a reconstrução era tarefa de várias frentes e em simultâneo e está provado que o facto de se ter passado para uma segunda ou terceira prioridade a apreciação e a feitura de projectos que levem à reconstrução, já aqui vão mediados quase 7 meses e 7 meses, é bom que se diga, é mais de meio ano e falta apenas 5 meses para um ano.

Não tenho qualquer dúvida sobre o que ouvi e o que presenciei no Faial e no Pico e é-me grato reconhecer que foram ditas palavras de louvor aos serviços de algumas Secretarias, nomeadamente a Secretaria da Agricultura e Pescas.

O apoio que é dado é aquele que é. É 90% dos empréstimos feitos para a recuperação de equipamento ou de instalações para a agricultura. É o que é. Podemos discordar do seu volume, mas é aquilo que é e foi dado atempadamente.

A Secretaria da Educação e Assuntos Sociais deu orientações no sentido do funcionamento das escolas para que as crianças, aquelas que as frequentam, quer da escola secundária e preparatória, as podessem utilizar nas suas horas de trabalho e de estudo.

Por outro lado, ouvimos a comissão encarregada da reconstrução das Igrejas e do património de carácter religioso que aí está destruído e já dissemos ao Sr. Secretário que preferíamos ver, em vez dum leque de 25 para 75% dos apoios a conceder, que fosse retirada esta discricionalidade e fosse considerada uma percentagem fixa que nos parece mais correcta, que nos parece que devia ser elevada, porque o montante que está em causa é um montante demasiado elevado para esta comunidade religiosa que vive no Faial e no Pico. Portanto, não vemos isto apenas de óculos escuros,...

**Deputado Francisco Sousa (PS):** E gravatas pretas!

**O Orador:** ...vemos na justa medida em que é preciso ser visto, o que não podemos é pôr nem tapar o sol com a peneira, o que não podemos é de maneira nenhuma evitar e de dar nota das queixas que ouvimos, que todos nós ouvimos...

**Deputado Rui Pedro Ávila (PS):** Estão no relatório.

**O Orador:** Exactamente por isso, mas o relatório foi posto em causa, Sr. Deputado, e não foi por mim.

**Deputado Rui Pedro Ávila (PS):** Não foi, não senhor!

**O Orador:** O relatório foi posto em causa pelo Sr. Secretário.

**Deputado Dionísio de Sousa (PS):** A vossa interpretação ao relatório é que foi posta em causa!

**O Orador:** Não senhor.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

As pessoas perceberam a intervenção de ontem do Sr. Secretário, as pessoas têm vivido com preocupação este assunto e só para que fique registado e porque participei com honra, com seriedade e onerabilidade nesta Comissão, já agora gostava de partilhar com os Srs. o seguinte:

No final da reunião promovida pela Comissão de Acompanhamento na Reconstrução, a que assisti na freguesia dos Cedros ficou-me a mim, e não só, a nítida sensação de que perderam no tempo, dado que os esclarecimentos prestados foram de uma inconsistência que nos deixou na mesma perplexidade, não estava o famigerado gabinete da reconstrução, mas o que mais me impressionou foi o clima de medo bem patente nalgumas expressões à saída e principalmente na pouca participação da assistência na denúncia das irregularidades verificadas na condução de apoios, quer a nível do realojamento provisório quer da própria reconstrução.

E, constato que: "também eu tenho medo, o medo que me inibe de assinar estas linhas, o medo comum de vir a ser prejudicada naquilo a que justamente tenho direito. Então pergunto: Será mesmo que estamos num país livre no presente contexto? Uma afirmação positiva afigura-se de utópico ou aberrante e sinto medo, medo deste medo". Uma sinistrada.

O que está espalhado no Faial e que nós podemos constatar é isto, é medo.

**Vozes da bancada do PSD:** *Muito bem! Muito bem!*

*(Aplausos das bancadas do PSD e do PP)*

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Habitação e Equipamentos.

**Secretário Regional da Habitação e Equipamentos** (*José Contente*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu não tenho dúvidas que o PSD sempre teve uma leitura diferente de como é que este processo deveria correr, segundo a sua perspectiva, mas isso não dá nenhuma legitimidade à bancada do PSD ou àqueles que exprimem essas ideias para dizer que o processo correria melhor ou pior pelo facto de pensarem que essa era a razão de eficácia nesta ou em qualquer outra altura.

**Deputado Madruga da Costa** (*PSD*): O pior é que o actual não resolve!

**O Orador:** Os senhores não têm legitimidade...

**Deputado José Maria Bairos** (*PSD*): Toda!

**O Orador:** ...para fazerem esse tipo de avaliações. Têm só legitimidade para fazerem a vossa avaliação e a vossa avaliação não é, necessariamente, a razão deste processo e o Governo como órgão executivo tem a legitimidade para escolher a metodologia que entende para resolver este problema e para realizar os investimentos que a eles estão associados e que foram aprovados aqui.

Os Srs. têm legitimidade para fiscalizar essas acções, o resto são opiniões e esse tipo de observações são opiniões.

**Deputado João Cunha** (*PSD*): E nós não podemos ter opinião?

**O Orador:** De qualquer modo, gostaria também de dizer ao Sr. Deputado Madruga da Costa que não há sinistrados com medo deste Governo, porque nós não temos nenhum processo de intenções que não seja aquelas de aplicar correctamente o diploma que foi aprovado aqui e de, naturalmente, garantir às pessoas aquilo que elas têm direito e o que foi aqui aprovado, durante o tempo do investimento que está previsto, seja respeitado.

**Deputado João Cunha** (*PSD*): Não é isso que está em causa!



**O Orador:** Portanto, não há nem poderia haver nenhum medo que não correspondesse a situações infundadas e eu não me atrevo a dizer, situações que pudessem ser fabricadas.

Por isso, sob o ponto de vista do Governo, não há outra intenção no processo de reconstrução senão levar a bom termo um processo que é complexo, que gera muitas insatisfações aqui e em todos os lados que acontecem problemas deste tipo e a nossa preocupação vai ser, como no primeiro dia, garantida a eficácia do ganho das várias fases do processo de reconstrução, porque, se bem se lembram os Srs. Deputados, na primeira fase a insatisfação era porque os pré-fabricados nunca mais chegavam, depois era porque ainda as tendas não estavam todas retiradas, depois a insatisfação foi norteando para a reconstrução que não arranca.

Portanto, nós estamos perfeitamente cientes de que estas coisas são mesmo assim, mas da nossa parte a nossa única preocupação é que o resultado final desta operação não deixe margens para as insatisfações das pessoas que foram afectadas e não das interpretações que são suscitadas por outros.

Muito obrigado.

**Deputado João Cunha (PSD):** Quem faz interpretações erradas é o Sr.. Basta ler o Diário dos Açores e o Diário Insular!

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. deputado Rui Pedro Ávila.

**Deputado Rui Pedro Ávila (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu lamento profundamente que a intervenção que eu vou fazer não é uma intervenção, era um esclarecimento que eu queria prestar à Câmara na sequência da intervenção do Sr. Deputado João Greves. Lamento, porque julgo que estas questões tinham que ser, e sugeria isso à Câmara, vistas no sentido de ver como é que se interpretam todas estas situações que têm a ver só com esclarecimentos na sequência de intervenções dos Srs. Deputados, porque isto não é uma intervenção que eu quero fazer.

Peço que me desculpem, Sr. Presidente e Srs. Deputados, por este pequeno aparte, mas peço novamente que reflectam sobre isso.

Apenas quero dizer duas coisas:

O medo que o Sr. Deputado Madruga da Costa referiu na sua intervenção, é um medo dum cidadão que inclusivamente esconde o seu nome num artigo do jornal "O Telégrafo", mas que fique bem claro nesta Câmara: as reuniões com as populações foram abertas à comunicação social, abertas a imagens e ninguém pôs nenhuma questão a quem quisesse...

**Deputado Madruga da Costa (PSD):** Eu não pus isso em causa!

**O Orador:** ...e todos os Srs. Deputados procuraram que as pessoas se sentissem o mais à vontade possível e que não se inibissem. Foram sempre estas palavras que eu usava: "não se inibam em pôrem as questões que querem à Comissão". Que fique aqui esta pequena nota para que os nossos colegas deputados saibam do trabalho da nossa Comissão.

Sr. Deputado João Greves, eu quero dizer a V. Exa. que é no mínimo desilegante, não as palavras nem os adjectivos que usou, porque esses ficam consigo, mas à referência que faz à não presença do Sr. Secretário Regional acompanhar a Comissão na ilha do Faial, porque ele não foi ocnvocado pela Comissão. Talvez, porque V. Exa. não acompanhou os trabalhos da Comissão, e justificou as faltas e muito bem, não sabe que o Sr. Secretário não foi convocado. A Comissão entendeu que ele não precisava de ser convocado uma vez que comunicávamos ao CPR, comunicávamos ao Instituto da Acção Social, comunicávamos ao Sr. Presidente da Câmara, na área do seu Concelho e comunicávamos aos Srs. Presidentes da Junta, na área da sua freguesia, e comunicávamos às Sras. Professores dentro das suas freguesias.

Portanto, é deselegante, no mínimo, as referências que V. Exa. fez e que eu não podia deixar aqui passar.

Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente.

**Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente (Fernando Lopes):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Também para prestar um esclarecimento em relação a uma intervenção feita na parte da manhã, que já vem fora de tempo por via do processo que se está a seguir aqui

nesta Casa, que dizia que seria mais rápido se os serviços que dependem da Secretaria Regional da Agricultura e Pescas tivessem fornecido madeira para a reconstrução.

Os serviços da Secretaria Regional da Agricultura e Pescas, efectivamente, tanto no Faial como no Pico estão a fornecer madeira para a reconstrução.

Neste momento, concretamente, para a construção de T1 e T2 já foi fornecida madeira suficiente para a construção de 101 habitações. Isto por parte dos Serviços do Desenvolvimento Agrário.

Os Serviços Florestais, por sua vez, e não para a construção de habitação, mas sim para a reparação de e reconstrução de equipamentos agrícolas, nomeadamente atafonas, armazéns, etc., já forneceram 700 m<sup>3</sup> de madeira, o que corresponde a 800 árvores abatidas até o dia de hoje.

Também quero dizer que o fizeram sem procurar propagandear.

Se esta questão tivesse sido posta na Comissão pelo Sr. Deputado em causa, ela tinha sido respondida como o faço aqui de bom grado neste Plenário.

Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Secretário Regional Adjunto da Presidência.

**Secretário Regional Adjunto da Presidência** (*Francisco Coelho*): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

É evidente que o Governo tem consciência de que nesta matéria que envolve directamente as pessoas depois duma tragédia destas, é sempre muito mais importante, e para o Governo também, aquilo que falta fazer do que aquilo que já foi feito, mesmo que seja muito.

Os eventuais casos ainda por resolver, mesmo quantitativamente bem menores do que aqueles já resolvidos, pelo menos ao nível do realojamento provisório, continuam a ser importantes, porque as pessoas não são números para este Governo e ainda bem que todas as instituições aqui cumprem o seu papel; ainda bem que há uma Comissão Eventual deste Parlamento para acompanhar a situação do sismo e ainda bem que os Srs. Deputados chamam a atenção do Governo para este assunto, cumprindo assim todos o nosso papel.

Tenho, apesar de tudo, a consciência - e é por isso que vamos evoluindo - que o nosso sistema autonómico e a existência dum governo próprio tem possibilitado, também a

este nível e ao nível da resposta a catástrofes deste género, uma resposta bem melhor do que o abandono, pura e simples, a que, em situações do passado, ficavam votadas as populações e a ideia é exactamente essa, é que cada vez a resposta possa ser melhor e cada vez a resposta possa ser mais rápida.

Eu tive também, infelizmente, e por virtude das minhas funções a possibilidade de na semana passada visitar alguns bairros de desalojados.

A respeito da visita da Sra. Secretária de Estado da Habitação à ilha Terceira, eu estive em S. Mateus, na Canada da Arruda, no Bravio, em Farropo, no Posto Santo e a verdade é que, aquando do sismo de 80, durante um ano e tal houve tendas de campismo.

A verdade é que os módulos metálicos, péssimos, o que foi possível arranjar na altura, quase uma década foram continuando no Serrado do Bailão.

A verdade é que o seu desaparecimento do Serrado do Bailão, não significou, infelizmente, o seu desaparecimento por o problema estar resolvido. Foram escondidos em bairros longe das estradas onde ainda hoje estão. O sismo de 1 de Janeiro de 80, Sr. Deputado Joaquim Ponte, V. Exa. na altura, até pelas funções de Presidente da Câmara de Angra, tinha obviamente responsabilidades nessa matéria, estão por resolver. Vão ser agora resolvidos e já lá vão 19 anos.

Muito obrigado.

**Vozes da bancada do PS:** *Muito bem! Muito bem!*

*(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)*

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Almeida e Sousa.

**Deputado Nuno Almeida e Sousa (Indep.):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu pedi a palavra para participar neste debate no seguimento da intervenção do Sr. Deputado Fernando Meneses.

Antes porém, e ainda referindo-me ao episódio do início dos nossos trabalhos desta manhã, queria, pela parte que me cabe, pedir desculpa aos outros nove órgãos de comunicação social que estão ali em cima naquelas cabines por terem ficado à espera

quase duas horas que os nossos trabalhos começassem, porque estávamos nós à espera que a televisão começasse a trabalhar.

Infelizmente, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a nós cabe-nos fazer o nosso trabalho, à televisão o deles. Quem o faz bem feito, faz bem feito, quem o não faz bem feito os outros que protestem, mas não se espera que os outros façam o seu trabalho para fazermos o nosso.

Em relação a este debate da reconstrução queria lembrar ao Sr. Deputado Fernando Menezes e lembrar utilizando também as suas palavras.

O Sr. disse hoje aqui "os objectivos são do melhor que há". "Tudo vai ser bem feito", também afirmações suas. Quero lembrar-lhe, Sr. Deputado Fernando Menezes, que tudo vai ser bem feito e os objectivos são o melhor que há, porque a oposição naquela bela noite aqui neste Parlamento se reuniu numa sala aí em baixo para criar um diploma que constituiu os melhores objectivos para que tudo fosse bem feito e o Sr. e o seu Grupo Parlamentar não se dignaram a trabalhar e a participar da construção destes bons objectivos...

**Deputado Francisco Sousa (PS):** Nós estivémos uma hora parados!

**O Orador:** Eu não estou falando dessa hora que o Plenário parou. Ó Sr. Deputado, uma hora que o Plenário esteve parado comparado com 24 que eu estive acordado a trabalhar nesse diploma, é só uma vigéssima quarta parte, Sr. Deputado.

Isto é só para lembrar aos Srs., à população do Faial e à população dos Açores em geral que se tudo vai correr bem e se os objectivos são do melhor é porque esta Casa e a oposição nesta Casa fizeram um esforço sobrenatural naquela noite para que fosse assim e não com o apoio do Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

Espero na altura advertir na Comissão que este Governo saiba executar, da forma melhor e da forma mais exemplar, o objectivo com um instrumento tão bom que lhe pusemos na mão.

**Deputado João Cunha (PSD):** Não me parece!

**O Orador:** É isso, Sr. Deputado João Cunha, não me parece que este Governo esteja minimamente habilitado para levar a bom termo e para utilizar da melhor forma aquele belíssimo instrumento que nós produzimos naquela noite.

Também me parece, Sr. Deputado Fernando Menezes, que o Sr. terá alguma razão quando diz que pode haver aqui algum empolamento de algumas situações e alguma má vontade de alguns dos sinistrados. Admito isso e lembro que há situações dessas, há situações crónica dessas que têm 30 anos em outras ilhas dos Açores e em centros populacionais muito grandes onde as questões estão por resolver desde que temos autonomia e em centros urbanos que foram berço de Secretário de Equipamento. Todos nós sabemos isso.

Portanto, para lhe dar o benefício da dúvida naquela sua última intervenção, porque me parece também que é preciso que todos nós tenhamos noção que as pessoas, quando são colocadas perante uma Comissão Parlamentar ou às vezes à frente dumas Câmaras de televisão ou dum microfone, também fazem afirmações que depois mais tarde se vêm a confirmar que não são assim tão empoladas.

Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Freitas.

**Deputado Duarte Freitas (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar gostaria de afirmar que acho estranho que o Sr. Presidente do Governo que acompanhou a primeira Dama de Portugal na visita aqui ao Faial, para dizer que tudo estava bem, não esteja presente no primeiro órgão da Autonomia, quando se debate uma matéria de tão relevante importância.

**Deputado Mark Marques (PSD):** *Muito bem!*

**O Orador:** O Sr. Secretário Regional da Habitação e Equipamentos reagiu ontem da pior forma, segundo a minha perspectiva, em relação ao relatório e foi em relação ao relatório que o Sr. reagiu. Se o Sr. tivesse visto as suas imagens no telejornal há pouco teria visto que se tinha contradito aqui durante a manhã.

**Secretário Regional da Habitação e Equipamentos (José Contente):** Contradito?!

**O Orador:** Foi, de facto, em relação ao relatório, mas mesmo que fosse em relação à minha intervenção ela apenas espelhou o que estava no relatório. Foi isso apenas o que aconteceu e esse relatório foi aprovado por unanimidade.

Portanto, a sua fuga para a frente, Sr. Secretário,...

**Secretário Regional da Habitação e Equipamentos (José Contente):** Qual fuga?!

**O Orador:** ... atropelou os seus próprios colegas.

**Deputado Rui Pedro Ávila (PS):** Olhe que não! Olhe que não!

**Deputado João Cunha (PSD):** O Sr. não foi atropelado, porque tem peso bastante!

**O Orador:** Sr. Presidente, eu peço que me seja descontado algum tempo.

O Sr. Secretário vem agora e hoje tentar e continuar iludir aquela ilusão que foi criada, mas o Sr. Secretário tem que olhar para a realidade, tem que olhar para a verdade. Admita a verdade e assuma a responsabilidade que é, em primeiro lugar, sua.

A realidade que se constata junto dos sinistrados, Sr. Secretário, e na suas afirmações são bem mais contundentes que o relatório releva e eu vou dizer em discurso directo algumas delas:

Em Pedro Miguel um sinistrado:

"Há pessoas em situação desesperada."

Outro sinistrado:

"Isto é uma pasmaceira."

No Salão um sinistrado:

"O CRP tem andado a gozar e a enganar-me."

Outro sinistrado do Salão:

"Vivo nos escombros durante o dia e vou ficar com a minha família à noite."

Ainda outro do Salão:

"O CPR não atende as pessoas."

Nos Cedros:

"Responsáveis não aparecem no terreno."

Castelo Branco:

"Se fosse iniciada a reconstrução não seriam necessários tantos pré-fabricados" e o Sr., já disse que gastaram à volta de 2 milhões de contos com isso, o que é que isso não dava para reconstruir por administração directa.

Outro sinistrado de Castelo Branco:

"Já passaram 6 meses e continuam sem fazer nada, sem que o CPR apareça como hoje aconteceu."

Outro ainda da mesma freguesia:

"Entra-se no CPR sem saber nada e sai-se sem saber coisa nenhuma."

Outro:

"Vai-se ao CPR e é-se empurrado sem soluções."

Outro ainda:

"O Eng.º Nascimento disse que 31 de Outubro era o prazo para o realojamento e que para ele esse trabalho estava concluído."

**Deputado João Cunha (PSD):** Mais alguém disse isso aqui dentro!

**O Orador:** Na Feteira um sinistrado:

"Foi um erro atribuir ao Instituto de Acção Social culpa pela alteração das listas para realojamento". Aliás, isto não é de um sinistrado, mas do Presidente da Junta.

"Continua a indefinição igual a 9 de Julho."

"Não há poder de decisão no Faial."

"O CPR disse que os pré-fabricados eram com a junta". Confirmado pela população.

Isto são de novo afirmações do Presidente da Junta.

Sr. Secretário, isto é discurso directo. Isto é mais do que aquilo que vem no relatório.

O relatório ainda foi muito suave e tentou compilar as principais afirmações.

Sr. Secretário, algo tem que mudar. Não imagino nem ninguém compreenderia, nem sequer os seus próprios pares, julgo eu, quanto mais os sinistrados que depois deste relatório tudo continuasse na mesma.

A sua teimosia ao continuar, ficará tristemente para a história gravada com letras de dor e incompreensão, nomeadamente pelos sinistrados.

A sua arrogância, como já ficou provada, continua, ficará registada tal como ficou ontem quando tentou disfarçar a sua incompetência com ofensas à consciência dos sinistrados.

**Vozes da bancada do PSD:** *Muito bem! Muito bem!*

*(Aplausos das bancadas do PSD e PP)*

**Presidente:** Eu peço a atenção para o facto do Governo já não dispôr de mais tempo para este debate.

Tem a palavra o Sr. Deputado João Greves.



**Deputado João Greves (PP):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Vou ser muito breve, mas vejo-me na obrigação de responder, nomeadamente ao ilustre Deputado Sr. Rui Pedro Ávila.

Certamente que o Sr. Secretário não é convidado directamente, mas é convidado o CPR e acho, no meu fraco entender, que o órgão máximo do CPR é o Sr. Secretário. Acontece que o CPR por alguma razão não pôde ir. Ora, se o CPR não podia ir, alguém teria que ir e podia ter sido o Sr. Secretário.

Só vou acrescentar mais duas palavras aos meus amigos:

Se eu não dissesse aquilo que disse aqui há pouco, podem ter a certeza que eu não saía daqui com a consciência tranquila. Eu não inventei nada, apenas disse aquilo que se tinha passado.

Depois de ver tanto drama e tanta realidade, ficarmos calados com a nossa consciência é muito triste e isso eu nunca vou fazer dentro desta Casa.

Há aqui um facto que eu até não era para o abordar, mas já que ele foi falado aqui, e não tenho aqui nenhum jornal, mas vou citar um facto que é o medo. Isto realmente é triste. Vou citá-lo da maneira que ele é posto:

Há um sinistrado da freguesia da Praia do Almojarife chega-se ao pé de mim e pergunta-me assim com estas palavras: "O Sr. é que é o Deputado do Corvo?" "Sou sim senhor" e esse senhor pega num bilhete e põe-me lá as perguntas que queria fazer. E eu disse-lhe "o Sr. não pode fazer isso".

Ele responde-me assim: "O Sr. sabe... o Sr. talvez se fizesse era melhor". E eu perguntei-lhe, mas porquê? E ele responde-me: "O Sr. faça isso que tem toda a liberdade. O Sr. faça, porque se calhar posso ficar pior do que já estou". Meus amigos, é triste uma situação destas.

Eu estava para não abordar isto aqui, mas se o jornal diz, e aquela pessoa vem falar comigo nestes termos, realmente não se pode ficar calado e tem que se denunciar estas coisas. Isto é, realmente, muito triste, meus amigos.

Com respeito ao Sr. Secretário, congratulo-me pelo facto da madeira estar a ser disponibilizada, só que podia ter sido mais cedo e, se calhar, não precisávamos de ter importado tantos pré-fabricados como importámos e, naturalmente, seria mais barato à Região.

**Deputado Herberto Rosa (PS):** Isso é consciência de 20 anos!

**Deputado Dionísio de Sousa (PS):** Não é se calhar!

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Ponte.

**Deputado Joaquim Ponte (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu não era para intervir, mas há duas situações que ao longo do debate me suscitaram aqui alguma surpresa de forma, digamos, desagradável.

A primeira delas tem a ver com o teor deste relatório e o teor deste relatório, para quem acompanha à distância, como eu, os trabalhos da reconstrução e que temos uma ideia aproximada de que as coisas não correm pelo melhor, agrava efectivamente essa percepção que as pessoas à distância têm.

A segunda surpresa desagradável é o Sr. Secretário vir aqui dizer, como acabou de o fazer, que o PSD não tem legitimidade para se pronunciar sobre essas matérias.

Sr. Secretário, o PSD tem legitimidade para se pronunciar sobre essas matérias, desde logo, porque é um partido da oposição e também porque o PSD sobre esta matéria - e não queria trazer novamente aqui à colação um assunto que tão mal tem sido tratado pelo Sr. Secretário nestes últimos tempos - tem uma experiência acumulada do ano de 1980 na ilha Terceira que, em termos de dimensão, teve 10 vezes mais, infelizmente, para todos os açorianos e para os terceirenses em particular, do que aquela com que os Srs. se vêm hoje confrontados.

É espantoso, Sr. Secretário, que se teçam críticas tão duras a um processo que na sua globalidade, pessoas de reconhecida competência técnica consideraram um processo de sucesso, um êxito, quando o Sr. é responsável por um processo de menor dimensão que ainda sem sequer se iniciar já está, de acordo com o relatório, cheio de falhas, cheio de omissões, cheio de lacunas bastante graves.

Mas, há uma coisa em que estaremos certamente de acordo, Sr. Secretário, é que relativamente à metodologia ela é substancialmente diferente aqui e os Srs. estão no seu pleníssimo direito de ter uma metodologia diferente daquilo que foi feito em 1980, tal qual como o governo da altura tinha o direito de ter adoptado a metodologia que adoptou e adoptando uma metodologia diferente naquela altura, as opções foram outras e os resultados foram outros também e cito-lhe apenas dois ou três exemplos

que penso que caracterizam bem a diferença de opções que foram tomadas e os resultados que elas tiveram.

Efectivamente, em 1980, Sr. Secretário, a opção do Governo foi pelo envolvimento e pela responsabilização das populações nos trabalhos de reconstrução que se fizeram na ilha Terceira. As pessoas participaram, foram responsabilizadas e por isso mesmo se lhes atribuíu materiais. Atribuíram-se materiais - e aqui até estou de acordo consigo - e admito, Sr. Secretário, que tenha havido alguns abusos na utilização...

**Deputado Dionísio de Sousa (PS):** Essa é uma palavra que não está no relatório!

**O Orador:** Um momento Sr. Deputado Dionísio de Sousa que eu já termino.

**Deputado Madruga da Costa (PSD):** Não se adiante, Sr. Deputado!

**O Orador:** Ó Sr. Deputado ainda não acabei, o Sr. Deputado deixe-me acabar.

Sr. Presidente, peço que seja descontado este tempo.

*(Apartes inaudíveis da Câmara)*

**Presidente:** Srs. Deputados, peço que deixem o Sr. Deputado Joaquim Ponte concluir a sua intervenção.

**O Orador:** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Secretários:

Sr. Deputado Dionísio de Sousa, peço-lhe que me deixe terminar a intervenção.

Mas, dizia Sr. Secretário, eu até admito que possa ter havido algum abuso na utilização de materiais, mas quero-lhe dizer o seguinte: o abuso que houve, em face da dimensão que foi a reconstrução de 80, foi absolutamente insignificante e o abuso de materiais que houve, se houve Sr Secretário, porque nem o Sr. nem eu podemos provar que o houve, suspeitamos que houve, constituíu, pelo menos, uma mais valia que ficou naquela terra; constituíu, pelo menos, mais um quarto de banho que se construíu, constituíu, pelo menos, mais uma cosinha que se arranjou, mais um quarto para um membro do agregado familiar que se construíu e essa foi uma mais valia que ficou ali.

As opção dos Srs. é outra e estão no seu pleno direito. A opção dos Srs. é entregar a empreiteiros, entregar a empresas de fora e esses hão-de ser os beneficiados das mais valias.

**Deputado Rui Pedro Ávila (PS):** Não é de fora!

**Deputado Francisco Sousa (PS):** Não há no Faial?

**O Orador:** No caso da Terceira não foi assim. A nossa opção foi outra. Outras das opções que distingue claramente, Sr. Secretário, outra das opções que foi feita, quando nós éramos Governo e que se distingue claramente daquela que está aqui a ser feita, foi que nós apostámos na rapidez e a rapidez significava instalar rapidamente as pessoas, isto por uma questão de comodidade dessas pessoas e para evitar instalações provisórias que, além de incómodas, são dispendiosas. A rapidez tinha mais uma razão, Sr. Secretário,...

**Secretário Regional da Habitação e Equipamentos (José Contente):** Deixe-se disso!

**O Orador:** Eu não o interrompi enquanto o Sr. falou.

... que era para que não se perdesse mais do que aquilo que já estava destruído, para salvaguardar rapidamente aquilo que ainda restava.

O que os Srs. estão a optar aqui é pela lentidão, é pela burocracia, é pelas comissões, é pelos gabinetes, é pelos projectos, é pelos estudos, é pelo fomento. Sr. Secretário, os Srs. estão aqui a fomentar a instalação provisória. Nós fizemos ao contrário, nós tentámos rapidamente responder às pessoas.

A capacidade de resposta, Sr. Secretário, foi completamente diferente e o Sr. peque naqueles trabalhos que existem, e julgo que são trabalhos credíveis, sobre o sismo de 80 e o Sr. vai verificar nesses trabalhos que a capacidade de resposta em 1980 foi a seguinte:

- no fim de Janeiro, passado um mês, havia 450 casas em reparação;
- no fim de Junho havia 3.257 casas em reparação;
- no fim de Junho havia 1410 casas concluídas. Isto ao fim de 6 meses.

**Deputado Rui Pedro Ávila (PS):** Isso já foi debatido nesta Casa!

**Deputado Mark Marques (PSD):** Dói ouvir!

**O Orador:** Sr. Secretário, passados 7 meses no Faial o número de casas reconstruídas é zero e nem sequer as pessoas ainda estão completamente instaladas.

**Secretário Regional da Habitação e Equipamentos (José Contente):** O Sr. é que está a dizer isso!

**O Orador:** Deixe-me terminar que eu termino já.

Os Srs. dizem que precisam de 5 anos para reconstruir aquilo que está estragado na ilha do Faial.

**Deputado António Meneses (PSD):** Ao fim de 5 anos, 15 mil casas já estavam construídas!

**O Orador:** Ó Sr. Secretário, se aqui são 1.500 casas e os Srs. precisam de 5 anos, na Terceira que foram 15.000 casas, nós precisávamos de dez vezes mais tempo. Precisávamos de 50 anos e ainda não estávamos a meio da reconstrução.

*(Aplausos das bancadas do PSD e do PP)*

**Presidente:** Sr. Deputado, agradeço que termine, pois o seu tempo já acabou.

**O Orador:** Eu termino já, Sr. Presidente.

De resto, aquilo que se passou na Terceira em 80 só merece censura do Sr. Secretário, porque os técnicos do LNEC, que julgo que são bem credenciados sobre estas matérias, e julgo que até mais que o Sr. Secretário Regional, consideram que o que se passou na ilha Terceira, e vem escrito, nas publicações da altura, como um êxito e um exemplo a seguir.

**Secretário Regional da Habitação e Equipamentos (José Contente):** O Sr. está a falar no sismo de 80!

**O Orador:** Os terceirenses tiveram uma desgraça muito grande, mas tiveram uma sorte, sabe qual foi: foi de serem os principais obreiros da reconstrução e tiveram um Governo que soube responder às suas ansiedades e aos seus anseios.

**Secretário Regional da Habitação e Equipamentos (José Contente):** Os faialenses também têm isso!

**O Orador:** Os faialenses tiveram a mesma desgraça que nós tivemos, mas não têm, infelizmente, a sorte que a gente teve.

Muito obrigado.

*(Aplausos das bancadas do PSD e do PP)*

**Secretário Regional da Habitação e Equipamentos** (*José Contente*): Vão ter que dividir os que têm iniciativa e os que não têm!

**Presidente:** Para participar no debate tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Menezes.

**Deputado Fernando Menezes** (*PS*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Medo, medo de quê?!

Com todo o respeito por essa pessoa e pelas palavras e também pelo Sr. Deputado Madruga da Costa e pela leitura que faz do jornal, essas pessoas têm medo de quê?!

**Deputado João Cunha** (*PSD*): Daquilo que os Srs. fazem. Do CPR, do Sr. Secretário e das mentiras que lhes dizem lá!

**O Orador:** Será que essas pessoas, coitados, ainda estão, se calhar, com a mentalidade de antes do 25 de Abril. Medo de quê?!

**Deputado João Cunha** (*PSD*): Daquilo que os Srs. fazem. Do CPR, do Sr. Secretário e das mentiras que lhes dizem lá!

**O Orador:** O Sr. Deputado da Graciosa, de facto, é tão engraçado que devia ser nomeado o bôbo da corte. Para bôbo da corte já não lhe falta nada, Sr. Deputado.

*(Apartes inaudíveis da bancada do PSD)*

**O Orador:** O Sr. cale-se e deixe-me falar. Por amor de Deus, estou a falar de assuntos sérios. Que chatice! O Sr. não consegue distinguir o que é que é sério do que é a brincar. Por amor de Deus.

Estou a falar de medo, porque falou-se aqui de medo...

**Deputada Berta Cabral** (*PSD*): E há medo!

**O Orador:** ...e disse-se que haviam pessoas que tinham medo e eu não percebo porquê.

Eu andei e ando por aí todos os dias e nunca ninguém me disse que estava com medo de coisa alguma.

Vivemos em democracia há 25 anos. Quem tem medo, depois de 25 anos, compra um cão!

Não me venham com choraminguices do medo. Alegrem-se e transmitam essa alegria às pessoas e deixem-se de choramingar, por amor de Deus.

Parte seguinte:

Citações em discurso directo também se ouvem:

Flamengos

"Em minha casa nunca tive uma casa de banho. Agora tenho, estou bem melhor".

**Deputado Duarte Freitas (PSD):** Isso não foi agora!

**Deputado Rui Pedro Ávila (PS):** Foi agora!

**O Orador:** Ribeirinha

"Este Governo não pode fazer mais".

Espalhafatos

"Só tenho a dizer bem deste Governo. Não tenho nenhuma razão de queixa. Sei que isto é muito complicado, é preciso ter paciência".

Ouçam esta:

"Já fui sinistrada do vulcão. Os Srs. nem queiram saber o que sofremos, e ainda dizem mal do que se está a fazer agora!".

Não tenho mais nada para dizer.

**Deputado Sidónio Bettencourt (PSD):** O Vulcão foi no tempo do fascismo!

**Presidente:** Sr. Deputado João Cunha, faço lembrar que o Grupo Parlamentar do PSD já esgotou o seu tempo.

**Deputado João Cunha (PSD):** É para defesa da honra.

**Presidente:** Tem a palavra para o efeito.

**Deputado João Cunha (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu tenho alguma dificuldade em iniciar esta minha intervenção para defesa da honra, mas gostaria de dizer que não venho aqui para brincar nem para ser engraçado e, como tal, constato realidades apenas e só.

O Sr. Deputado Fernando Meneses se na sua cegueira de não querer ver a realidade, assim o leva a interpretar quando eu em apartes, que são regimentais, digo aquilo que são as verdades e que se podem constatar nos diversos órgãos da comunicação social,

o Sr. chama a isso ser bôbo da corte. Peço-lhe imensa desculpa, mas devolvo isso tudo à procedência.

**Vozes da bancada do PSD:** *Muito bem! Muito bem!*

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Dionísio de Sousa para uma intervenção.

**Deputado Dionísio de Sousa (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Desejava saber, em primeiro lugar, que tempo é que dispõe o PS.

**Presidente:** O Grupo Parlamentar do PS dispõe de 8 minutos.

**Deputado Dionísio de Sousa (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu gostaria de fazer uma observação relacionada apenas com um aspecto que parece ensombrar toda essa questão que atira para um pressuposto da existência de modelos perfeitos para resolver esses problemas de reconstrução de sismos e de calamidades.

Modelos perfeitos seriam aqueles que resolvessem instantaneamente todos os casos que não fossem sujeitos a desvios, que não provocassem marginalização, que não provocassem casos marginais, que não envolvessem problemas complexos de comportamentos. Aqui foram usadas imensas palavras de ansiedade, de falta de informação, de angústia, de incerteza, de desesperança, de desespero por demasiado tempo de procura de saídas que não se encontram, mas eu não ouvi aqui pronunciar palavras como abusos, como nepotismo, como favoritismo, como disparidade de critérios...

**Vozes da bancada do PSD:** Está no relatório!

**O Orador:** ... como serviço de clientelas partidárias.

Não ouvi falar em relação a tudo o que se passou nesses meses. Ouvi falar sim nesses processos psicológicos complexos pelos quais as pessoas passam pela fragilidade da situação em que caíram. É perfeitamente normal.

Ouvi e foi preciso ir buscar um jornal para usar a palavra "medo" sobre o anonimato.

Foi preciso ir buscar um jornal para isso.

No discurso directo nem no discurso transcrito no relatório aconteceu nada disso.

**Deputado José Maria Bairos (PSD):** Quem tem medo não fala!

**O Orador:** Mas, há uma situação, efectivamente, nova. Nós estamos à procura dum modelo diferente para resolver este problema; há procura estivemos em 96 nas Flores;



há procura estivemos na Ribeira Quente; há procura estivemos na Povoação. Todos esses processos tiveram críticas, tiveram críticas acerbas, foram complicados e difíceis, passaram por esses momento de aparente desorientação, de não se saber o caminho, o de se estar parado, de ter sido feito mal ontem e de não se saber o que será amanhã. Todos esses processos passaram por tudo isso.

Neste momento não se fala em nenhum desses outros processos, fala-se apenas nesse e generaliza-se e insinua-se que é o processo que está completo como se não fosse um processo em evolução, como se as fases desse processo não estivessem previstas, como se em outros processos tivessem sido evitados todos os erros, porque há uma visão mítica do passado, aliás, há sempre do lado da bancada do PSD esse problema do passado...

*(Risos da bancada do PSD)*

**Deputado António Meneses (PSD):** O PS é que tem!

**O Orador:** ... que o PSD não quer que nós o recordemos, mas que o recorda quando julga que o pode fazer funcionar a seu favor esse passado, mas nesse caso de cataclismo, nesse caso de construção não pode.

**Deputado António Meneses (PSD):** Pode!

**O Orador:** Há quem o pode fazer recordar que é o povo da Terceira.

**Deputado António Meneses (PSD):** E recorda bem!

**O Orador:** Recorda, mas o povo da Terceira recorda outras coisas.

Eu passo a um testemunho da mesma pessoa que fez a análise do processo na sua evolução em 83 e que fez o elogio de quem?

**Deputado António Meneses (PSD):** Isso foi no editorial. Leia-o todo!

**O Orador:** Fez o elogio do povo da Terceira essa mesma pessoa que faz a análise desse processo da Terceira, em Janeiro de 99 utiliza, em relação a este processo, as palavras que não estão nesse relatório, o abuso, o favoritismo, a prepotência, o uso de direitos que as pessoas não tinham. Essa mesma pessoa é uma pessoas de todos conhecida, o Dr. Álvaro Monjardino que em 83 comparava o que se passava na Terceira com o que se tinha passado. O título diz isso mesmo:

"O povo na reconstrução após o sismo de 80 e na fortificação da Terceira em 1581 a 82, um esboço de paralelo". Ele faz esse paralelo. Vai buscar os textos sobre a Terceira tirados dos historiadores do Século XVI e diz que "em 80, na Terceira, não havia o rei estrangeiro a repelir. Havia uma casa de cada um a recuperar. Porém, existem mecanismos análogos e volta a manifestar-se uma enorme sintonia colectiva. Essa comunidade, sob vários ângulos, apontava como algo indolente, rotineira e pouco realizadora, é capaz de um dinamismo insuspeitado, desde que haja uma motivação colectivamente sentida e assumida como tal. Para isso tem de encaixar no seu modo de ser ou no seu fundo cultural. Há quatro séculos foi o patriotismo português, em nossos dias o desejo de uma casa própria".

O que era necessário em 80 continua a ser necessário agora. É encontrar em relação à situação do Faial, exactamente, o seu modo de ser e o fundo cultural do Faial e na Terceira isso foi encontrado.

Mas, essa mesma pessoa que faz essa apologia em 83, diz em 99: "houve abusos...

**Deputado António Meneses (PSD):** Leia o editorial todo!

**O Orador:** ...e houve, fundamentalmente, porque a administração não os corrigiu logo". "Proprietários de veículos tiveram o tratamento, injustamente favorável, de contribuintes pobres, agentes económicos prósperos viram-se financiados para instalações próprias novas, substituindo instalações alheias, velhas e deficientes e houve requisições de materiais desviados dos seus correctos fins e houve os abusos..."

**Vozes da bancada do PSD:** Leia o editorial todo!

*(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)*

**Deputado António Meneses (PSD):** Não é assim! Leia tudo para ter uma atitude verdadeira. O Dr. Álvaro Monjardino considera o processo da reconstrução do sismo de 80 positivo!

**Deputado Eugénio Leal (PSD):** O Sr. é desonesto! Por isso é que caiu do cargo que ocupava!

**Deputado Vasco Cordeiro (PS):** O Sr. tenha cuidado!

**O Orador:** Eu leio aquilo que quero demonstrar: "o abuso".

**Vozes da bancada do PSD:** Leia tudo!

**O Orador:** Não tenho nada que ler tudo.

**Presidente:** Srs. Deputados, por favor deixem o Sr. Deputado Dinísio de Sousa completar a sua intervenção.

**O Orador:** Eu leio se tiver tempo. É um problema de tempo.

Eu peço ao Sr. Presidente que me desconte o tempo.

**Deputado João Cunha (PSD):** O Sr. é muito habilidoso, mas nós já conhecemos a sua habilidade há muito tempo!

**Presidente:** Peço aos Srs. Deputados o favor de deixarem o Sr. Deputado Dionísio de Sousa concluir a sua intervenção.

**O Orador:** Mas, voltemos a um dos capítulos inevitáveis em relação à distribuição de materiais. Neste capítulo, são palavras de 83 "houve lamentáveis nepotismos e disparidade de critério". Não são palavras de 99. Em 99 não aparece palavras dessas.

**Deputado José Maria Bairos (PSD):** Até fazem transferência de 22 mil contos!

**O Orador:** Nalgumas freguesias surgiu uma tendência para favorecer clientelas partidárias ou para beneficiar algumas delas em relação a outras.

**Deputado João Cunha (PSD):** O Sr. pergunte a uma Sra. daqui do Faial por que é que ela saíu do Secretariado de Ilha do Partido Socialista e o Sr. vai ficar a saber por que é que foi!

**Presidente:** Sr. Deputado João Cunha peço o favor de deixar o Sr. Dionísio de Sousa concluir a sua intervenção.

**O Orador:** Eu não tenho pressa, desde que o tempo não conte. Não há pressa nenhuma.

**Presidente:** Não é uma questão de pressa, é uma questão de direito. Tem a palavra para concluir, Sr. Deputado.

**O Orador:** O relatório vive de exemplos e dou-vos dar um exemplo também retirado do jornal "A União" de Abril de 1980:

"Duas casas vizinhas com o mesmo tamanho e tipo de estragos, a uma dá-se 40 sacos de cimentos ou 20 e a outra 10 ou 8".

"Nuna zona da ilha foram dados de entrada 100, 200, 300, 600 sacos para reparação de certas casas e noutras zonas a conta gotas".

E, mais adiante diz:

"Pátios, passeios, muros, casas de banho que não existiam, currais de porcos, etc., etc., a uns e a outros nada".

Eu podia continuar a inumerar os casos, mas houve os abusos, houve o povo enquadrado politicamente e houve erros. Houve erros de quem, para além desses abusos?

Todos esses sistemas geram os fazedores do sistema que o seguem, geram os aproveitadores do sistema que abusam dele, geram os comentadores do sistema, os comentadores de café, os políticos e os jornalistas, mas o problema é quando os políticos e os jornalistas ficam ao nível dos comentadores de café, e geram os marginais do sistema, aqueles que não conseguem aproveitar as virtualidades que ele despoletou.

E, se há razões de queixa na Terceira, - e não fui eu que trouxe para aqui o exemplo de 80 e da Terceira - há as conclusões tiradas, que são bem claras, num relatório e num resumo do debate apresentado pelo Sr. António Rui de Mendonça Andrade, que as pessoas conhecem, e que fala:

- da falta de ligação entre os vários organismos envolvidos na reconstrução, tais como GAR, DRA e Câmaras Municipais;
- da ausência de um plano director da cidade, peça fundamental para que pudesse ter havido uma melhor e mais rápida resposta às soluções urbanísticas levadas a cabo;
- da má gestão por parte das entidades oficiais na ocupação dos solos destinados ao alargamento urbano da cidade, dos Bairros da Terra-Chã e S. João de Deus, soluções para um realojamento rápido dos sinistrados. Cumpriram quase só exclusivamente essa função, pois pecam por uma excessiva ocupação do solo e a ausência de zonas de serviço, duma distribuição de malha social não usual na Região que não tenha em conta os hábitos culturais das populações, serem bairros construídos como transitórios, mas com todas as possibilidades de passar a definitivo num futuro próximo.

Há a marginalização neste modelo que foi utilizado na Terceira.

Não há modelos perfeitos, não há modelos transponíveis.

Nós estamos à procura de um modelo. Estamos a realizá-lo com indecisões, com imperfeições, com sobressaltos, sujeitos a críticas, mas liberto da maior parte desses erros que estão assinalando a tal mítica reconstrução, devido ao povo terceirense, mas em que os erros das entidades oficiais ficaram bem claros, ficaram bem registados nos documentos que nós conhecemos.

E, não há essa reconstrução de 80 que os Srs. têm na vossa memória. É uma reconstrução mítica e é na base dessa reconstrução mítica, que não corresponde aos factos, que os Srs. criticam como se fosse definitiva uma fase dessa reconstrução, cujo modelo nós tivemos a coragem de procurar, porque temos a coragem de procurar aquilo que se procurou para a Terceira que é adaptarmos à peculiaridade, às circunstâncias psicológicas, às circunstâncias sociais, ao envolvimento da população do Faial e àquilo que também diz o Álvaro Monjardino na outra parte do texto do mesmo editorial, que eu leio:

"Vai por aí uma zaragata como se reconstruiu depois do sismo de 80 e como vai a reconstruir-se depois do de 98.

Não há dúvida que 18 anos representam uma distância temporal e anímica muito significativa entre uma Região que vivia com esperança os primeiros anos da sua Autonomia e essa mesma Região já viciada por duas décadas de subsídios e crescente providencialismo governativo.

A grande diferença entre a reconstrução de 80 e a actual, está no papel em que desempenhou a sociedade civil, fosse ela sinistrada ou não".

Aqui está a razão por que nós estamos procurando o novo modelo.

Passaram duas décadas sobre esse modelo...

**Deputado Luís Resendes (PS):** É verdade!

**O Orador:** ...e nós queremos um outro...

**Deputado Manuel Brasil (PSD):** Só que escolheram o modelo errado!

**O Orador:** ...para que não voltem a ser repetidos os mesmos erros e que chegue à mesma solução e nós já comprovámos que somos capazes de procurar esses modelos, aplicá-los e de resolver esse problema para os açorianos.

Procurámos e encontrámos nos outros cataclismos. Procurámos e encontrámos outras soluções que caracterizam esta nova autonomia e estamos a caminho num processo que não nos envergonha,...

**Deputado Manuel Brasil (PSD):** Quem não tem vergonha todo o mundo é seu!

**O Orador:** ...num processo adequado para os faialenses e que tem as suas imperfeições, tem as suas limitações, mas é um processo para o qual esta Assembleia sancionou. Os Srs. sabem.

**Presidente:** Sr. Deputado, peço que termine, porque o seu tempo já se esgotou.

**O Orador:** Eu termino já, Sr. Presidente.

Os Srs. sabem qual foi a contribuição, segundo os estudos de 80, para a reconstrução?

Os Srs. sabem qual era o peso do rendimento familiar que as pessoas retiravam na construção em 80? Está aqui num texto assinado por Alvarino Pinheiro, António Maio e João Moniz:

"Parte do rendimento familiar médio canalizado para pagamento de juro, 18,9%".

Os Srs. sabem que este Governo propôs, e esta Assembleia adiantou-se, no modelo em que a contribuição pedida pelos sinistrados é, em 90% dos casos, 10%. Portanto, é um tipo de reconstrução que está baseada no erário público e esse erário público tem que ser administrado por forma diferente do que o simples diploma em que quem corre 20% da responsabilidade é apenas as linhas de crédito.

Não foi esse modelo que o Governo quis. Não foi esse modelo que a Assembleia Regional quis e, portanto, há que assumir até ao fim a responsabilidade desse novo modelo,...

**Deputado José Maria Bairos (PSD):** O Sr. Secretário é que quis assim!

**O Orador:** ...há que ordená-lo, há que aplicá-lo, há que continuar a desenvolver, há que aproveitar o funcionamento dessas comissões de acompanhamento que em 80 nem se sonhava que viessem a existir, nem em 91, nem em 94.

Quando o Presidente do Grupo Parlamentar do PS pedia informações às repartições oficiais e como resposta diziam que era um caso absolutamente novo e que estava a ser analisado por constitucionalistas, até hoje continua a ser analisado por constitucionalistas.

Meus Senhores, a diferença entre 80,...

**Deputado António Almeida (PSD):** Foi muito diferente!

**O Orador:** ... nos processos, nos métodos, na vida, na sociedade é diferente. É esta diferença que nós devemos ter em conta. É nesta diferença que nós procuramos adaptar-nos às circunstâncias e levar a bom termo esta reconstrução.

**Presidente:** Sr. Deputados, agradecia que terminasse, porque o seu tempo já se esgotou há muito.

**O Orador:** Eu termino, pedindo só que acabem também as ficções políticas. Ponha-se 80 onde deve estar e ponha-se 98 também onde deve estar e procuremos todos um modelo novo para encontrar a resposta nova e solução nova para os faialenses. Muito obrigado.

*(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)*

**Deputado António Meneses (PSD):** Nós vamos tirar fotocópia e ela vai circular!

**Presidente:** O Sr. Deputado Jorge Valadão deseja a palavra para?

**Deputado Jorge Valadão (PSD):** Eu desejava interpelar a Mesa, Sr. Presidente.

**Presidente:** Faça o favor.

**Deputado Jorge Valadão (PSD):** Eu desejava saber o tempo que foi usado pelo Partido Social Semocrata e o tempo que foi usado pelo Partido Socialista neste debate.

*(Pausa)*

**Secretária:** Eu não percebi a pergunta, Sr. Deputado.

**Deputado Jorge Valadão (PSD):** Eu desejava saber o tempo utilizado e gasto em minutos, neste debate, pelo Partido Social Democrata, pelo Partido Socialista, pelo Partido Comunista e pelo Partido Popular.

**Secretária:** O Partido Social Democrata gastou 30 minutos; o Partido Socialista gastou 33 minutos, à volta disso...

**Deputado João Cunha (PSD):** À volta, não é certo!

**Secretária:** Não vale a pena estar aí excitado, porque eu vou dizer exactamente o que se passou.

O Partido Socialista, quando o Sr. Deputado Dionísio de Sousa começou a falar tinha ainda 8 minutos e quando terminou esse tempo, eu disse isso ao Sr. Presidente da Mesa. A partir daí não contei mais tempo. Portanto, o que eu estou a fazer é uma estimativa que, após os 30 minutos, terá falado mais 3 minutos, ou seja, 33 minutos que foi o que eu disse há bocadinho.

Como vê estou a responder à pergunta que me fizeram.

O Partido Popular sobram-lhe tem 7 minutos; o Partido Comunista 1 minuto e o Governo gastou 31 minutos e o Sr. Deputado Independente 2 minutos.

Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

**Deputado Paulo Valadão (PCP):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Vou procurar, utilizando o tempo que me resta, tecer umas considerações finais sobre a matéria que tivemos em debate.

Em nosso entender o fundamental a a conclusão final deste relatório teria que ver com o ser-se capaz de avaliar o que correu mal e ser-se capaz, da parte do Governo, de alterar os procedimentos errados e incorrectos que existiram e que estão consignados no relatório.

Pensamos que o fundamental é que, efectivamente, os procedimentos errados fossem revistos.

Um outro aspecto que queria realçar é que a avaliação contida no relatório não é uma avaliação das próprias pessoas como aqui foi dito há pouco.

Esta avaliação pode ser confrontada com aquilo que possuía o Instituto do Serviço Social, as Juntas de Freguesia e a própria Câmara Municipal. Lamentavelmente não pôde ser confrontada com aquilo que possuía o CPR e aqui está o grande busilis da questão e muito do que aqui se passou e muito do que aqui foi especulado tem a ver, exactamente, com o facto dos principais responsáveis do CPR não terem tido a tal disponibilidade de terem estado presentes nas reuniões.

Também quero dizer que - e já foi dito, quer durante a Comissão, quer aqui - esses Srs. tiveram conhecimento das nossas reuniões e foram convidados a estar presentes.



Um outro aspecto que foi pouco referido e que também fazia parte do nosso relatório, tem a ver com a reconstrução das Igrejas e pela respectiva Comissão foi dito que lhes bastaria 200 ou 250 mil contos em 99 para poderem arrancar com o processo.

Eu quero terminar lamentando o facto, apesar do orçamento regional que temos, de não haver a disponibilidade ou de não ter havido, pelo menos, até à altura que nós fizemos a reunião, a disponibilidade dos tais 250 mil contos para resolver o problema de 1999 da Comissão de Reconstrução das Igrejas.

**Presidente:** Não tendo mais inscrições, vou por encerrado o ponto 1 da Ordem do Dia.

Passamos ao ponto 2 que é a **Proposta de Resolução que estabelece a composição e a denominação das Comissões Especializadas Permanentes da Assembleia.**

O documento já foi distribuído e foi aprovado em Conferência de Líderes e, portanto, vou pôr à votação esta Proposta de Resolução que fixa a composição e a denominação das nossas Comissões Especializadas Permanentes.

Os Srs. Deputados que concordam mantenham-se, por favor, como estão.

**Secretário:** A Proposta de Resolução foi aprovada por unanimidade.

**Presidente:** Vamos passar agora à discussão e votação da **Proposta de Decreto Legislativo Regional sobre "Observação de Cetáceos"**.

Para apresentar o diploma tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Economia.

**Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu peço imensa desculpa de não estar presente na totalidade da discussão deste diploma, porque terei que me ausentar e os trabalhos começaram mais tarde do que o previsto e por isso mesmo este diploma não foi discutido da parte da manhã.

Devo dizer que este diploma é importante para os Açores, porque define ou cria um modelo, com algum rigor, de desenvolvimento das actividades de observação dos cetáceos, o designado "Whale Watching". Uma actividade que de alguns anos a esta parte tem vindo a aumentar o seu significado económico e para além do significado económico tem um significado emblemático que urge ser regulamentado.

É a primeira vez que se faz uma regulamentação sobre esta actividade.

É evidente que haverá neste Decreto Legislativo alguns erros que serão testados com o tempo.

O esforço feito pela Comissão de Economia, em relação à Proposta de Decreto Legislativo apresentado pelo Governo Regional, é um esforço meritório. Posso dizer que desde a elaboração da Proposta de Decreto Legislativo Regional, que foi proposto pelo Governo Regional à Assembleia mediou um certo espaço de tempo, que fez com que algumas observações feitas há uns largos meses atrás agora possam ter sido melhoradas pela Comissão da Assembleia.

Também é evidente que a "Bienal das Baleias" proporcionou uma discussão mais alargada com especialistas desta área em que também foram convidados os diversos membros dos partidos com assento nesta Assembleia, permitiu também uma discussão mais alargada e um novo enquadramento desta Proposta de Decreto Legislativo.

De facto, nós não vemos nas propostas apresentadas no relatório da Comissão nada de fundo que não mereça também a nossa concordância.

Apenas haverá um pequeno pormenor que é sempre controverso, que é o tempo da licença que na nossa proposta era de 2 anos e no relatório da Comissão de Economia aparece 5 anos.

A Comissão de Economia deve ter tido em atenção mais os interesses dos empresários e das pessoas ligadas ao sector, que pretende uma certa estabilidade na condução das licenças.

No caso do Governo haveria a intenção de haver uma certa discricionariedade, na medida em que estávamos a dar os primeiros passos numa área que pode evoluir rapidamente e poderá haver alguma área mais nublosa que não nos apercebemos no momento.

De resto, o diploma está aí e não há divergência de maior. Todas as modificações apresentadas, no nosso entender, parecem ser consensuais e por isso não vejo qualquer inconveniente em aceitar todas as posições. Por parte do Governo não vejo qualquer objecção nesse sentido. Acho que foram melhorias.

É do diálogo entre a Assembleia e o Governo que nasce sempre novas ideias e nós concordamos perfeitamente com as novas posições tomadas que agora já têm, passado algum tempo, outra actualidade.

Muito obrigado.

**Presidente:** Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Rui Pedro Ávila.

**Deputado Rui Pedro Ávila (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Tudo começou num dia, recuado nos anos, mas num ponto bem definido na Vila Baleeira dos Açores, não sem antes ter havido alguma celeuma e uma indefinição gritante por parte do Governo de então.

Apostava numa rota da baleação que não contemplava, injustamente, a salvaguarda de todo o património móvel da baleação e refiro-me, neste caso, ao Sul do Pico.

Não se vislumbrou e nem sequer o estamos a referir agora como crítica o grande potencial que poderia e deveria ter sido incentivado em alternativa ao fim da caça à baleia que era o "Whale Watching".

Só quando aparece aquele que foi o pioneiro dessa actividade Serge Viallelle com a sua empresa "Espaço Talassa" instalado em frente ao porto das Lajes do Pico, que tantas vezes viu sair os baleeiros para a faina e que agora vê partir alegremente aqueles que nos visitam, só nessa altura é que governação percebe o enorme alcance turístico-económico desta iniciativa, apoiando então e participando financeiramente esta arrojada e agora bem sucedida iniciativa.

Aliás, hoje o "Whale Watching" é a principal actividade numa perspectiva dinâmica que se exige cada vez mais para animação turística o que indubitavelmente contribuirá decisivamente para a rentabilização das unidades hoteleiras instaladas e a instalar no Sul do Pico em particular e na ilha em geral.

Arriscamos mesmo afirmar que o porto das Lajes do Pico, agora devidamente integrado na jurisdição da Junta Autónoma da Horta, conhecerá melhores dias e corporizará uma nova fase da vida comunitária das gentes do município lajense.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Em boa hora Eugénio Leal, Secretário Regional do Turismo de então, e hoje nobre deputado desta Câmara, tomou essa decisão de apoiar Serge Viallelle. Aqui o registamos a bem da verdade política.

Mas, Sras. e Srs. Deputados, ficou a faltar o que ano a ano se veio a revelar como uma enorme lacuna de suporte dessa actividade, uma legislação enquadradora e que revelasse, quer o acesso a licenças quer as regras da própria operação em si.

É pois, com raro sentido de oportunidade referimo-lo também, Sras. e Srs. Deputados, em abono da verdade política que este Governo, através de Duarte de Ponte, Secretário Regional da Economia, assume como urgente a resolução definitiva desse vazio legislativo e mandando elaborar um trabalho profundo e bem estruturado, assim o classificamos, apresentou a este Parlamento a Proposta de Decreto Legislativo Regional que agora estamos apreciando e que já mereceu um cuidado trabalho de análise e discussão em sede da Comissão da Economia.

Mas, já antes alguns deputados do PS e do PSD, designadamente os eleitos pelo Pico e Faial, aquando da realização nas Lajes do Pico da 1.<sup>a</sup> Bienal de Observação de Baleias nos Açores, foram convidados e participaram a pedido da Associação de Empresas de Observação de Baleias dos Açores no encontro de trabalho que teve lugar no "Espaço Talassa" e que teve por objectivo uma ampla troca de impressões sobre esta proposta legislativa.

Foi feita uma abordagem serena, reflexiva e dialogante entre todos os deputados e empresários presentes de S. Miguel, Faial e Pico. Aí foi logo assumido pelos deputados o propósito de integrar na proposta governamental algumas das alterações sugeridas pelos empresários operadores, tarefa que, aliás, veio a ser concretizada em sede da Comissão da Economia.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A proposta de diploma que hoje sobe a plenário e que foi consensualizada, nalguns casos em trabalho de Comissão, honra este Governo pela iniciativa tomada e honra também os deputados que se empenharam nesta tarefa e a sua aprovação dignificará sobremaneira este Parlamento.

Estamos perante mais uma boa medida legislativa que muito contribuirá para o desenvolvimento e expansão desta aliciante actividade de animação turística no Pico e nos Açores.

Disse.

*(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)*

**Presidente:** Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

**Deputado Alvarino Pinheiro (PP):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo:

O Grupo Parlamentar do Partido Popular congratula-se com esta iniciativa legislativa do Governo Regional dos Açores.

Como bem referiu o Sr. Deputado Rui Pedro Ávila mesmo agora, há um conjunto básico de preocupações que esta iniciativa visa responder e que tiveram e têm o acolhimento das forças políticas representadas neste Parlamento e da própria opinião pública regional, nomeadamente daqueles que mais de perto acompanham e seguem essa questão que envolve a observação de cetáceos.

Queríamos daqui referir e salientar a preocupação, digamos, técnico-científica que essa proposta encerra e que foi objecto de exaustiva reflexão no âmbito da Comissão de Economia, Finanças e Plano do Parlamento e que referimos aqui, inclusivamente, com alguma humildade que num ou noutro ponto o nosso receio ia no sentido de poder eventualmente haver aqui algum exagero científico na cotação dos cetáceos.

Com a perfeita consciência de que o que está aqui em jogo pode ter um impacto muito positivo num subsector específico do turismo na Região Autónoma dos Açores.

Tendo presente ainda que a experiência tem revelado existir, de facto, uma carga excessiva na prática dessa modalidade, pelo menos, em determinadas zonas ou subzonas da Região Autónoma dos Açores. E, tendo presente a necessidade de obter uma conciliação de interesses sobre, por um lado, o domínio ecológico e, por outro, a actividade turística e, ainda por outro lado, os interesses empresariais em jogo, parece-nos que, efectivamente, o documento trouxe-nos já uma perspectiva de equilíbrio e as introduções obtidas ao nível da Comissão Especializada desta

Assembleia, vieram, como aqui já o reconheceu o Sr. Secretário, porque não referi-lo, acautelar alguns aspectos que nos parecem que são claras melhorias no texto que nos foi proposto.

Por todo este conjunto de razões e tendo presente aqui uma feliz coincidência que foi o facto de ter ocorrido exactamente nas Lajes do Pico a 1.<sup>a</sup> Bienal das Baleias e a circunstância feliz de quase de imediato o Governo Regional ter apresentado essa iniciativa o que também proporcionou o surgimento dum conjunto de pareceres dos parceiros envolvidos nessa matéria, quer empresas quer associações, vieram, de facto, possibilitar a constituição dum grande consenso à volta desta matéria.

É pois nessa perspectiva e nesse reconhecimento que o Partido Popular vai dar a aprovação a este diploma tendo em conta o parecer da Comissão de Economia, Finanças e Plano.

**Presidente:** Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Menezes.

**Deputado Fernando Menezes (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Duas palavras apenas para salientar um ou dois aspectos ainda não referidos.

Não deixar de ser, no plano social, interessante que 16 anos depois de ter terminado a caça à baleia se consiga já ter uma actividade que, embora não seja sucedânea, aproveita, de alguma forma, essa riqueza ímpar nos nossos mares que é a existência dos cetáceos.

Tudo isto decorreu duma forma mais ou menos pacífica e está-se a encarar hoje esta actividade como uma actividade de bom futuro e, realmente, já são visíveis alguns efeitos. Já existem cerca de 9 operadores nos mares dos Açores a trabalhar nesta área, o que já começa a movimentar muita gente, cifrando-se, neste momento, quase à volta das 10 mil turistas que já vão para o mar nesta actividade de observação de cetáceos.

Portanto, importa agora disciplinar isto, porque, como já foi dito, de facto, é preocupante e é necessário tomar as devidas cautelas com a carga sobre estes animais que vivem livremente nos mares.

Impõe-se, portanto, proceder a esta regulamentação. É isso que nós estamos a fazer agora sob proposta do Governo Regional e queria deixar esta nota em primeiro lugar:

Analisei com cuidado este diploma e do nosso ponto de vista trata-se de um diploma que é tecnicamente bem feito e correcto. Ele tem como filosofia orientadora, e penso que isto é muito importante, que passo a ler:

"Uma perspectiva de equilíbrio entre os interesses da protecção, conservação e gestão dos cetáceos nos Açores e do desenvolvimento da animação turística regional."

É fundamental este equilíbrio entre a protecção dos cetáceos e também a actividade económica e esse cuidado está posto neste diploma desde o primeiro ao último artigo. Cuidados na definição dos próprios conceitos de cetáceos, nas regras do licenciamento, nas obrigações dos operadores e na disciplina geral da actividade e, finalmente, na última parte do diploma no que diz respeito à fiscalização e às sanções. Este diploma, e também já foi realçado, foi objecto duma ampla discussão, quer por parte dos técnicos da universidade dos Açores, designadamente o Departamento de Oceanografia e Pescas quer por parte ainda doutros técnicos interessados e de operadores.

Foi também objecto de um amplo debate na 1.<sup>a</sup> bienal das Baleias nas Lajes do Pico, Câmaras de Comércio e Indústria dos Açores e, finalmente, saliento também o trabalho executado no âmbito da Comissão de Economia desta Assembleia.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Estamos perante um diploma bem feito, tecnicamente correcto, a meu ver, e, portanto, em condições de ser aprovado por esta Câmara. É isso que o Partido Socialista irá fazer.

**Presidente:** Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

**Deputado Paulo Valadão (PCP):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Estamos a regulamentar o que será no futuro a observação de cetáceos na Região Autónoma dos Açores.

Esta actividade tem neste momento desenvolvimentos durante o Verão em diversas das nossas ilhas. Por isso mesmo pensamos que esta regulamentação é da mais alta importância e por isso vamos votar favoravelmente.

De qualquer modo, entendemos que nesta matéria há aspectos, quer ecológicos quer ambientais que têm que ser tidos em conta, por um lado e, por outro, para além dos

aspectos do turismo há os aspectos ligados à ciência que também têm que ser respeitados em relação à matéria que estamos a analisar.

Por outro lado ainda, tem-se a preocupação de legislar e de regulamentar uma matéria que o seu cumprimento a nós preocupa-nos, porque, de facto, esta observação de cetáceos foi feita nas mais diversas condições.

Até ao momento não havia um documento enquadrador e legislativo da matéria e receamos bem que, apesar do que aqui estamos aprovando, possa haver alguma dificuldade no cumprimento do que está a ser legislado, porque pensamos que é fundamental legislar, mas também pensamos que é fundamental haver meios e haver capacidade para aquilo que estamos a legislar ser tudo exactamente cumprido.

Esta é uma chamada de atenção para uma matéria que é importante e que, efectivamente, tem que haver a grande preocupação no sentido de que, a partir do momento em que todos nós vamos legislar, haja depois um contributo sério, esforçado para o cumprimento da legislação que aqui aprovamos. Isso é fundamental e é importantíssimo.

As medidas que foram apresentadas e que depois a Comissão melhorou, nós estamos totalmente de acordo com elas, agora não podemos ficar todos de consciência tranquila, porque fizemos uma lei muito bonita e muito bem feita. É a realidade, mas depois sem haver os meios suficientes para saber se, efectivamente, todos os que estão a trabalhar na área são licenciados, os seguros que se exigem se estão, efectivamente, a ser feitos, os prazos que se exigem estão a ser cumpridos, os tempos que são determinados estão a ser cumpridos, etc..

Para nós esta é uma preocupação que queríamos aqui deixar.

**Presidente:** Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Almeida e Sousa.

**Deputado Nuno Almeida e Sousa (Indep.):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Estamos perante uma matéria que tecnicamente parece não suscitar dúvidas e não sou jurista e, como tal, obviamente que também não vou levantar dúvidas técnicas sobre essa questão.



Contudo, a preocupação agora apresentada pelo Sr. Deputado Paulo Valadão também se me depara, porque, de facto, nós temos muita e boa regulamentação na área do direito marítimo nos Açores.

Como os Srs. sabem estou ligado a alguns sectores da pesca na Região e, infelizmente, a capacidade de fiscalização das nossas águas e das nossas actividades marinhas não tem sido a mais eficaz. Não foi no passado e não tem sido no presente. Percebo que estas coisas não são fáceis de implementar, mas espero, e faço aqui o apelo, que de futuro se faça um esforço maior no sentido de se fiscalizar essa situação com mais eficácia.

Esta não é, de certo, uma actividade sucedânea da caça da baleia, como disse o Sr. Deputado Fernando Meneses e bem, mas é, em meu entender, uma actividade sucessória da caça da baleia. É também um sinal da nossa maturidade e da evolução da nossa mentalidade de caçadores de cetáceos.

Agora, os açorianos que há 16 ou 19 anos atrás matavam os cetáceos para lhe tirar pedaços de cebo para transformar em óleo, os observam na sua plenitude, em plena natureza.

Essa, que eu já chamei nova época de baleação, que é com certeza também um fenómeno de consciência ambiental dos próprios açorianos, é, inequivocamente, um sinal da evolução da nossa mentalidade.

Muito obrigado.

**Presidente:** Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Eugénio Leal.

**Deputado Eugénio Leal (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo:

Antes de mais, gostaria de registar as palavras que o Sr. Deputado Rui Pedro Ávila fez relativamente à minha pessoa, certo de que as entendo no bom sentido e que não as entendo como qualquer tentativa de divisão do Grupo Parlamentar do PSD.

Sobre essa matéria, de facto, mais importante do que isso é a referência que acabo de fazer, foi sem dúvida o empresário que surgiu, pioneiro da observação de cetáceos, um pouco conhecedor da situação dos Açores, nomeadamente da ilha do Pico.

A verdade é que apostou, arriscou, teve e está a ter sucesso, a Região está a ter sucesso e está a proporcionar melhorias de rendimentos da nossa população criando

emprego, aumentando a riqueza. Atrás dele outras empresas têm surgido. E, de facto, aqui uma palavra ao Serge pela sua persistência, pela forma como soube enfrentar as dificuldades que encontrou no próprio meio local. Reacções difíceis, mas compreensíveis por parte daqueles que durante anos viveram da actividade da baleia. Por algumas vezes lhe disse que era compreensível a atitude dos antigos baleeiros.

De facto, também aqui quero prestar a minha homenagem, neste momento, àqueles que durante anos também criaram grande riqueza nesta Região e que durante anos a actividade da pesca foi o ganha pão de muitos e muitos açorianos.

Estamos hoje, de facto, numa situação bem diferente, como já aqui foi falado pelos Srs. Deputados que me antecederam.

Também gostaria de dizer que, felizmente, foram necessários poucos anos para se perceber que esta actividade necessitava de ser regulamentada.

Ainda enquanto responsável pelo sector do turismo foi entendido que, de facto, era necessário proceder à regulamentação. Foi encomendado um estudo ao Departamento de Oceanografia e Pescas.

Aqui também gostaria fazer justiça ao Sr. Deputado Manuel Azevedo, na altura Secretário Regional que, felizmente, produziu esse trabalho, que depois já na posse deste Governo elaborou esta legislação. Uma legislação que também, como já foi aqui dito, tenta preservar os nossos recursos.

Temos também algumas preocupações da forma como ela será implementada.

Tentámos evitar alguns fundamentalismos, mas uma coisa é certa: a sua entrada em vigor será extremamente importante e virá regulamentar esta actividade e também aqui estamos, e o Governo ali está certamente, para quando houver necessidade de proceder à sua alteração, fá-lo-emos também.

Já aqui foram referidos vários aspectos da forma como tudo isto tem evoluído, nomeadamente a 1.<sup>a</sup> Bienal realizada nas Lajes do Pico em que todos os deputados presentes tiveram reunião com os operadores e nela participaram.

Gostaria também de referir o trabalho da Comissão onde se tentou introduzir algumas melhorias no próprio diploma, tentou-se também ter em consideração os pareceres que foram solicitados e às entidades que os remeteram e tentou-se salvaguardar os interesses de ambas as partes, os interesses ecológicos e os interesses dos operadores,

nomeadamente também salvaguardando o período de licenças para que pudessem ter algumas garantias na recuperação dos seus investimentos.

Gostaria apenas de dizer que o Grupo Parlamentar do PSD, depois do trabalho da Comissão, tem algumas pequenas alterações que vai propôr na especialidade, das quais, talvez, a que tenha mais significado seja aquela que diz respeito à obrigatoriedade da existência dum seguro para os turistas que pretendam nadar próximo dos golfinhos, porque, depois de já ter sido devidamente debatido na Comissão, entendemos, e por consenso, que se deveria manter. A verdade é que, depois duma análise mais profunda chegámos à conclusão que isso, efectivamente, poderia ser a sua inoperacionalidade e não ser possível concretizar-se.

Assim, propomos uma medida altamente alternativa que seja a dos próprios indivíduos assinarem uma responsabilidade própria para se eventualmente, acontecer alguma situação que lhes seja prejudicial.

Em termos gerais, vamos dar o nosso voto favorável, na generalidade, a este diploma e na maioria das alterações que foram introduzidas na Comissão. Efectivamente, estas pequenas alterações que vamos propôr são no sentido de melhorar a operacionalidade da aplicabilidade do próprio diploma.

**Presidente:** Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Sidónio Bettencourt.

**Deputado Sidónio Bettencourt (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Naturalmente mais duas palavras para me associar a este documento, um documento esperado que, naturalmente, vai trazer um enriquecimento maior àquilo que foi a história da baleação nos Açores.

Gostaria de abordar, já que estamos a falar na generalidade, dois ou três pormenores, porque não gostaria que este documento, que tem consensualidade científica, dos operadores, dos Grupos Parlamentares que activamente se debruçaram sobre a matéria, representasse apenas e só mais um documento para dar importância e valor acrescentado a operadores que vão interferir na área do turismo e da actividade marinha.

Vejo esta actividade como uma actividade quase complementar daquilo que foi a caça à baleia nos Açores e só o entendo nessa medida, porque se houvesse ainda hoje caça à baleia, talvez, não estivéssemos aqui a discutir a observação de cetácios.

Não gostaria que se esquecesse o que foi a caça à baleia e não gostaria que se esquecesse aquilo que é também um documento fundamental e aprovado por esta Assembleia que define a recuperação do património baleeiro, a actividade baleeira e, portanto, todos os vestígios que fazem parte da nossa história, a história da baleação.

Por isso, apelava para que, sendo este um documento oriundo da Secretaria Regional da Economia, não deve ficar separado, porque o Governo é um todo, daquilo que foi também o trabalho e as preocupações do documento da defesa do património e nessa medida, e até porque também pode envolver a Secretaria Regional da Agricultura e Pescas, apelava para que se tivesse em conta ainda o património que está por defender. Refiro-me concretamente à fábrica conhecida por S. Vicente Ferreira, à melhoria de pequenos portos e rampas em S. Miguel e noutras ilhas.

E, porque este documento ainda vai sofrer regulamentação por parte do Governo Regional, gostaria de chamar à atenção para aquilo que vão ser as zonas de baleação nos Açores e deixava o alerta para que não fosse feito de forma mais ou menos simplista ou fácil, em função onde hoje a actividade está mais implantada, ou seja, aqui no canal Pico/Faial/São Jorge. Houve baleação em todas as ilhas dos Açores e penso que cada ilha poderá ser uma zona de baleação e, inclusivamente, S. Miguel poderia ter subzonas de baleação, precisamente para não sobrecarregar a zona do porto de Ponta Delgada e a zona das Capelas, gostaria que se defendesse a zona do porto das baleias no Faial da Terra, que Santa Maria pudesse ter uma complementaridade da Ribeira Quente, que S. Miguel fosse também o expoente forte desta actividade e que os operadores pudessem também dar mais diversificação e riqueza aos Açores.

Já que a Secretaria da Economia se empenhou e bem na criação da I Bienal das Baleias, eu apelava ao Sr. Secretário Regional dos Assuntos Sociais para que, nos anos intercalares, pudesse fazer a I a II e a III Bienal da Baleação, ou seja, enquanto num ano se estuda o fenómeno do "Whale Watching" nos Açores e o princípio dessa actividade paradigmática em Portugal, no outro ano estudar-se-ia o que foram os

restícios, a história do passado e assim criar complementos de duração pedagógica para o futuro, sem esquecer o que foi a memória da baleação.

Por isso, o Governo tem dois instrumentos para definir e não esquecer o que foi a baleação e a sua continuação nos Açores.

Bem-vindo a estes dois documentos que são, no fundo, a grande homenagem aos baleeiros e àqueles que já são os futuros baleeiros dos Açores.

**Presidente:** Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Augusto Elavai.

**Deputado Augusto Elavai (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Não sendo eu um especialista nesta matéria...

**Deputado Rui Pedro Ávila (PS):** Ninguém é!

**O Orador:** ...não queria, no entanto, deixar de intervir para registar o modo como os trabalhos decorreram na Comissão. Foram dois dias de trabalho intenso, que teve o contributo de outros deputados que não pertenciam à Comissão, mas que eram mais especialistas e tinham mais a ver com este trabalho.

No entanto, penso que teve também o contributo importante dos pareceres dos parceiros sociais e das entidades a que a Comissão recorreu para melhorar o documento.

Penso que é um diploma importante, importante não só pela actividade económica que visa disciplinar, mas, como também já foi aqui referido, importante pela singularidade de que se reveste ao transformar uma actividade económica, que era a caça à baleia, numa outra actividade também económica e turística, mas uma actividade mais lúdica que é a observação das baleias.

É, no fundo, o transformar um tempo noutro tempo, dado a forma como se vive agora as matérias que dizem respeito ao ambiente e à ecologia.

Penso que este diploma só vem, de facto, dar razão àqueles que acham que os Açores têm condições específicas para este tipo de actividade e só dignifica esta Assembleia e esta Região.

**Presidente:** Não havendo mais intervenções, vou pôr o diploma à votação na generalidade.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como estão.

**Secretário:** O diploma foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** Passemos agora à discussão na especialidade.

Está aberta a discussão sobre o artigo 1.º.

Não havendo intervenções, vou pôr à votação o artigo 1.º.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como estão.

**Secretário:** O artigo 1.º foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** Está à discussão o artigo 2.º, para o qual há uma proposta de alteração da Comissão e outra apresentada pelo Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata.

Está à discussão o artigo 2.º, bem como as propostas de alteração.

Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Valadão para uma intervenção.

**Deputado Jorge Valadão (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata entendeu apresentar esta proposta de alteração uma vez que na proposta do Governo dizia que o diploma aplicava-se às águas interiores e, com o devido, respeito parece-me difícil dedicar-se à observação de cetáceos em águas interiores e, portanto, entendemos alterar o âmbito de aplicação apenas às águas territoriais e à sua Zona Económica Exclusiva.

Foi essa a razão da proposta de alteração do Partido social Democrata.

**Presidente:** Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Menezes.

**Deputado Fernando Menezes (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados;

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista não tem nada a opôr a esta alteração, porque é mais correcta.

Havia dúvidas de interpretação quanto a águas interiores. Elas assim ficam esclarecidas e, portanto, nós estamos de acordo com esta alteração.

**Presidente:** Com este entendimento vou pôr à votação a proposta de alteração ao artigo 2.º, apresentada pelo PSD.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como estão.

**Secretário:** A proposta de alteração foi aprovada por unanimidade.

**Presidente:** Passemos à discussão do artigo 3.º, para o qual há uma proposta de alteração da Comissão.

Não havendo intervenções, vamos passar à votação e para facilitar o trabalho vou pôr à votação o artigo 3.º com a proposta de alteração apresentada pela Comissão.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como estão.

**Secretário:** O artigo 3.º com a alteração proposta pela Comissão, foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** Passamos à discussão do artigo 4.º, bem como da proposta de alteração da Comissão.

Não havendo intervenções vamos votar o artigo 4.º conjuntamente com a proposta de alteração.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como estão.

**Secretário:** O artigo 4.º foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** Está à discussão o artigo 5.º, bem como as propostas de alteração apresentadas pela Comissão e pelo PSD.

Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Valadão.

**Deputado Jorge Valadão (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Aqui parece-me que já é uma alteração com mais alguma profundidade na medida em que a proposta referia expressamente: "porque não oferecer aos seus clientes a possibilidade de nadar com golfinhos", e era imposto aos operadores, para além do seguro geral, um seguro específico para o efeito. Parece-me que isto seria inviabilizar a própria operação em si.

Procurámos contactar algumas companhias de seguros e por ora não há seguros para esse efeito, embora saibamos que há companhias de seguros estrangeiras que fazem seguro com esse fim ou para fins similares, mas isto seria possibilitar a opção para os estrangeiros e inviabilizar a opção para os portugueses e, portanto, por um lado seria discriminatório e, por outro lado, parece-nos que não deve ser imposto ao operador ter esse tipo de seguro.

Aliás, numa proposta que fazemos no artigo posterior entendemos que essa responsabilidade por alguns danos ou algumas lesões que sejam causados àqueles que querem praticar esse tipo de actividade, deve recair sobre o próprio cliente, sobre o próprio interessado em exercer essa actividade.

Portanto, entendemos que manter essa norma e esse requisito e essa condição para ser concedida a licença era, na nossa perspectiva, quase que inviabilizar ou, no mínimo, dificultar em muito a operação que se pretende aqui ver como possível.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Menezes.

**Deputado Fernando Menezes (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Realmente este n.º 4 do artigo 5.º ao exigir como condição de licenciamento a existência de um seguro pode causar algum estrangulamento, porque as companhias de seguro portuguesas não têm este seguro e isso, enquanto condição de licenciamento, poderia, realmente, limitar todo este processo que se pretende seja eficaz, rápido e de sucesso.

Ora bem, a proposta do Partido Social Democrata encontrou outra fórmula que é a auto-responsabilização, ou seja, se eu quiser mergulhar à volta de golfinhos sou responsável por isso e assumo isso assinando um termo de responsabilidade. É uma solução que tem, pelo menos, alguma eficácia prática.

Eu espero, sinceramente, que tudo corra bem e nós vamos votar favoravelmente esta proposta e que Deus nos ajude para que não haja, de facto, um acidente desses nos Açores, porque, como todos sabemos, quando essas coisas acontecem e, sobretudo, a um cavalheiro estrangeiro que, eventualmente, não tenha seguro, os Srs. sabem, tão bem como eu, o que é que se diz por aí.

Portanto, vamos rezar para que nada aconteça e vamos assumir que quem quiser exercitar essa história de mergulhar com golfinhos assuma inteiramente a responsabilidade.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Serpa.

**Deputado Manuel Serpa (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu estou plenamente de acordo e, portanto, já foi tudo dito por dois juristas, só que eu queria chamar a vossa atenção para dizer que neste momento as empresas, pelo menos algumas que eu conheço, têm esse seguro. As próprias empresas têm esse seguro.



Portanto, é possível que esta alteração venha responsabilizar os indivíduos que optam por mergulhar à volta dos golfinhos e, se calhar, é viável e vai trazer menos problemas do que a obrigatoriedade imposta às empresas na questão do licenciamento terem o seguro, mas algumas empresas que eu conheço, neste momento, elas mesmas têm seguro que permite ao turistas mergulharem à volta dos golfinhos.

**Presidente:** Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

**Deputado Paulo Valadão (PCP):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Nós vamos votar favoravelmente a proposta de alteração, porque, por um lado, aliás, isso foi explicado, seria a impossibilidade ou o risco que se poderia correr de algumas empresas poderem ter dificuldade no próprio licenciamento, essencialmente, por não haver a nível nacional quem pudesse passar este seguro.

Ora, isto não impede, como o Sr. Deputado Manuel Serpa diz, o facto de haver empresas que tenham esse licenciamento de que possam mantê-lo.

Por outro lado, isto também auto-responsabiliza os próprio indivíduos que têm, fundamentalmente, esta actividade de mergulho junto de golfinhos, baleias ou quais quer um destes mamíferos marítimos. Portanto, tudo isto, no fundo, implica algum risco. É mais um risco que eles criam e que nós até compreendemos e, por isso, vamos votar favoravelmente.

**Presidente:** Tem a palavra para uma intervenção o Sr. Deputado Jorge Valadão.

**Deputado Jorge Valadão (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu não ponho em causa aquilo que o Sr. Deputado Manuel Serpa disse. Tentámos ainda ontem falar com o operador Norberto que por acaso não tem esse tipo de seguro, mas há aqui uma questão que é de princípios: vamos entender que isso é uma actividade de lazer ou um desporto e normalmente quem pratica essas actividades é que assume a responsabilidade e, por exemplo, quem pratica o Ski e se partir uma perna não a empresa que tem a exploração desse tipo de actividade turística que se responsabiliza pela lesão que é causada no turista que faz Ski e até mesmo numa actividade de lazer que tenho na minha terra, que é os touros, e tem a infelicidade de partir uma perna ou de morrer em frente ao touro, não é o ganadero nem é a empresa

que dá a corrida que só tem seguros para um touro que foge para fora das linhas limite onde está prevista essa actividade.

Portanto, é um princípio, como disse e bem o Sr. Deputado Paulo Valadão e o Sr. Deputado Fernando Menezes, de auto-responsabilização, ou seja, se a pessoa quiser praticar é ela própria que se responsabiliza pelas lesões que eventualmente vanham a ser causadas pela actividade que pretende fazer.

Foi, por um lado, com base neste princípio e, por outro, na perspectiva de que nos parecia poder, de alguma forma, deficultar ou até impossibilitar uma coisa que nós pretendemos é regulamentar e incrementar, que apresentámos essa proposta de alteração.

**Presidente:** Concluída a discussão sobre este artigo e respectivas propostas de alteração, vou pôr à votação a proposta de eliminação do n.º 4.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como estão.

**Secretário:** A proposta de eliminação do n.º 4, foi aprovada por unanimidade.

**Presidente:** Agora vou pôr à votação o artigo 5.º com o texto final da Comissão.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como estão.

**Secretário:** O artigo 5.º foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** Passamos agora ao artigo 6.º, para o qual também há uma proposta da Comissão.

Está aberta a discussão.

Não havendo intervenções, vamos passar à votação.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como estão.

**Secretário:** O artigo 6.º foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** Artigo 7.º, para o qual existe uma proposta de eliminação.

Está à discussão.

Não havendo intervenções, vamos votar.

O Srs. Deputados que concordam com esta proposta de eliminação do artigo 7.º, mantenham-se por favor como estão.

**Secretário:** A proposta de eliminação do artigo 7.º foi aprovada por unanimidade.

**Presidente:** Artigo 8.º, para o qual também há uma proposta de alteração da Comissão.

Está aberta a discussão.

Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Pedro Ávila.

**Deputado Rui Pedro Ávila (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

É só para chamar a atenção que daqui por diante há uma renumeração.

**Presidente:** Portanto, a partir de agora eu faço sempre referência ao diploma original.

Essa é a lógica.

Portanto, está discussão o artigo 8.º, que vai passar a 7.º.

Não havendo intervenções, vou pôr à votação o artigo 8.º com a proposta de alteração da Comissão.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como estão.

**Secretário:** O artigo 8.º foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** Está à discussão o artigo 9.º.

Não havendo intervenções, vamos votar.

Os Srs. deputados que concordam, mantenham-se por favor como estão.

**Secretário:** O artigo 9.º foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** Está à discussão o artigo 10.º, para o qual também há uma proposta de alteração da Comissão.

Não havendo intervenções, vamos passar à votação.

O Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como estão.

**Secretário:** O artigo 10.º foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** Passamos agora ao artigo 11.º, para o qual existem duas propostas de alteração, uma da Comissão e outra do PSD.

Está à discussão o artigo 11.º com esta propostas de alteração.

Tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Freitas.

**Deputado Duarte Freitas (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

A proposta do PSD, como será perceptível, tem a ver com a uniformidade da terminologia que se usa, porque não a fazendo, poder-se-ia entender que às empresas era exigido determinadas coisas e às pessoas singulares seriam outras.

Portanto, é só a uniformidade de terminologia e consequentemente de conceitos.

**Presidente:** Não havendo mais intervenções, vou pôr à votação o artigo 11.º com as propostas de alteração.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como estão.

**Secretário:** O artigo 11.º foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** Artigo 12.º, também para o qual há duas propostas de alteração, uma da Comissão e outra do PSD.

Está à discussão o artigo 12.º com estas propostas de alteração.

Tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Freitas.

**Deputado Duarte Freitas (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

A proposta de alteração que o PSD apresenta ao artigo 12.º da proposta, tem a ver com aquilo que já foi há pouco discutido e com a questão de haver ou não seguros específicos.

É sabido que para o licenciamento das actividades marítimo-turísticas é necessário um seguro genérico para exercer essa actividade.

O Srs. Deputado Manuel Serpa referiu que havia alguns operadores que tinham esse seguro e nós falámos também com alguns operadores que nos referiram que não conheciam essa possibilidade.

Na Comissão foi entendido que o Sr. Presidente iria tentar saber alguma informação àcerca das seguradoras no sentido de saber ou não se havia este tipo de seguro. Entretanto, como não tivemos depois nenhuma informação a esse respeito, tentámos contactar seguradoras que estão no mercado e que nos disseram que não tinham este tipo de seguro.

Portanto, com esta proposta que nós apresentamos aqui tenta-se salvaguardar de igual modo a questão da segurança das pessoas ou, pelo menos, responsabilizar aqueles que pretendam praticar a natação junto de golfinhos e todos nós, como é obvio, esperamos que, quer houvesse seguro quer esteja apenas com o termo de responsabilidade, não hajam acidentes, porque de uma forma ou de outra, havendo seguro ou havendo termos de responsabilidade, nunca seria bom para a imagem deste produto que agora estamos a tentar enquadrar legalmente e, obviamente, para a imagem do turismo açoriano.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Menezes.

**Deputado Fernando Menezes (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Relativamente à primeira parte eu já me pronunciei, ou seja, sobre a alínea a). Contudo o PSD apresenta uma proposta para a alínea f).

O que nos chegou agora às mãos, e que ainda não foi aqui falado, merece-nos alguns comentários.

Diz esta proposta do PSD: "colaborar com as autoridades fiscalizadoras da actividade, nomeadamente facultando o seu livre acesso às suas instalações e equipamentos e o embarque gratuito nas suas plataformas.

Para além do erro da palavra "embarque" que estava com um "c", fica de fora, "bem como toda a documentação e informação solicitada".

**Deputado Jorge Valadão (PSD):** Não fica de fora. Mantém-se.

**O Orador:** Ah, não fica de fora. Está corrigido. Como falta aqui as reticências em pensei que tinham retirado isso.

Portanto, sendo assim, trata-se só dum mero erro entre um "c" e um "q".

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Valadão.

**Deputado Jorge Valadão (PSD):** Sr. Presidente e Srs. Deputados:

De facto, houve um lapso aqui. No lugar de ser ponto parágrafo era reticências.

Há aqui uma questão que pode, eventualmente, da vossa parte merecer alguma alteração relativamente à proposta do PSD, porque a proposta do PSD está a pedir uma exigência que, no fundo, é desnecessária, ou seja, nós estamos a exigir aos operadores que façam com que os seus clientes assinem um termo de responsabilidade.

Nós entendemos que com termo de responsabilidade ou sem ele, a responsabilidade é do cliente, é daquele que quer praticar esse tipo de actividade de lazer ou actividade turística, como queiram chamar.

Nós à cautela, embora isso seja discutível, entendemos, porque isso envolve normalmente turistas estrangeiros muito exigentes e se poderem, eventualmente, algo da lei que lhes possa ser favorável, pôr aqui esse documento como uma das exigências que deve ser feito aos operadores, por forma apenas de os salvaguardar e de os defender perante uma eventualidade dum acidente e com esse termo de responsabilidade assinado e assim o próprio cliente não terá qualquer argumentação para poder invocar um pedido de indemnização por uma eventual lesão.

Foi só por isso, porque, mesmo assim, no Grupo Parlamentar foi discutido se devíamos ou não incluir essa alínea, se devia pura e simplesmente ser excluída, mas como uma medida puramente cautelar entendemos que o operador se salvaguarda melhor exigindo a assinatura desse termo de responsabilidade.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Menezes.

**Deputado Fernando Menezes (PS):** Sr. Presidente, srs. Deputados.

Não valia a pena mais dicutir isto, mas como foi falado ainda agora que esta actividade de lazer, ou seja, um indivíduo que faz Ski e pode cair e partir uma perna ou na tourada e o problema é dessa pessoa, corroborando a questão deste termo de responsabilidade eu faço lembrar - e também não sabia, porque não sou homem desses desportos - que alguns desportos radicais, designadamente aqueles em que as pessoas se atiram com um elástico, as pessoas têm que assinar um termo de responsabilidade antes de se atirarem dali abaixo.

Eu não tenho esse problema, porque jamais me atirarei duma coisas daquelas, mas é um exemplo.

**Presidente:** Não havendo mais intervenções, vou pôr à votação as alíneas a) e f) da proposta subscrita pelo Partido Social Democrata. Julgo que assim facilita o trabalho. Se preferem tudo junto eu ponho tudo junto à votação.

*(Pausa)*

Preferem tudo junto. Então eu ponho tudo à votação em prejuízo das alíneas a) e f) da proposta apresentada pela Comissão que fica prejudicada.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como estão.

**Secretário:** O artigo 12.º foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** Passamos agora para o artigo 13.º, para o qual também há propostas de alteração, quer da Comissão quer do Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata. Está à discussão o artigo 13.º.

Não havendo pedidos de intervenção vou pôr à votação o artigo 13.º. Se toda a gente está de acordo eu ponho tudo à votação.

*(Pausa)*

Parece que está toda a gente de acordo. Assim sendo, vou pôr à votação o Artigo 13.º.  
Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como estão.

**Secretário:** O artigo 13.º foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** Artigo 14.º, sobre o qual existe uma proposta da Comissão.

Parece que há uma sugestão no sentido de se pôr à discussão e votação dos artigos 14.º ao 26.º, inclusive.

Está à discussão dos artigos 14.º ao 26.º.

Não havendo intervenções, vou pôr à votação este conjunto de artigos.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como estão.

**Secretário:** Os artigos 14.º ao 26.º foram aprovados por unanimidade.

**Presidente:** Agora vamos passar à discussão do artigo 27.º, para o qual também há duas propostas de alteração, sendo uma da Comissão e outra do PSD.

Tem a palavra para intervir o Sr. Deputado Jorge Valadão.

**Deputado Jorge Valadão (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Só porque entregámos esta proposta de alteração um pouco tardiamente, queria dizer que tem a ver com a eliminação de duas contra-ordenações previstas: uma pelo facto de que se exigia aos operadores que tivessem um seguro especial e, caso não o tivessem, era previsto uma contra-ordenação e a outra em que se exigia aos operadores que tinham que assegurar que o seus clientes tinham o seguro específico.

Como também se alterou essa proposta, conseqüentemente também se eliminou essa sanção que era aí prevista.

**Presidente:** Vou pôr à votação o artigo 27.º com as propostas de alteração da Comissão e do PSD.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como estão.

**Secretário:** O artigo 27.º foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** Vamos passar à discussão dos artigos 28.º até 31.º.

Não havendo intervenientes, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam com os artigos 28.º até ao 31.º, mantenham-se por favor como estão.

**Secretário:** Os artigos 28.º até ao 31.º foram aprovados por unanimidade.

**Presidente:** Vamos passar ao artigo 32.º, para qual existe uma proposta de alteração do PSD.

Está à discussão.

Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Valadão.

**Deputado Jorge Valadão (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Governo que no passado era tão exigente em que a regulamentação fosse feita por Decreto Regulamentar Regional, esqueceu-se dessa exigência do passado quando era oposição e passou a pôr a regulamentação por Portaria.

A alteração apresentada pelo Partido Social Democrata é para que a regulamentação deste diploma seja feita por Decreto Regulamentar Regional e não por Portaria como previa o Governo.

É esta a razão de ser da proposta do Partido Social Democrata.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Menezes.

**Deputado Fernando Menezes (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A minha preocupação, pelo menos, na minha história recente aqui dentro, não era bem esta, mas sim regulamentar diplomas nacionais por portarias regionais que é ligeiramente diferente, ou seja, aquilo que deveria ser regulamentado por esta Assembleia, era regulamentado pelo Governo. Essa creio que era a nossa preocupação na altura, mas dou o benefício da dúvida ao meu ilustre e querido colega Jorge Valadão.

O PSD quer que isto seja feito por Decreto Regulamentar Regional. Eu penso que este é um caso típico em que podia ser por Portaria, porque era mais rápido. Portanto, não será o Partido Socialista a opôr-se a isto.

Os Srs. querem que seja por Decreto Regulamentar Regional, nós num gesto de humildade democrática aceitamos perfeitamente.

**Presidente:** Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

**Deputado Paulo Valadão (PCP):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:



Nós da nossa parte vamos votar favoravelmente que seja por Decreto Regulamentar Regional.

**Presidente:** Julgo ter percebido o sentido da Câmara. Assim sendo vou pôr à votação a proposta de alteração do Partido Social Democrata.

Os Srs. Deputados que concordam com esta proposta de alteração, mantenham-se por favor como estão.

**Secretário:** A proposta de alteração foi aprovada por unanimidade.

**Presidente:** Vamos passar há discussão do artigo 33.º, para o qual existe uma proposta de alteração da Comissão.

Não havendo intervenientes, vamos passar à votação.

Os Srs. Deputados que concordam com o artigo 33.º, mantenham-se por favor como estão.

**Secretário:** O artigo 33.º foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** Vamos passar ao último artigo que é um aditamento proposto pela Comissão.

Está à discussão

Não havendo intervenções vou pôr à votação o aditamento do artigo 34.º.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como estão.

**Secretário:** A proposta de aditamento do artigo 34.º foi aprovada por unanimidade.

**Presidente:** Vamos passar agora votação final global do diploma.

Os Srs. Deputados que concordam com o diploma em votação final global, mantenham-se por favor como estão.

**Secretário:** O diploma foi aprovado em votação final global por unanimidade.

**Presidente:** Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Serpa.

**Deputado Manuel Serpa (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Não posso deixar neste momento de manifestar a nossa profunda satisfação pela aprovação deste diploma.

Como já aqui foi dito este foi um passo importante e um passo muito bem sucedido na história da baleação ou pelo menos no acabar da baleação. Creio que houve, de

facto, uma aprendizagem muito grande durante estes anos, sobretudo a partir daqueles que andaram à baleia ou participaram na baleação e que hoje continuam como elementos fulcrais desta nova maneira de encarar os cetáceos.

São os vigias que viveram de madrugada até à noite, às vezes em desespero, à procura de levar os seus botes a capturar uma baleia e que hoje aprenderam já os nomes de todos os animais que passam pelos nossos mares e ajudam, colaboram e ensinam essa maneira de estar.

É, de facto, impressionante a maneira radical de encarar a observação dos cetáceos.

Eu quero chamar a vossa atenção para o seguinte: eu creio que nós devemos dizer "observação dos cetáceos", porque ao contrário do que se julga o cachalote é um elemento fundamental na observação, mas há muita gente que gosta de observar cetáceos, sobretudo pais com filhos preferem os golfinhos às baleias, não tenhamos ilusões, porque o golfinho é mais atraente para uma criança e, portanto, os nossos mares estão cheios de animais que são, de facto, uma apetência espectacular e podem atrair milhares de pessoas aos Açores com benefícios muito grandes para a nossa Região. O nosso mar hoje está cheio de animais, não tenhamos dúvidas.

Poderão não aparecer baleias ou cachalotes, como se diz, num determinado dia, mas golfinhos isso é fatal, é todos os dias aos milhares e, portanto, nós temos possibilidade sempre de oferecer um produto a quem nos visita.

Eu às vezes costumo dizer que esta poderá ser uma galinha dos ovos de ouro. Só faço votos para que nós todos colaboremos, sobretudo no aspecto pedagógico, com aqueles que vão andar envolvidos nisto e prestemos a nossa colaboração no sentido de que não se perca esta oportunidade, porque ela é muito importante para os Açores.

**Presidente:** Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Azevedo.

**Deputado Manuel Azevedo (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu penso que todos nós, se calhar alguns mais do que outros, pressentem que este foi mais um grande momento que se viveu nesta Assembleia, porque foi mais um passo na reconstrução da nossa tradição baleeira. Sim, porque o "whale watching" tem a ver, na minha óptica, com a tradição baleeira. Talvez não tivéssemos estado hoje aqui

a discutir e a aprovar um diploma deste género se a caça à baleia não tivesse terminado.

Depois disso o que já se andou nesta Região:

- recuperação de fábricas
- recuperação de canoas
- recuperação de lanchas
- recuperação de utensílios, apetrechos e documentos.

O que se tem vindo a fazer nesta Região e que esta Assembleia até sistematizou em termos de apoios, com particular destaque, penso que é importante recordá-lo, para a criação do Museu dos Baleeiros e mais tarde para a criação do Museu da Indústria Baleeira com o acervo importante de história que cada um encerra, mas muito há ainda a fazer neste capítulo: mais património para recuperar. Só no Pico há ainda alguns botes, algumas lanchas e permitam-me que, com alguma emotividade, recorde, por exemplo, uma que tem a última tábuca a apodrecer e que alguns naturalmente aqui recordam, a Espartel. Muita gente sabe do que falo. É importante não deixar perder tudo isto.

Os nossos museus continuam cheios de material para recuperar e expôr.

As nossas casas dos botes, em estado de degradação algumas, precisam de ser adquiridas por entidades públicas que as conservem para a posteridade e defínham na voragem do tempo. A este respeito, ainda não foi concluído o processo, já iniciado há bastante tempo, de aquisição e recuperação das casas dos botes nas Lajes.

Felizmente, os operadores de observação de cetáceos adquiriram e recuperaram as vigias que hoje servem para descobrir os cetáceos que depois serão observados.

Sr. Presidente e Srs. Deputados:

Falta, de facto, ainda - e aqui gostaria de dar este destaque - reparar e reconstruir a fábrica da baleia das Lajes consoante o projecto já existente dum cientista inglês, pondo à disposição da ciência e dos cientistas, dos estudantes, da população e dos turistas que dela poderão usufruir.

O Governo em sucessivas visitas não se tem mostrado aberto a colaborar. Todavia, aquando da Bienal das Baleias, tivemos uma boa notícia que não vamos deixar cair.

O Director Regional da Cultura assumiu que o Governo avançaria para a recuperação

da fábrica e instalação do projecto científico, "biologia do cachalote". Não deixaremos esquecer esta promessa.

Com todo este património, com a reflexão teórica que se vai fazendo, com todo este património que se vai recuperando, com toda a teoria e reflexão que se vai fazendo como, por exemplo, se fez na Bienal das Baleias e, portanto, com todo este trabalho que hoje fizemos aqui e que já vem sendo feito pelos operadores que são a observação dos muitos cetáceos que proliferam e que abundam nos nossos mares, nós estamos com certeza no bom caminho, recordando um passado, pensando e actuando no presente no sentido de projectarmos o futuro. Isto tem futuro, assim o espero.

Muito obrigado.

**Presidente:** O diploma baixa à Comissão de Economia, Finanças e Plano para a redacção final.

Vamos agora fazer o nosso intervalo habitual por 30 minutos.

*(Eram 17, 45 horas)*

**Presidente:** Srs. Deputados, estão reabertos os nossos trabalhos.

*(Eram 18,30 horas)*

Vamos passar ao ponto seguinte da nossa ordem de trabalhos que é a Proposta de Decreto Legislativo Regional que "Extingue o Serviço Regional de Protecção Civil e Bombeiros dos Açores".

Está aberta a discussão na generalidade sobre este diploma.

Para apresentar o diploma tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Habitação e Equipamentos.

**Secretário Regional da Habitação e Equipamentos (José Contente):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo:

O diploma que o Governo Regional traz à Assembleia Legislativa Regional sobre o Serviço Regional de Protecção Civil e Bombeiros dos Açores, por um lado pretende, no cumprimento do Programa do Governo, realizar uma nova orgânica para o Serviço

Regional de Protecção Civil e Bombeiros dos Açores, conferindo-lhe, de acordo com a lei de bases nacional e de acordo também com a necessidade de reformular este serviço no sentido de o dotar de maior funcionalidade, uma nova redacção que nos parece mais ajustada às exigências que impendem sobre os Açores e de que o Serviço Regional de Protecção Civil tem grande responsabilidade na prevenção e, por outro, também na acção de socorro às vítimas.

Os Açores são, felizmente, um exemplo da boa integração entre o Serviço Regional de Protecção Civil e Bombeiros já há muito tempo.

Portanto, trata-se de materializar este entendimento num diploma, cuja regulamentação será feita também após, esperamos nós, a aprovação em sede aqui da Assembleia Legislativa Regional e essa regulamentação será feita, naturalmente, atendendo ao consensos que queremos criar junto das Corporações de Bombeiros e das Associações Humanitárias que correspondem, como todos nós sabemos, a uma das primeiras linhas da actuação do Serviço Regional de Protecção Civil dos Açores. É com este espírito que trazemos este diploma a esta Câmara e estamos convictos que ele servirá melhor o serviço e todos os agentes que são também beneficiários da Protecção Civil nos Açores.

Muito obrigado.

**Presidente:** Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Rui Pedro Avila.

**Deputado Rui Pedro Ávila (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Secretários Regionais:

Apenas duas palavras para relevar nesta Casa o trabalho que foi feito em sede de Comissão, em conjugação de esforços, com seriedade, com espírito de colaboração por parte do Grupo Parlamentar do Partido Socialista e também tivemos com a colaboração da parte do Sr. Secretário que tutela esta área.

Em sede de Comissão não contámos na altura com a presença de alguns Srs. Deputados que estavam impedidos de lá chegar devido a dificuldades de transporte, nomeadamente mau tempo na ilha das Flores, mas que também, como os Srs. Deputados já tiveram oportunidade de ver, conseguiu-se já aqui, depois dos trabalhos deste período legislativo, novas alterações que receberam o consenso de todos. Aliás, nem poderia ser de outra maneira, sempre o dissemos, porque é um documento de tal

maneira importante, porque mexe com situações muitas vezes de catástrofe, não podemos nem devemos deixar passar qualquer situação de mais um voto ou menos um voto dum Sr. Deputado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Secretários Regionais:

Portanto, da parte do Grupo Parlamentar do PS, em sede de especialidade, se nada mais for aqui aportado por qualquer um dos Srs. Deputados, julgamos que está tudo consensualizado e, portanto, temos quase a certeza de que este documento honra os Srs. Deputados que nele trabalharam e em última análise também honra o Parlamento e honra o Governo que o apresentou a esta Casa.

Julgamos que a unificação dos dois serviços que agora são extintos, com a criação de um novo, também só contribuirá para a eficácia desse mesmo serviço.

Muito obrigado.

**Presidente:** Também para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Azevedo.

**Deputado Manuel Azevedo (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Esta Proposta de Decreto Legislativo Regional que hoje aqui vamos discutir e espero aprovar, como já foi dito extingue o Serviço Regional de Protecção Civil dos Açores e o Serviço Regional de Bombeiros dos Açores para criar um único serviço, Serviço Regional de Protecção Civil e Bombeiros dos Açores.

Os princípios que norteiam esta proposta mantêm-se há vários anos, mas são aqui caldeados com a importante experiência adquirida ao longo dos últimos tempos e veja-se, por exemplo, os exemplos simples que dou: inicialmente o Presidente do Serviço Regional de Protecção Civil dos Açores detinha por inerência as funções de Inspector Regional de Bombeiros e um outro, quando se procedeu à transferência das responsabilidades de orientação e tutela do transporte de doentes em ambulância da Direcção Regional de Saúde para aquele serviço.

Amadurecidas que foram as evidentes vantagens de coordenação centralizada das grandes áreas, foi apresentada formalmente nesta Assembleia em 1996 um diploma que consagrava a atribuição a um único serviço das responsabilidades sobre a

Protecção Civil, os Bombeiros e o transporte de doentes. Não chegou a ser aprovado, porque caiu com o final da legislatura.

O presente diploma que o Governo apresentou a esta Assembleia é praticamente igual e aquilo que tem de diferente não vem melhorar o que existiu em 96 e acabou por ser alterado por consenso.

Aquilo que se esperava com a proposta de diploma apresentado em 96, a coordenação das diversas áreas tendo em especial atenção a posição privilegiada de actuação em primeira linha dos Corpos de Bombeiros no sistema de Protecção Civil, bem como a racionalização de meios humanos, materiais e financeiros, está subjacente também a esta que agora vamos discutir.

Esta Proposta de Decreto Legislativo Regional já está há algum tempo na Comissão de Política Geral.

Foi ouvido o Secretário Regional da tutela e a Federação de Bombeiros dos Açores que, em nosso entender, representava o querer e sentir de todos os Bombeiros dos Açores.

Quando de posse deste parecer nos preparávamos para emitir o parecer final da Comissão surgiram uma série de opiniões de quase todas as Associações e Comandos de Bombeiros da Região, contrariando o parecer da Federação. Tal facto levou a Comissão a adiar o parecer definitivo a fim de consultar todas as Associações e Corporações de Bombeiros dos Açores. Alguns dos contributos destas são contemplados na proposta da Comissão que aqui se apresenta e nas proposta de alteração que são apresentadas em Plenário e que foram consensualizadas.

Porque esta proposta de diploma corresponde aos princípios de coordenação e de eficácia política, vamos votá-la favoravelmente na generalidade.

A proposta da Comissão que assumiu boa parte das propostas de alteração do PSD na especialidade, mais as propostas consensualizadas pelos partidos, irão com certeza melhorar este diploma, como convém.

Um diploma como este, estrutural e estruturante dum serviço tão essencial merecia consenso. Depois de algum trabalho e de cedências de parte a parte venceu o bom senso.

Muito obrigado.

**Presidente:** Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

**Deputado Paulo Valadão (PCP):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Uma matéria que inicialmente parecia difícil de poder haver um entendimento entre a Câmara acabou, graças ao diálogo que foi possível implementar sobre ela, como, aliás, já foi referido pelos Srs. Deputados anteriores, um consenso em todos os pontos, o que para nós é fundamental e importantíssimo.

Sempre defendemos que todas as matérias que dizem respeito à Protecção Civil é desejável que, de facto, sejam consideradas matérias da mais alta importância para esta Região e para todos os intervenientes políticos e neste caso concreto isso foi perfeitamente percebido por todos e por isso é neste momento possível termos uma proposta em condições de receber a aprovação unânime desta Câmara e estabelecer, portanto, uma orgânica da Protecção Civil e dos Bombeiros dos Açores que vai merecer uma aprovação por parte de todos os deputados.

Queremos realçar este facto, porque é uma matéria que teve uma tramitação relativamente lenta e penso que todo este tempo valeu a pena e valeu a pena exactamente pelo bom resultado a que se chegou.

Se tivesse havido pressão no sentido de um momento para o outro se terem definido ou tomado posições, corríamos o risco de termos aqui um documento polémico, de grande atrito entre as diversas forças e que, em nosso entender, seria negativo.

Não foi esse o procedimento de todos, bem pelo contrário, foi amadurecer, dialogar, discutir e procurar consensos. Eles foram conseguidos e por isso convém realçá-lo aqui.

**Presidente:** Para uma intervenção na generalidade tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Almeida e Sousa.

**Deputado Nuno Almeida e Sousa (Indep):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu penso que já quase tudo foi dito sobre esta matéria, sobre a importância deste diploma.



De qualquer forma nunca é demais realçar as tentativas que foram feitas entre todos os Grupos Parlamentares e mais tarde também comigo, tendo em vista alcançar estes consensos.

Eu lembro que o diploma baixou à Comissão, salvo erro, em Julho de 1998 e só agora, há coisa de 2 ou 3 horas, é que todos chegámos a um consenso final sobre o último artigo que ainda não estava consensualizado.

Como já foi dito, é, de facto, uma prova do empenho que os Srs. Deputados de todas as bancadas puseram nesta matéria que constitui, primeiro do que tudo, um passo importante a optimização dos Serviços de Protecção Civil nos Açores, que tão importantes são para a segurança dos cidadãos nesta Região Autónoma, tantas vezes fustigada por tantas intempéries e até algumas calamidades que recentemente, infelizmente, tivemos e que em muitos casos, também já motivo de estudos desta mesma Comissão, os serviços, no entender desta Assembleia, não tinham funcionado tão bem como desejado.

Era este testemunho que eu queria deixar e dizer que, obviamente, vou votar favoravelmente na generalidade o diploma.

**Presidente:** Não havendo mais intervenções na generalidade vou pôr o diploma à votação.

Os Srs. Deputados que concordam, na generalidade, com o diploma, mantenham-se como estão.

**Secretário:** O diploma foi aprovado, na generalidade, por unanimidade.

**Presidente:** Passamos agora à discussão na especialidade.

Está à discussão os artigos 1.º e 2.º.

Não havendo intervenções, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam com os artigo 1.º e 2.º, mantenham-se por favor como estão.

**Secretário:** Os artigos 1.º e 2.º foram aprovados por unanimidade.

**Presidente:** Está à discussão o artigo 3.º, para o qual existe uma proposta de alteração da Comissão.

Não havendo intervenientes, vamos votar e vamos fazê-lo dentro da mesma metodologia que seguimos há pouco, ou seja, incorporando a redacção da Comissão.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como estão.

**Secretário:** O artigo 3.º foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** Passamos agora ao artigo 4.º, para o qual existe uma proposta da Comissão e mais tarde, subscrita por todos os partidos, uma outra proposta.

Vou pôr simultaneamente à discussão o artigo 4.º com estas propostas de alteração.

Não havendo intervenções, vamos votar as propostas na sua globalidade, incluindo as duas, ou seja, a que elimina o n.º 2 e a que adita um novo n.º 2 com a redacção final.

Os Srs. Deputados que concordam com o artigo 4.º, mantenham-se por favor como estão.

**Secretário:** O artigo 4.º foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** Artigo 5.º, para o qual também existem duas propostas de alteração. Está à discussão.

Não havendo intervenientes, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam com o artigo 5.º, mantenham-se por favor como estão.

**Secretário:** O artigo 5.º foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** Passamos ao artigo 6.º, também com duas propostas de alteração. Está à discussão.

Não havendo intervenientes, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam com o artigo 6.º, mantenham-se por favor como estão.

**Secretário:** O artigo 6.º foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** Passamos ao artigo 7.º, para o qual também existem duas propostas de alteração. Está à discussão.

Não havendo intervenientes, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam com o artigo 7.º, mantenham-se por favor como estão.

**Secretário:** O artigo 7.º foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** Passamos ao artigo 8.º, que também tem duas propostas de alteração. Está à discussão.

Não havendo intervenientes, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam com o artigo 7.º, mantenham-se por favor como estão.

**Secretário:** O artigo 8.º foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** Passamos ao artigo 9.º, que tem uma proposta de alteração da Comissão. Está à discussão.

Não havendo intervenientes, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam com o artigo 9.º, mantenham-se por favor como estão.

**Secretário:** O artigo 9.º foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** Existe uma proposta de aditamento a este artigo 9.º, que passará a ser o artigo 9.º-A.

Está à discussão esta proposta de aditamento.

Não havendo intervenientes, vamos passar à votação.

Os Srs. Deputados que concordam com o artigo 9.º-A, mantenham-se por favor como estão.

**Secretário:** O artigo 9.º-A foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** Passamos ao artigo 10.º, que tem uma proposta de eliminação subscrita por todos os partidos. Está à discussão.

Não havendo intervenientes, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam com o esta proposta de eliminação do artigo 10.º, mantenham-se por favor como estão.

**Secretário:** A proposta de eliminação do artigo 10.º foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** Artigos 11.º e 12.º. Vou pôr os dois simultaneamente à discussão.

Não havendo intervenientes, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam com os artigos 11.º e 12.º, mantenham-se por favor como estão.

**Secretário:** Os artigos 11.º e 12.º foram aprovados por unanimidade.

**Presidente:** Passamos agora ao artigo 13.º, para o qual há uma proposta de alteração da Comissão. Está à discussão

Não havendo intervenientes, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam com o artigo 13.º, mantenham-se por favor como estão.

**Secretário:** O artigo 13.º foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** Passamos ao artigo 14.º, para o qual há uma proposta de eliminação da alínea f) da Comissão. Está à discussão.

Não havendo intervenientes, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam com o artigo 14.º, mantenham-se por favor como estão.

**Secretário:** O artigo 14.º foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** Artigo 15.º. Está à discussão

Não havendo intervenientes, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam com o artigo 15.º, mantenham-se por favor como estão.

**Secretário:** O artigo 15.º foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** Artigo 16.º, para o qual há uma proposta de eliminação que visa eliminar o n.º 4 deste artigo, subscrita por todos os partidos. Está à discussão.

Não havendo intervenientes, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam com o artigo 16.º, mantenham-se por favor como estão.

**Secretário:** O artigo 16.º foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** Passamos ao artigo 17.º, para o qual há uma proposta de alteração da Comissão. Está à discussão

Não havendo intervenientes, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam com o artigo 17.º, mantenham-se por favor como estão.

**Secretário:** O artigo 17.º foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** Artigo 18.º, para o qual há também uma proposta de alteração das Comissão. Está à discussão

Não havendo intervenientes, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam com o artigo 18.º, mantenham-se por favor como estão.

**Secretário:** O artigo 18.º foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** Passamos ao artigo 22.º. Está à discussão

Não havendo intervenientes, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam com o artigo 22.º, mantenham-se por favor como estão.

**Secretário:** O artigo 22.º foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** Artigo 23.º. Está à discussão.

Não havendo intervenientes, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam com o artigo 23.º, mantenham-se por favor como estão.

**Secretário:** O artigo 23.º foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** Existe um artigo 24.º proposto pela Comissão e que se refere à entrada em vigor do diploma. Está à discussão.

Não havendo intervenientes, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam com o artigo 24.º, mantenham-se por favor como estão.

**Secretário:** O artigo 24.º foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** Vamos passar agora à votação final global do diploma.

Os Srs. Deputados que concordam com o diploma em votação final global, mantenham-se por favor como estão.

**Secretário:** O diploma foi aprovado, em votação final global, por unanimidade.

**Presidente:** O diploma baixa à Comissão de Política Geral e Assuntos Internacionais para a redacção final.

Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado José Maria Bairos.

**Deputado José Maria Bairos (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Acabou a Assembleia Legislativa Regional de aprovar a criação do Serviço Regional de Protecção Civil e Bombeiros dos Açores.

Criámos o serviço, os órgãos que o compõem, as suas competências, a sua composição.

Fica a cargo do Governo a publicação, através de regulamentação posterior, o Decreto Regulamentar, a sua orgânica, orgânica esta que, de facto, vai-se bater sobre a parte principal dos Serviços de Protecção Civil, porque será a parte operacional.

É esta que, de facto, vai responder nas questões de alerta, de prevenção e de combate a todas aquelas situações que ultimamente têm atingido a Região Autónoma dos Açores.

Para terminar, queria apenas deixar aqui um desejo: que o Governo ou o membro do Governo que tutela este serviço tivesse a mesma preocupação que teve a Comissão de Política Geral e Assuntos Internacionais, num diálogo aberto com todas as instituições e todos aqueles que no futuro venham a fazer parte desta componente importante da Protecção Civil, por forma a que tivéssemos depois uma orgânica que fosse de acordo de todos e que não viessem a surgir mais tarde algumas discussões ou não aceitação de alguma situação que se viesse a criar.

Era este o desejo e que seguissem o exemplo que seguiu a Comissão de Política Geral e Assuntos Internacionais, num diálogo aberto onde conseguimos por unanimidade ter toda a gente de acordo e criar um serviço que vai servir todos.

Muito obrigado.

**Presidente:** Concluído este ponto da nossa ordem do dia, passamos ao ponto seguinte que se prende com um Projecto de Decreto Legislativo Regional sobre a Recuperação de Habitação Degradada - Colaboração entre o Governo Regional e as Autarquias Locais.

Para apresentar o diploma tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Bolieiro.

**Deputado José Manuel Bolieiro (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Como sempre, para o indivíduo e o seu agregado familiar a casa é um espaço elementar da sua vida.

É reconhecido que as moradias dentro dos limiares considerados mínimos são fundamentais para a manutenção da saúde física e mental do indivíduo e do seu grupo familiar.

Está provado que espaços inadequados podem desorganizar a vida pessoal e familiar.

A Habitação é mesmo um dos indicadores fundamentais da qualidade de vida de uma família e um dos indicadores do estado de desenvolvimento de uma sociedade.

No meu entender, não há, aliás, desenvolvimento sócio-económico e promoção da qualidade de vida de uma sociedade ou de uma localidade sem a existência de uma política habitacional consequente, que tenha em vista não só o crescimento do parque habitacional - eventualmente o caminho mais fácil – mas que aposte n os meios mais eficazes para uma efectiva intervenção de reabilitação do parque habitacional já existente.

É comum a quase todos os governos, a afirmação de que a habitação é uma das suas prioridades.

Alguns assumem mesmo que a política sectorial habitacional deve deixar de ser orientada apenas para uma relação privilegiada com a indústria da construção civil e ser entendida como uma efectiva componente da política social.

E é também por este vector de política social que se pretende analisar e expor as virtudes que pensamos ter o projecto de Decreto Legislativo Regional apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD, relativo à reconversão de habitações degradadas.

No dizer, cremos que informado e rigoroso, do senhor Secretário Regional da Habitação e Equipamentos, na última sessão plenária desta Assembleia, o parque habitacional dos Açores ronda os oitenta mil fogos, dos quais vinte mil estão em estado degradado.

Se fizermos uma avaliação estatística que pressuponha que por cada fogo residem em média três pessoas, a conclusão é preocupante.

Falamos de muita gente nos Açores a viver num lar sem condições adequadas que garanta o mínimo de uma vida organizada, como todos merecem e aspiram.

Não é preciso ir mais além neste raciocínio para perceber a gravidade das incontornáveis consequências desta realidade, que foi aqui reconhecida pelo próprio Governo.

Vinte mil casas em estado degradado nos Açores.

É pois urgente intervir, garantir meios e processos eficientes.

Estamos perante um direito essencial para alcançar um dos primeiros patamares da dignidade da pessoa.

Estaremos, por esta via, contribuindo para que os Açorianos mais desfavorecidos possam melhorar as suas casas garantindo um mínimo de dignidade.

Sem a ilusão de que se tratará de uma panaceia para todos os males, o projecto do PSD que aqui apresento aponta caminhos de aproximação ao problema e às pessoas.

Como pilar do Estado Democrático, o poder Local permite uma administração mais eficaz e mais próxima do cidadão.

O exercício das responsabilidades públicas deve de uma maneira geral ser atribuído preferencialmente às autoridades mais próximas dos cidadãos.

A Autarquia está ali presente, e é aí onde começa a relação do cidadão com o poder e com a política.

Quase diariamente, senão mesmo todos os dias, cada cidadão vê ou contacta o Presidente da sua Junta de Freguesia, alguém responsável do município, o Vereador ou mesmo o Presidente da Câmara Municipal.

O munícipe facilmente expõe o seu problema na rua, no café ou mesmo na casa do Presidente aonde vai, sem impedimentos, e solicita apoio ou solução para o seu caso.

Não se lembra da necessidade de procedimentos administrativos, nem de marcar audiências ao senhor Secretário Regional com antecedência razoável.

Tem um problema e quer uma solução rápida.

Dirige-se a quem conhece e a quem pede responsabilidades no exercício do seu cargo.

É assim o dia a dia de um autarca.

É assim muitas vezes o dia de um cidadão carente dos apoios públicos para a sua vida, sem possuir uma casa em condições de habitabilidade condigna.

Os autarcas estão preparados, conhecem, como ninguém, as realidades e necessidades dos seus concidadãos.

Requerem mesmo mais capacidade de intervenção para resolver os problemas, porque com eles são confrontados permanentemente.

O caso da Habitação Degradada é claramente um destes casos.

No passado dia 26 de Novembro foi comemorado o Dia do Poder Local, e nesse dia, um influente autarca defendia que “ é chegada a altura de podermos perspectivar o



futuro das autarquias locais dando-lhes mais competências e consequentemente os meios financeiros para o seu exercício”.

E, na verdade, diz a lei que “É atribuição das autarquias locais o que diz respeito aos interesses próprios, comuns e específicos das populações respectivas e, designadamente ao desenvolvimento.”

Indubitavelmente, a reabilitação de habitações em cada município têm a ver com a luta pelo desenvolvimento e exige investimento.

Os autarcas, e creio que todos nós, estamos preocupados com a situação, e todos queremos eficácia no combate à degradação do parque habitacional.

A instituição de formas de parceria entre a administração regional, as autarquias e os cidadãos promovem sinergias direccionadas para um objectivo comum: MELHOR HABITAÇÃO.

Foi, recentemente, o próprio Presidente do Governo Regional que afirmou “a abertura total do Governo para colaborar com as autarquias, nomeadamente na resolução de problemas de habitação.

A colaboração entre Governo e autarquias está prevista no Decreto Legislativo Regional n.º 6/95/A, de 28 de Abril.

Portanto, uma realidade já legalmente enquadrada, mas necessitada de certeza e objectividade na determinação dos meios e critérios para uma relação da administração regional com cada autarquia, livre da insustentável e permanente suspeita de inconfessáveis preferências por A ou por B.

Creio que todos estaremos de acordo com a gravidade do problema e a necessidade de o combater, instituindo, para o efeito, os instrumentos mais eficazes.

Veremos concretamente o comportamento de todos no debate do projecto apresentado pelo PSD e respectiva votação, para saber, na prática, quem sente o problema e quer contribuir decisivamente para o resolver.

Veremos quem está ao lado dos mais desfavorecidos e residentes em habitação degradada.

Certeza, certeza é que o PSD está ao lado dessas pessoas e por isso apresenta o seu projecto.

Um projecto que assume a opção de aproximar as pessoas dos responsáveis pela parceria que com elas deve ser assumida a resolução concreta do problema.

Um projecto que estabelece regras objectivas para concretizar a colaboração do Governo com as autarquias, em matéria de habitação degradada.

Um projecto que evita a colaboração casuística e envolta no manto da suspeita de tratamentos preferenciais, consoante as cores políticas.

Um projecto que não limita o Governo no exercício da sua competência sobre a política regional de habitação, mas que defende os mais desfavorecidos.

O PSD está ao lado de quem precisa de apoios para reabilitar a sua casa degradada, pondo fim a uma vida sem a dignidade merecida na habitação do seu agregado familiar, o seu lar.

Não fosse a habitação um direito constitucionalmente consagrado!

Por isso, para viabilização dos objectivos propostos neste diploma o Grupo Parlamentar do PSD convwersou, dialogou, concretizou propostas de alteração e anuncia desde já aqui que votará favoravelmente as propostas de alteração já apresentadas pelo PCP.

Tenho dito.

**Vozes da bancada do PSD:** *Muito bem! Muito bem!*

*(Aplausos da bancada do PSD)*

**Presidente:** Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

**Deputado Paulo Valadão (PCP):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Estamos a analisar um Projecto de Decreto Legislativo em que se propõe a transferência para os municípios da Região de verbas, no sentido da recuperação da habitação degradada.

Nós desde sempre dissemos que sobre o aspecto profundo da matéria e da filosofia estávamos favoráveis a que, efectivamente, as nossas autarquias, quer os municípios quer as freguesias tivessem uma acção importante e preponderante no que diz respeito à habitação nas suas áreas geográficas.

Por outro lado, sempre defendemos da necessidade da descentralização necessária que é importante implementar no que diz respeito à possibilidade da intervenção das autarquias em relação a muitas e diversas áreas das suas competências.

Por outro lado ainda, também sempre defendemos que ao dar competências às autarquias locais é fundamental e é necessário dar meios para que elas possam executar essas competências.

Por isso mesmo, não será de estranhar que o Partido Comunista Português vote favoravelmente na generalidade este Projecto de Decreto Legislativo Regional e votamo-lo de acordo com a proposta e os princípios que estão contidos e que enumeramos, mas também num outro pressuposto que vem no preâmbulo do documento, é que estas transferências não ficarão nem serão exclusivas para as Câmaras Municipais.

No preâmbulo do documento é clarificado a intenção de que se procurará mobilizar as juntas de freguesia através da consignação de despesa como delegação de competência por parte das Câmaras Municipais.

A nossa aprovação também é no pressuposto de que as Câmaras Municipais irão elas próprias, também no sentido da descentralização, procurar junto das juntas de freguesia mobilizá-las e dar-lhes os meios devidamente consignados para intervirem no processo de reabilitação das habitações degradadas.

Aliás, não é por demais referir da necessidade que todos nós reconhecemos de que são importantes cada vez mais meios para contribuir para uma melhor qualidade de vida da população da nossa Região e essa melhor qualidade de vida passa, indiscutivelmente, por uma melhor habitação.

Também todos nós reconhecemos que já hoje se procura e se tem procurado que os municípios tenham uma intervenção activa no que diz respeito à habitação e com frequência nos últimos tempos temos tido conhecimento da existência de colaboração entre o Governo Regional, o INH e muitos dos nossos municípios, no sentido de haver intervenção destes no que diz respeito à melhoria da habitação das pessoas.

Pensamos também que esta colaboração entre Governo Regional, INH e Municípios tem que continuar e tem que ser fomentada, implementada e de preferência atingir todos os municípios da Região.

Em relação à matéria deste Projecto de Decreto Legislativo Regional nós temos duas objecções que já demos conhecimento a todos os partidos e já apresentámos propostas de alteração ao Sr. Presidente, no caso do Projecto, como esperamos, ser discutido na especialidade e são dois aspectos que nós privilegiamos e para os quais propomos alterações.

Como primeiro aspecto propomos que o diploma produza efeitos só a partir do orçamento do ano 2000. Isto é uma razão de ser.

Em primeiro lugar, já está aprovado o Orçamento do ano de 1999 e nós não queríamos aprovar um diploma sobre esta matéria que pudesse haver alguma dúvida em relação ao problema orçamental.

Embora o diploma não alterasse verbas orçamentais a realidade é que poderia alterar a distribuição de verbas orçamentais e que em nosso entender poderia oferecer alguma dúvida.

Por outro lado, há um outro aspecto que nós também relevamos e que é o facto de considerarmos que o Governo, qualquer que ele seja, poder, na altura da aprovação do seu orçamento ou imediatamente a seguir, comprometer esse mesmo orçamento. Portanto, nada nos garantia que neste momento e no capítulo da habitação o Governo Regional não tivesse já comprometido o seu próprio orçamento em relação ao ano e penso que não deveríamos ter veleidades neste sentido e, por isso mesmo, entendemos que o orçamento apenas deve ser consignado para esta transferência a partir do próximo ano.

Um outro aspecto diz respeito aos quantitativos de transferência. A proposta inicial previa 20% do orçamento para a habitação e nós entendemos que esta matéria deve ser analisada ano a ano quando aqui se discute o Orçamento da Região. É por isso que nós discutimos aqui as Propostas de Decreto Legislativo Regional para aprovar os orçamentos da Região e também por isso entendemos que a verba que será obrigatoriamente transferida para os municípios deve ser aprovada aqui por este Plenário, ano a ano, quando aprovarmos o Decreto Legislativo Regional do Orçamento da Região Autónoma dos Açores.

Esta é uma proposta que também propomos em relação ao artigo 4.º e que julgamos que irá obrigar a que, efectivamente, esta matéria, quando analisarmos o orçamento,

seja aqui novamente discutida, seja aqui analisada e seja aqui devidamente equacionada e devidamente contabilizada.

Também será mais uma vez e mais uma altura para podermos aproveitar para referir os problemas que têm a ver com a habitação e nunca será demais nós todos pensarmos que, efectivamente, a população da Região Autónoma dos Açores só vai ter dignidade quando ela tiver habitação condigna.

É nessa esperança que nós vamos votar favoravelmente estas matérias com as propostas que apresentámos.

**Presidente:** Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Vasco Cordeiro.

**Deputado Vasco Cordeiro (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Sr. Deputado José Manuel Bolieiro na sua intervenção resumiu numa forma correcta aquelas que devem ser as preocupações de quaisquer órgãos de poder, face ao problema da habitação. Portanto, tudo o que eu acrescentasse relativamente a isso seria redundante.

É óbvio que estamos preocupados com o problema da habitação e em especial com o problema da habitação degradada.

É óbvio que o Partido Socialista e o seu Grupo Parlamentar acompanham com particular interesse e com particular cuidado todas as iniciativas que dizem respeito a esta matéria. Também sentimos este problema e estamos ao lado destas pessoas. Acho que é motivo de regozijo para todos, não é um exclusivo do Partido Social Democrata e do seu grupo parlamentar, é um dos princípios e dos objectivos que nos guia a todos nesta Sala.

O Partido Social Democrata apresenta um Projecto de Decreto Legislativo Regional, que pretende versar sobre a definição de um quadro jurídico que regulamente a colaboração entre o Governo Regional e as autarquias locais, no domínio da recuperação da habitação degradada.

As primeiras questões que se devem colocar neste tipo de questão é a possibilidade de intervir legislativamente nesta matéria e a necessidade de intervir legislativamente na mesma.

Em primeiro lugar, chamaria a atenção da necessidade prática, porque não basta criar um Decreto Legislativo Regional que apenas mexe com os intervenientes neste processo, deixando da mesma forma os meios que estão afectos a esta questão da habitação degradada.

No fundo, o que estamos a fazer aqui é exactamente isto, apenas mexemos nos intervenientes. Não existe qualquer acréscimo de meios para a recuperação da habitação degradada. Ao definir a colaboração entre Governo Regional e autarquias locais o Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata deixa exactamente na mesma os meios que estão afectos a esta decisão. Se aumentarem os meios que devem ser postos ao dispor das populações, nesta matéria, fica exactamente igual.

O que é que acontece? O que acontece é retirar-se, de certa forma, a possibilidade do Governo intervir exclusivamente nesta matéria e passar esta parte de competência para as autarquias locais. É isto que o projecto faz, uma mera e simples mudança de actores.

Agora, será que há necessidade de fazer isso? Será que a actuação do Governo Regional é deficitária nesta matéria?

Bem, Sr. Deputado José Manuel Bolieiro, eu recordo-lhe apenas o relatório de execução do primeiro semestre de 1998, em que exactamente neste projecto de recuperação de habitação, existe uma taxa de execução de 62,5%.

Isto pode não querer dizer nada, mas ao mesmo tempo quer dizer tudo. Quer dizer que a posição e a actuação do Governo, nesta área, pode ser tudo, mas não é seguramente deficitária.

**Deputado José Manuel Bolieiro (PSD):** É sim senhor!

**O Orador:** Em segundo lugar, temos a questão da proximidade das populações. Efectivamente a questão da proximidade das populações tem importância, tem relevância nesta matéria e também nesta questão. Mas, se estamos a falar de proximidade de populações então porque é que o PSD e Grupo Parlamentar do PSD, não desenvolvem, no seu todo, este raciocínio?

O Grupo Parlamentar do PSD apresenta um projecto que exclui as juntas de freguesia neste tipo de participação e eu já lhe explico Sr. Deputado.

O Sr. Deputado, certamente refere-se ao preâmbulo do vosso diploma. O preâmbulo do vosso diploma - e o preâmbulo não tem força legal - refere apenas que "a colaboração entre o Governo Regional e as câmaras municipais, poderá ser extensivo às juntas de freguesia por delegação de competências do município respectivo, devendo este assegurar o adequado financiamento e o apoio técnico necessário" - citei o projecto do Partido Social Democrata.

Bem, isto não pode ser assim, a câmara municipal não pode delegar uma competência que não tem, a competência de habitação não é da câmara municipal, é do Governo Regional. Os Srs, reconhecem que é assim, porque consideram que este Projecto de Decreto Legislativo é, precisamente, o desenvolvimento do 6/95.

Em relação a isto e ainda dentro dessa questão das juntas de freguesia, é preciso atender ao seguinte: quando se fala em autarquias locais, fala-se no preâmbulo e no artigo segundo. A partir daí só se fala em municípios, nem sequer se prevê no articulado do diploma a possibilidade da subdelegação - é isso que tem de acontecer na hipótese de considerarem que esta é a devida - de competências dos municípios para as juntas de freguesia. Agora eu pergunto:

Os objectivos do diploma são declarados pelo seu preâmbulo: "a existência do enquadramento legal estruturante definidor de critérios de objectividade, de certeza, que evite opções de cooperação casuística e avulsa".

Muito bem, estamos todos de acordo que há a necessidade deste quadro jurídico no relacionamento entre o Governo Regional, as autarquias e as câmaras municipais. E entre as câmaras municipais e as juntas de freguesia? Não haverá necessidade desta objectividade? Não há necessidade desta certeza? Não há necessidade de se evitarem opções de cooperação casuística e avulsa?

**Deputado Rui Pedro Ávila (PS):** *Muito bem! Muito bem!*

**O Orador:** O Governo Regional é que é o mau da fita?

É óbvio que, relativamente aos princípios deste diploma, estamos inteiramente de acordo: a descentralização, a cooperação técnico-financeira, a questão da complementaridade que é subvertida no diploma.

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista teve oportunidade de o afirmar na Comissão, teve oportunidade de o afirmar aqui neste Plenário, aquando da primeira

vinda deste diploma cá, afirmou novamente na Comissão quando este foi remetido para apreciação, e afirma novamente, que concordamos com o princípio da descentralização, concordamos com o princípio da cooperação técnico-financeira, concordamos com a questão da complementaridade, agora aquilo que este diploma faz, este diploma que há primeira vista é filho de bons princípios, acaba por resultar num exercício radicalmente a custo daquilo que pretende.

Em suma, o projecto que agora apreciamos acaba por revelar-se, em muitas formas e questões, como um projecto politicamente contraditório, tecnicamente perverso e, salvo o devido respeito, juridicamente mal formulado.

A primeira questão, que me parece importante clarificar, é a relação que se estabelece entre o Decreto Legislativo Regional 6/95, que estabelece a cooperação técnico-financeira entre a administração regional e as autarquias e este diploma que aqui temos.

Eu recordo que foi assumido pela Comissão de Política Geral e Assuntos Internacionais, numa troca de impressões que tivemos, que este é seguramente um desenvolvimento deste diploma 6/95. Porém - e conforme se verá mais adiante quando entrarmos na discussão na especialidade - o projecto sem apresentar qualquer justificação para o facto, altera soluções do 6/95, apresenta-as radicalmente opostas àquelas que em sete princípios gerais são avançados.

Por outro lado, acontece o mesmo em relação ao outro diploma, em que este Projecto de Decreto Legislativo Regional se fundamenta, o 14/95/A, de 22 de Agosto, que define os apoios à habitação por parte do Governo Regional.

Ao fazer as remissões, este diploma, consciente ou inconscientemente, esquece que o Decreto Legislativo Regional 14/95/A, de 22 de Agosto, trata de matérias tão diversas, como seja: o apoio à aquisição de habitação própria, a reconstrução de habitação ou a recuperação de habitação degradada.

A questão é, simplesmente, sabermos se nas questões pequenas e concretas - como as pequenas reparações - devemos aplicar os mesmo critérios, as mesmas fórmulas, os mesmos requisitos, fazer recair sobre os beneficiários as mesmas obrigações que existem para estas outras formas de apoio à habitação.



Existe, em nossa opinião, referências abundantes e por vezes abusivas ao Decreto Legislativo Regional 14/95/A.

Igualmente o diploma em análise parte de uma concepção de cooperação técnico-financeira, que nos merece as maiores reservas. O diploma no seu todo transmite o entendimento de que a cooperação técnico-financeira, mais do que um imperativo de boa administração - portanto só deve acontecer naqueles casos que se mostre necessário, adequado e eficaz - pretende transformar esse tipo de cooperação técnico-financeira, numa obrigação legal, num imperativo de lei, ou seja a concepção que transparece, neste projecto de diploma, é que a cooperação técnico-financeira, entre o Governo e as Autarquias, mais do que um imperativo de boa administração é ditado pela Lei. O que se pretende criar aqui é que o Governo Regional está obrigado, quer queira, quer não, a cooperar com as autarquias, com os municípios.

Não discordamos que a cooperação seja um imperativo de boa administração, agora daí a exigir-se que deve sempre haver cooperação técnico-financeira, mais não é do que uma encapotada, envergonhada e quem sabe inconstitucional transferência de competências.

Não é isto decididamente que estamos a discutir, mas é isto que os Srs. pretendem.

Ainda no que respeita à análise deste diploma, importa salientar dois ou três aspectos. Já foi salientado aqui a questão da referência indiscriminada a autarquias locais e a municípios. É preciso ter presente que para existir a possibilidade - saliento este aspecto porque é verdadeiramente importante - de subdelegação dessas competências, nas juntas de freguesia, é necessário prever neste diploma e isto não acontece. A minha pergunta é apenas essa: Isto é consciente ou inconsciente? Os Srs. querem que, efectivamente, - apesar de fazerem isso no preâmbulo - este tipo de cooperação se fique apenas pelos municípios, pelas Câmaras Municipais?

Por último, já foi salientado aqui o aspecto de uma potencial ilegalidade que afectava este diploma, ou seja, a sua extemporaneidade relativamente à aprovação do orçamento. Estamos convictos que um diploma deste tipo - mas o assunto já está, à partida, sanado pelas propostas de alteração que foram apresentadas - só pode ser posto em prática em duas situações: ou constando de um orçamento ou entrando no meio do ano implica, necessariamente, uma revisão ou uma alteração orçamental.

Alguns estudiosos que se têm dedicado a esta matéria, nomeadamente, o Dr. Sérvolo Correia, considera que assim é, num dos seus escritos relativamente à cooperação financeira entre Governo Regional e autarquias.

Portanto, é nossa convicção de que há esta necessidade de Lei Orçamental, mas esta parte já está resolvida. Porém, existem outras ilegalidades que afectam este diploma, ilegalidades que resultam, não só, de uma leitura da Lei de Finanças das Regiões Autónomas, como também de uma leitura da Lei das Finanças Locais.

Nomeadamente, no que diz respeito à Lei de Finanças das Regiões Autónomas, eu chamava a atenção para o facto desta lei criar um novo conceito, ou seja o conceito de apoio financeiro às autarquias, conceito geral que engloba conceito de auxílio financeiro e que engloba também o conceito de transferências financeiras.

Esta lei no seu artigo 44º. refere o seguinte : "qualquer forma de apoio financeiro regional às autarquias locais, para além do já previsto na lei, deve ter por objectivo o reforço da capacidade de investimento das autarquias".

Temos sérias dúvidas que este diploma ao ser aprovado, não venha arredondado de uma ilegalidade, face ao teor deste artigo.

É essencialmente em relação ao teor deste artigo que é importante e necessário termos a devida atenção. Não podemos levantar dúvidas também em relação aos decretos, nomeadamente ao Decreto Legislativo Regional 6/95, pois a lei é clara quando diz que "qualquer forma de apoio financeiro regional, às autarquias, para além do já previsto na Lei". Portanto, esta parte já está salvaguardada. Agora, este diploma à face deste artigo o que se afigura é manifestamente ilegal. Este diploma ao transmitir a noção de cooperação técnico-financeira, como uma obrigação, vem a revelar-se numa forma de transparência de competências, o que é, por outro lado, inconstitucional.

**Presidente:** Para uma segunda intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

**Deputado Paulo Valadão (PCP):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Senhores Membros do Governo:

Faço esta segunda intervenção para fazer algumas considerações que me ocorreram, perante a intervenção do Sr. Deputado Vasco Cordeiro, aliás, a sua intervenção já foi

feita, de um modo geral, em termos semelhantes àqueles que foram discutidos quando a Comissão de Juventude, da qual ele faz parte, conjuntamente com a Comissão de Política Geral e Assuntos Internacionais, discutiu esta matéria.

Portanto, essa discussão foi feita em profundidade pela Comissão, da nossa parte não a queremos repetir. No entanto, queremos fazer uma súmula, que é a conclusão que tiramos através de aspectos referidos na intervenção do Sr. Deputado Vasco Cordeiro, considerando algumas ilegalidades e referindo ainda alguns receios de ilegalidades.

Como já referi não vou trazer neste momento essa discussão aqui, nem a trarei de seguida quando discutirmos a proposta do Governo que esteve na Comissão de Juventude e Assuntos Sociais onde, efectivamente, eu tenho muitas dúvidas, e tenho essas dúvidas no que concerne à legalidade. Contudo vou votar a favor e vou fazê-lo porque, efectivamente, estou disposto a correr esse risco. É o tal risco que acho que se deve correr, pois pode contribuir para num futuro breve, haver doutrina jurídica sobre estas matérias.

O que eu queria que ficasse bem claro, é que vou fazer muito conscientemente - neste momento e daqui a pouco quando discutirmos a proposta - a minha votação, a votação da Representação Parlamentar do PCP.

Quando discutirmos a proposta iremos referir muitas das dúvidas que nos ocorrem ou pelo menos alguns exemplos dessas dúvidas. No entanto, acho que valerá a pena, acho que é mais um desafio para esta Assembleia, em relação a alguns riscos que possa correr.

Nós, PCP, vamos assumir esses riscos e por isso mesmo o nosso voto será favorável.

**Presidente:** Para uma intervenção tem a palavra o Sra. Deputada Ana Carolina.

**Deputada Ana Carolina (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Vasco Cordeiro:

A vossa preocupação, agora denunciada com o problema da habitação degradada, é para mim uma novidade. Aqui há tempos não era bem assim, faço lembrar que a vossa intenção de recuperação de habitações, era quantificada numericamente à pressa no vosso Plano a Médio Prazo e na altura desconhecendo a realidade, e por isso mesmo apressada e inconsciente, a de recuperação de 400 casas. A realidade é

bem diferente. A realidade hoje nos Açores, de acordo com a informação do Sr. Secretário da Habitação, é de 20.000 casas degradadas. São intenções minimalistas para um problema que é muito maior.

Nós, com essa proposta, fomos de encontro ao que os autarcas querem, os nossos e os vossos, ao lerem os vossos pareceres.

Eles são, sem dúvida, os intervenientes mais capazes e mais próximos da população. Mexendo nesses tais intervenientes, como o Sr. Deputado disse, nós não ficamos por aí, porque viabilizamos, certamente, a eficácia, e mais, promovemos a transparência.

Disse.

**Vozes da bancada do PSD:** *Muito bem! Muito bem!*

*(Aplausos da bancada do PSD).*

**Presidente:** Para prestar esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado Vasco Cordeiro.

**Deputado Vasco Cordeiro (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar quero fazer duas ou três considerações, relativamente àquilo que referiu o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Efectivamente, existe a questão das eventuais interpretações divergentes, no que diz respeito à Constituição. Mas, é óbvio que nesta questão nós até por obrigação - quase que me atrevo a dizer - temos o dever de alargar o mais possível o âmbito de determinados artigos, com relevância para o próprio exercício de poderes desta Assembleia. Agora, aquilo que eu fiz relativamente a essa questão foi citar a letra da lei, que é clara. Aliás, há mais. Há mais em termos de soluções opostas àquelas que foram fixadas anteriormente e, só para citar uma, repare no Decreto Legislativo Regional 14/95, quando se refere aos apoios à habitação a conceder pelo Governo Regional, prevê a possibilidade de haver intermediação de municípios. Isto está lá claramente, não é uma questão de interpretação. No seu parágrafo segundo do artigo 1.º, a intermediação a que se refere o número anterior, abrange apenas as modalidades de construção de habitações destinadas a realojamento e habitação de custos

controlados. Isto é claro, apenas basta ler o artigo e ver o que é que se pretende no diploma. Está em oposição.

Relativamente à intervenção da Sra. Deputada Ana Carolina, quem a ouve falar até parece que o Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata descobriu uma mina qualquer e que põe todo o valor que descobriu nessa mina ao dispôr da recuperação da habitação degradada.

A Sr.<sup>a</sup> reconhece e eu já lhe disse, que com o vosso diploma não se acrescenta um centavo àquilo que este Governo propôs, àquilo que esta Assembleia aprovou para a habitação degradada. Portanto, não são mais meios.

Quanto à citação dos "nossos autarcas, os vossos autarcas", Sr.<sup>a</sup>. Deputada, do ponto de vista político, eu já tive oportunidade de esclarecer que estamos perfeitamente de acordo com a questão da descentralização e da cooperação técnico-financeira. Do ponto de vista político estamos de acordo e estamos em consonância com os nossos autarcas e, veja lá, até com os vossos autarcas.

**Deputado José Maria Bairos (PSD)** : Ou os Srs. com os nossos autarcas!

**O Orador:** Ou são os vossos autarcas que estão em consonância connosco, também há essa possibilidade.

Agora, o que não se pode aceitar é viabilizar ilegalidades flagrantes e inconstitucionalidades. Isso não se pode aceitar. E são essas dúvidas...

**Deputado Victor Cruz (PSD):** Ou é flagrante, ou é dúvida!

**O Orador:** ... que estamos a colocar aqui ao debate.

Esclareçam-nos!

**Presidente:** Sr. Deputado Nuno Almeida e Sousa, pretende fazer uma intervenção ou apenas pedir esclarecimentos?

**Deputado Nuno Almeida e Sousa (Indep.):** As duas coisas Sr. Presidente.

**Presidente:** É porque é diferente a figura.

**Deputado Nuno Almeida e Sousa (Indep.):** O tempo não será ultrapassado.

**Presidente:** Tem a palavra para o efeito.

**Deputado Nuno Almeida e Sousa (Indep.):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A minha preocupação, no que diz respeito aos argumentos técnicos desse diploma, já foi de certa forma ultrapassada, porque tive oportunidade de nos corredores esgrimir argumentos, quer com o Grupo Parlamentar do PSD, quer com o Grupo Parlamentar do PS, sobre essa matéria.

Contudo, mantenho dúvidas sobre a minha posição inicial, no que diz respeito à constitucionalidade deste diploma, especificamente no que diz respeito à transferência de competências para as autarquias locais. Lembro ainda que esse diploma veio à Comissão, salvo erro, em Março do ano passado, estamos em fase de discussão da Lei de Finanças Locais, em Sede da Assembleia da República e o diploma esteve parado na Comissão, em virtude dessa Lei de Finanças Locais, lei essa, que acabou por não transferir para as autarquias - ao contrário daquilo que os autarcas esperavam - a competência na área da habitação.

Ora, mais uma dúvida se levanta. Se a Assembleia da República não quis transferir para as autarquias essa competência, e sendo esta constitucionalmente apenas da exclusiva responsabilidade da Assembleia da República, tenho dúvidas que nós aqui o possamos fazer. Mas deixo isto ao cuidado dos técnicos juristas da Sala, pois estão muito mais abalizados para o fazer do que eu.

Por outro lado, do ponto de vista político, aí sim, existem da minha parte argumentos para levantar aqui duas questões.

Uma das questões tem a ver com a discussão que tivemos nesta Casa, posterior aos resultados e actos eleitorais para as autarquias locais em 1997, onde várias vezes foram esgrimidos argumentos sobre a utilização abusiva - por parte de autarcas - de materiais para recuperação de habitação degradada, como forma de compra de votos. Foi assim que isso aqui foi dito. E lembro as palavras de um político desta terra, que muito me agradaram: "o cimento na mão de alguns autarcas, é pior do que a droga na mão de traficantes".

**Deputado Fernando Menezes (PS):** Eu também já ouvi isso!

**O Orador:** Por outro lado, também acho que seria bastante interessante e importante, que os acórdãos de cooperação, eventuais e casuais, que têm existido, entre o Governo Regional e as autarquias locais, sejam de uma vez por todas regulamentados. Vão longe e de má memória os tempos em que o Sr. Viveiros ia de

cheque na algibeira, entregar à autarquia que lhe interessava, o dinheiro para o autarca fazer com ele aquilo que queria.

**Deputado Rui Pedro Ávila (PS):** Isso acontecia?! Pelo amor de Deus!

**Vozes da bancada do PS:** *Muito bem! Muito bem!*

**O Orador:** Srs. Deputados o que eu estou a dizer é que é importante que se regulamente, para que agora não se faça igual.

*(Apartes inaudíveis da bancada do PSD)*

**O Orador:** Não estou dizendo que neste momento não se faz, porque eu não sei. O que é certo é que não está regulamentado. Os Srs. sabem de que é que eu estou a falar.

**Deputado António Meneses (PSD):** Sabemos!

**Deputado João Cunha (PSD):** O Sr. é que não sabe!

**O Orador:** E esse tal Sr. Viveiros quando não ia com o cheque na mão ter com os autarcas, ia directamente ter com os próprios beneficiários.

**Deputado João Cunha (PSD):** O Sr. é que não sabe!

**O Orador:** Sei, sei muito bem. Sei mais do que aquilo que os Srs. sabem.

*(Apartes inaudíveis da bancada do PSD).*

**O Orador:** Sr. Deputado, os trocadilhos de má memória dos políticos, na boca de outros políticos ainda ficam pior. Não sei se o Sr. sabe, mas isso é realmente desastroso.

Por isso, e porque ainda tenho dúvidas sobre essa matéria, vou reservar o direito de me abster na votação na generalidade deste diploma e ao longo da discussão do diploma na especialidade iremos avaliando os argumentos mais fortes ou mais fracos, para decidirmos as nossas votações.

**Presidente:** Para esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

**Deputado Paulo Valadão (PCP):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Vou ser muito rápido porque apenas tenho tempo para esclarecimentos e estas matérias são complicadas.

O Sr. Deputado Vasco Cordeiro, por duas vezes, se a memória não me falha, refere o problema dos meios.

O problema dos meios, em nosso entender, está ultrapassado, porque nós através da uma proposta que propomos, os meios vão ser aqui discutidos, caso a caso, ano a ano, na altura do orçamento. Por isso mesmo fico bastante agradado, com o facto dessa referência, porque é sinal de que para a habitação, no próximo ano, no próximo orçamento, vamos ter muitos mais meios. É a conclusão que eu tiro, em relação à sua preocupação. Agrada-me, porque da nossa parte, com o nosso voto vamos contribuir para termos muitos mais meios para a habitação nesta Região. É uma coisa que defendemos há muitos anos. É uma coisa que o PCP vem a defender desde a análise que fez em relação, por exemplo, aos graves problemas da habitação, em várias freguesias de S. Miguel, há aproximadamente quinze anos. Portanto, é uma preocupação que temos de há muito, sempre tivemos e vamos manter.

Em relação à preocupação do Sr. Deputado Nuno Almeida e Sousa, nós da nossa parte pensamos que neste momento é fácil de contornar o problema aqui colocado, porque temos ali o Sr. Secretário Regional que é responsável pela inspecção regional, e com certeza que essa inspecção regional está em condições de poder contribuir para que o Dr. Deputado, daqui a pouco tempo, deixe de ter essas graves preocupações, em relação aos maus usos dos dinheiros das autarquias locais, porque compete, de facto, à inspecção regional analisar, aconselhar e contribuir para que não hajam esses desvios. Estamos confiantes que cada vez menos iremos ter essas preocupações, porque há que confiar na nossa inspecção regional.

**Presidente:** Para uma segunda intervenção tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Bolieiro.

**Deputado José Manuel Bolieiro (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Alguns esclarecimentos podem contribuir para apaziguar dúvidas, porque, de facto, esta é uma matéria complexa, inovadora na actuação de poderes da Assembleia Legislativa Regional.



Que fique claro, que não se trata, efectivamente, de uma transferência de competências, porque é exactamente no âmbito dos contratos ARAAL que se pretende estabelecer a relação de colaboração entre Governo Regional e poder local. É o próprio Decreto Legislativo Regional 6/95 - já que aqui se falou em artigos - que definindo os tipos de relação da administração regional com a administração local, nos contratos de colaboração inclui - artigo 15º. alínea f) - a habitação. E essa relação faz-se por contrato ARAAL.

O que nós pretendemos é apenas uma relação objectiva, de alguma certeza, de valores e de aceitação entre a administração regional e a administração local e está previsto no Decreto 6/95.

Essa lógica que contradiz ou deixa de contradizer, como se fosse uma grande ilegalidade, não faz sentido, Sr. Deputado. A força jurídica do Decreto Legislativo que hoje vier a ser aprovado, é a mesma do 6/95 ou do 14/95.

Não há superioridade de uma lei mais antiga em relação a uma lei mais recente, quando elas são de valor jurídico idêntico, neste caso, um Decreto Legislativo Regional.

Por outro lado, quando se apresenta aqui, o 14/95, é porque este refere e bem - e não se pretende alterar nada nesta matéria - desde logo, a admissão de habitação degradada, os requisitos de acesso do agregado familiar e as formas do apoio. Portanto, o que se pretende é, com um quadro jurídico já existente e em vigor, se mantenha. A grande questão até não está nos meios, não é essa a questão essencial do projecto do PSD, é a questão da eficiência, eficácia na utilização dos meios. A nossa convicção é esta, é a autarquia, a junta de freguesia e a câmara municipal - com os mesmos meios que o Governo tem - que serão mais eficientes na aplicação, e tornarão mais rápida a execução, resolvendo assim o problema de muitos processos, que estão a acumular, designadamente, na Secretaria Regional. E mais ainda, responsabiliza mais, quem tendo o meio para resolver, pois tem de ter braços curtos, porque os colegas estão ali, ali naquela freguesia, ali naquele concelho, onde estão todos os dias o presidente de junta o presidente de câmara.

Estamos a falar de eficiência dos meios, de eficácia na aplicação dos meios.

Mas até convenhamos, dito aqui pela Deputada Ana Carolina, para um mandato? Um Governo que afirma aqui que das 80 mil habitações dos Açores 20 mil são degradadas e aposta no seu plano em rebocar 400 habitações!? É coisa séria? É a aplicação de meios para resolver este problema? É eficácia e eficiência? É sensibilidade para resolver este problema? Se por acaso os açorianos me estivessem a ouvir hoje aqui, o que é que diriam?

Direi mais, se o PS concordasse com os objectivos que considera, pelos vistos, nobres e adequados, por que é que não se preocupou em debater, efectivamente, o diploma? Por que é que não apresentou uma proposta de alteração, ou outra conjugação para isso? Nada.

É preciso que fique claro que o PS não quer que este diploma passe, por causa de um jogo político, e não pelo interesse em resolver o problema.

Se concordam que nós nos preocupamos com a eficiência, com a eficácia, com a transparência, com a objectividade e certeza nessa colaboração, onde é que está o problema?

É a própria Lei de Finanças das Regiões Autónomas, que admite que haja efectiva colaboração financeira, entre a administração regional e administração local. Está lá na Lei da Finanças das Regiões Autónomas. Por outro lado, o modo como ela se faz está previsto no Decreto Legislativo Regional 6/95, que vem na sequência de um que já é de 1990.

Por outro lado ainda, como é que o cidadão e o agregado familiar se pode candidatar a esses apoios? Está definido no 14/95.

Há efectivamente vontade política de com eficácia combater este mal?

Se há, tinham que ter participado a sério no debate e na análise do diploma, mesmo que quisessem introduzir alterações, ou então agora votavam-no favoravelmente.

Tenho dito.

**Presidente:** Sr. Deputado Jorge Valadão pediu a palavra com que finalidade?

**Deputado Jorge Valadão (PSD):** Para uma intervenção.

**Presidente:** Tem a palavra para o efeito.

**Deputado Jorge Valadão (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Vasco Cordeiro:

Não era minha intenção intervir neste debate, mas a sua intervenção suscitou-me a necessidade de intervir nalgumas questões que foram aqui colocadas pelo Sr. Deputado.

Devo desde já dizer que foi muito inteligente a sua intervenção porque se preocupou apenas com a forma e não fez uma única referência à substância, isto é, preocupou-se apenas com a questão jurídica, mas não disse uma única palavra sobre o mérito do diploma em si.

É óbvio, que o Sr. Deputado referiu que era apenas uma questão de intervenientes, e eu penso que é acima de tudo, uma questão de filosofia. O diploma do qual resultou esse projecto, partiu de uma iniciativa do Partido Social Democrata, não querendo mudar sujeitos, mas apenas aproximar, dar satisfação àquilo, que no fundo, os próprios pareceres emitidos pelas diversas autarquias locais consideraram, ou seja todos eles, fundamentaram ser de maior eficácia a possibilidade das câmaras e até juntas de freguesias poderem de algum modo darem uma resposta mais rápida a pequenas reparações que dentro do seu concelho ou freguesia, podem suceder.

Por outro lado, a questão jurídica que coloca, a questão tão pertinente, da inconstitucionalidade, ou da eventual inconstitucionalidade, espero que essa sua preocupação neste diploma, se ponha relativamente àquilo que iremos ver a seguir.

Agora a questão que se põe é esta: o Decreto Legislativo Regional 6/95/A, refere expressamente a possibilidade - no âmbito do mesmo - que estabelece o regime da celebração de contratos de desenvolvimento, a possibilidade de haver contratos de colaboração das autarquias locais, na realização de investimento no âmbito das competências da Administração Regional. Prevê expressamente que, no âmbito das competências da administração regional, sejam celebrados contratos de colaboração. Relativamente a esse diploma ninguém levantou o problema da inconstitucionalidade, ninguém levantou o problema que, pelo menos na teoria, este permitia a possibilidade de transferir para as autarquias locais, competências em matérias, que são da responsabilidade da administração regional.

É óbvio que essa iniciativa do Partido Social Democrata, mais não é, do que concretizar um princípio genérico que este diploma prevê. Nem o Ministro da República, nem o Sr. Deputado, na altura, levantaram o problema da eventual

ilegalidade ou inconstitucionalidade da previsão de uma norma que apenas prevê uma colaboração da administração regional, com as autarquias locais, em matérias, repito, da competência da administração regional.

Ora sendo a Assembleia Legislativa Regional dos Açores, o órgão máximo da nossa autonomia, a quem o Governo está sujeito, apenas se pretende e tão só, que seja disciplinada essa colaboração, nós estamos aqui apenas a disciplinar, a regulamentar, a dar corpo àquilo que o Decreto Legislativo Regional 6/95, prevê, nunca foi colocado o problema da inconstitucionalidade.

Não sei se a sua intervenção foi uma chamada de atenção para o Sr. Ministro da República, mas o que se pretende acima de tudo é esta questão que eu aqui coloquei, ou seja, na nossa óptica, na nossa perspectiva apenas pretendemos dar corpo àquilo que o 6/95 prevê, em termos teóricos e abstractos, que é a colaboração das autarquias locais no âmbito das competências da administração regional.

É óbvio que eu não posso dizer, Sr. Deputado, que não existam algumas dúvidas, mas penso que essas dúvidas são facilmente ultrapassáveis, porque o na minha opinião o que se pretende, acima tudo, é tomar como princípio que o grupo parlamentar do Partido Socialista, é capaz de ser contra esta iniciativa, por razões que nós todos conhecemos, mas não nos podemos agarrar tanto à forma, quando as dúvidas que existem são tão poucas ou a impertinência das dúvidas que são suscitadas, não têm tanta argumentação nem tanto fundamento quanto o Sr. Deputado quis fazer crer aqui.

Como disseram os Srs. Deputados Paulo Valadão e José Manuel Bolieiro, apesar de ser um risco, é um risco calculado. O que temos que ver aqui é que o 6/95, previu numa altura diferente da actual, antes da revisão da constituição, antes da revisão do estatuto, num período em que havia uma interpretação restritiva do Tribunal Constitucional, e nessa altura ninguém levantou o problema de inconstitucionalidade dessa norma. Penso que agora numa altura em que todos nós nos congratulamos com o reforço das competências deste Parlamento e na Região no seu todo, não é agora na altura de pôr em prática que vamos levantar o problema da inconstitucionalidade e ilegalidade.

Penso que, por detrás da sua preocupação formal há outra preocupação, muito mais pertinente relativamente à substância, ao objecto em si dessa iniciativa legislativa.

**Presidente:** Para prestar esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado Vasco Cordeiro.

**Deputado Vasco Cordeiro (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar quero repudiar as afirmações do Sr. Deputado José Manuel Bolieiro, relativamente à falta de vontade política da parte do Grupo Parlamentar do Partido Socialista de debater e discutir essa questão.

Conforme a Sra. Deputada Ana Carolina certamente sabe e recorda, na reunião que tivémos na ilha Terceira, foi afirmado pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista, que tínhamos dúvidas em relação a este diploma, que queríamos mais tempo para o estudar. Inicialmente foi colocada a hipótese deste diploma passar para Janeiro, mas depois foi decidido que ficaria para Dezembro. Daí para cá o diploma nunca mais foi à Comissão. Portanto, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista nesta matéria, está à vontade, levantou em tempo devido todas as questões que achou que deveriam ser levantadas naquela altura. Neste momento está levantando aquelas que acha que devem ser levantadas e fundamentadas aqui.

Relativamente à transferência de competências, Sr. Deputado, quando o Sr. inverte a disciplina do 6/95, atribuindo aos municípios a prerrogativa de serem eles a propor os contratos de colaboração, quando o Sr. Deputado reserva 20% do orçamento da habitação para a aplicação deste diploma, sinceramente, em nossa opinião, isto é seguramente um caso de transferência de competências. Porquê?

Em primeiro lugar, pelo seguinte: só existirá actuação na área da habitação degrada, com este montante, quando os municípios quiserem, e isso a meu ver parece-me transferência de competências.

Em 20% do orçamento da habitação só haverá movimentos com aquele dinheiro, só haverá aplicação daquele dinheiro quando os municípios quiserem.

Desculpe mas é assim, porque o Sr. inverte a solução do 6/95, que atribui ao Governo Regional, a prerrogativa de ser ele a propor os contratos de colaboração e o que o Sr. faz no seu diploma é fazer com que sejam os municípios a proporem esses contratos.

**Deputado Jorge Valadão (PSD):** Tem um prazo?

**O Orador:** Independentemente do prazo. Não se coloca aqui a questão do prazo. Há competências que se exercem dentro de determinados prazos.

Relativamente à ilegalidade do 14/95, eu não tenho qualquer problema e reconheço que Decreto Legislativo Regional que seja aprovado agora, terá o mesmo valor do Decreto Legislativo Regional que foi aprovado antes. Agora, o que o Sr. não pode, ou pelo menos não deve, é alterar radicalmente as soluções dum Decreto Legislativo, sobre essa matéria, sem fazer qualquer referência ao Decreto que altera. A dúvida que eu coloco aqui é porque faz isso? Porque razão inverte a capacidade propositora dos contratos? Porque razão - se existe uma preocupação, tão flagrante, em dotar as estruturas do poder, mais próximas das populações, dos meios para fazerem face à recuperação da habitação degradada - não avançaram directamente para as juntas de freguesia?

**Vozes da bancada do PS:** *Muito bem! Muito bem!*

**O Orador:** Não estamos a falar de construção de bairros, estamos a falar de pequenas reparações.

**Vozes da bancada do PS:** *Muito bem! Muito bem!*

**O Orador:** Estamos a falar do tecto, da placa, da galeria, da casa de banho.

Qual é a razão de intervirem aqui as câmaras municipais?

Esta não é uma dúvida minha, esta é uma dúvida que até os próprios autarcas do vosso e nosso partido também a colocam.

Até há afirmações do género: "a intromissão das câmaras municipais neste processo constitui um aumento de burocracia."

**Vozes da bancada do PS:** *Muito bem! Muito bem!*

**O orador:** São estas as dúvidas que eu coloco.

**Presidente:** O Sr. Secretário Regional da Habitação e Equipamentos, pediu a palavra com que finalidade?

**Secretário Regional da Habitação e Equipamentos (José Contente):** Para uma intervenção.

**Presidente:** Tem a palavra para o efeito.

**Secretário Regional da Habitação e Equipamentos** (*José Contente*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Governo Regional, perante um diploma que está sendo apresentado relativamente a dois assuntos, que já são tratados pelo Governo Regional e que, por exemplo, em 1998 tiveram uma taxa de execução da ordem dos 98,11%, não aceita a ideia da eficiência ou da eficácia.

O Governo Regional investiu, e vai investir, nesta legislatura, em termos de habitação, mais de dez milhões de contos. Portanto, em matéria de habitação, o esforço compatível com o orçamento regional é significativo. Tem vindo a crescer, relativamente a 96, em mais de 20%.

Por outro lado, em matéria de recuperação de habitação, em 1998 nós investimos mesmo mais de 230 mil contos. Este é o esforço compatível com aquilo e com os programas que nós temos e que fazem parte das competências que estão estatutariamente atribuídas ao Governo Regional. Eu já referi nesta Câmara que fico muito admirado com aqueles que deram o suporte a um Governo ou a vários, durante 20 anos, e sempre entenderam, e bem, que o reforço da autonomia regional não se fazia à custa de retirar competências ao Governo Regional.

Depois, não há aumento de investimento na área da recuperação da habitação degradada. Nós estamos dispostos, como já provamos, a transferir essas competências para as juntas de freguesia e isso é o primeiro sinal da máxima descentralização. Nós fazemos protocolos com as juntas de freguesia e aumentámos esses protocolos desde 1997, mas fizemos mais: achámos sensatas as posições de um partido de oposição, designadamente o PP, no sentido dessa fiscalização da atribuição desses apoios ser feita pelas assembleias de freguesia.

O ano passado verificámos que ainda podíamos melhorar a aplicação dessas verbas, tendo a colaboração da Direcção Regional da Habitação, com as juntas de freguesia, indo aos locais e elencando as principais prioridades das juntas de freguesias, definindo montantes e depois com a verba que temos atribuída para a recuperação da habitação, as juntas de freguesia resolvem "n" casos de acordo com o dinheiro disponível.

**Deputado Rui Pedro Ávila** (*PS*): *Muito bem ! Muito bem!*

**O Orador:** Portanto, aumentámos não só as participações, como se aumentou a eficácia e a fiscalização.

Concluindo, este diploma não traz nada de novo. Recuperação de habitação degradada com autarquias tendo por objectivo a descentralização, já está feito. Não há nenhuma novidade. Pode haver - e isso se verá - os problemas que já foram levantados pelo Dr. Deputado Vasco Cordeiro.

Por outro lado, esse mesmo diploma que se refere a pequenas reparações, no domínio da área sanitária, já está também a funcionar no âmbito da recuperação da habitação degradada. Temos mesmo um apoio de 550 contos para esse tipo de acções e situações. Não há, mais uma vez, nada de novo.

Há apenas uma intenção, que provavelmente, se não houver outro tipo de leitura, tem a ver com a necessidade de transferir mais dinheiro sobretudo para 14 câmaras.

**Deputado José Manuel Bolieiro (PSD):** E o realojamento!

**O Orador:** Aliás, esta situação tem vindo a ser muito frequente com a necessidade imperiosa de se pensar que descapitalizando o Governo Regional, ele faz menos obras. Não fará! Não fará menos obras! E a descapitalização do Governo Regional, significa, tão só, o pagamento a tudo e a todos, as exigências nunca admitidas, nem nunca reclamadas, mas que agora fazem parte da agenda e da primeira ordem do dia. É isso o mau serviço que se presta aos açorianos. Nós não estamos em matéria de habitação, desfasados dos objectivos da descentralização. Nós já a fazemos e este diploma, ele sim, não explica várias coisas.

Como passar dinheiro para as câmaras e as câmaras para as juntas? Isso já foi aqui referido.

Se as câmaras não utilizarem esse dinheiro durante esse ano económico, ficamos com um investimento perdido, e depois o Governo Regional, que já tem em curso mais de 5,5 milhões de contos com protocolo com o INH e com as câmaras, esses protocolos significam uma situação muito favorável para os municípios sem paralelo nos Açores.

Aliás, há mesmo municípios do Continente que se sentem prejudicados face ao entendimento que nós temos dessa situação, porque quando se diz que o Governo Regional, participa em 50%, é mais de 50%.



O Governo compra os terrenos. O Governo faz as infraestruturas. O Governo faz os projectos de loteamento e toda a burocracia, relativamente aos pareceres e fica à espera que algumas câmaras municipais realizem esses investimentos. É mais de 50%.

Infelizmente algumas das câmaras que reclamam mais investimento na área da habitação degradada, têm protocolos com muitos fogos e taxas de realização que não correspondem ao investimento previsto e isso é penalizador para os Açores e para o orçamento regional. O entendimento do Governo da República, nomeadamente do INH, é que nós não podemos ter esse tipo de situação, ou seja, a entidade que quanto a nós, até agora, tem funcionado melhor na resposta a estes problemas, são as juntas de freguesia e não as câmaras municipais. Com as juntas de freguesia há um entendimento claro do tipo de intervenção que elas podem fazer, porque estas não têm corpo técnico para poderem ter intervenções, para além daquelas que estão capacitadas tecnicamente.

Estes protocolos que temos com as juntas de freguesias já existem e estão funcionando e a sua fiscalização melhorou como nunca. Nós não aceitamos que nos falem em transparência em matéria de apoios na habitação, porque nós, felizmente, cumprimos o Decreto Legislativo Regional 14/95, de 22 de Agosto, que foi aprovado e trazido na anterior administração.

Nós o que sabemos é que a Conta 5, do Tribunal de Contas de 1993, diz expressamente que a maioria dos apoios à habitação eram dados sem se saber que tipo de condições económicas é que as famílias tinham. Aí é que havia arbitrariedade de discricionariedade com os apoios à habitação. Não é assim que nós trabalhamos. Por isso essa referência à transparência não é, para este Governo, decididamente.

Queria finalmente dizer que os processos que o Sr. Deputado José Bolieiro falou aqui têm a seguinte verdade: o VII Governo Regional ao tomar posse encontrou, sim senhor, muitos processos, encontro de 94, 95, 96 e teve também que investir nos de 97. Hoje nós temos ainda processos de 98, porque o desfaseamento que entretanto se tem dado resposta, exige que a partir do cabimento que era preciso respeitar, não se podia, naturalmente, autorizar, mais processos de habitação. Temos essa situação mais controlada, felizmente, do que no passado. Portanto, não há acumulação de

processos como já houve. Felizmente, isto significa, também, que temos dado mais atenção à habitação, porque temos não só desencravado os protocolos com o INH, já temos o problema de novos protocolos celebrados com o INH e as câmaras municipais. Agora, não queiram é que - retirando mais dinheiro ao Governo Regional - se mantenha todos os programas que são da competência deste e ainda se continue a apoiar duplamente as câmaras e as juntas. Vamos ter de decidir, porque o Governo Regional tem um papel importante na área da habitação e não pode estar, naturalmente, como nenhum organismo ao serviço, a duplicar os apoios.

**Presidente:** Para prosseguirmos os nossos trabalhos, eu pedia aos Srs. Presidentes dos Grupos Parlamentares e à Representação Parlamentar o favor de se aproximarem aqui da Mesa.

*(Pausa)*

Vamos retomar os nossos trabalhos

Vamos prosseguir na discussão do diploma da habitação. Tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Bolieiro.

Prescinda da palavra?

Tem a palavra a Sr<sup>a</sup>. Deputada Berta Cabral.

Também prescinda da palavra?

Srs. Deputados eu peço o favor de ocuparem os vossos lugares.

Não havendo mais inscrições vou pôr à votação este diploma na generalidade.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como estão.

Os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém faça favor de se sentar.

**Secretário:** O diploma foi aprovado com a seguinte votação: 22 votos a favor do PSD; 2 votos a favor do PP, 1 voto a favor do PCP; 1 abstenção do Sr. Deputado Independente e 18 votos contra do PS.

**Presidente:** Passemos agora à discussão na especialidade.

Está aberta a discussão para o artigo 1º, para o qual há uma proposta de alteração apresentada pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Tem a palavra o Sr. Deputado Vasco Cordeiro.

**Deputado Vasco Cordeiro (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Relativamente a este artigo e para além de tudo aquilo que foi referido já em matéria de generalidade, apenas quero referir que existe uma questão que continua por explicar relativamente a esta matéria.

Não percebemos e consideramos contraditório com os objectivos do diploma, a inclusão de câmaras municipais nesta matéria de recuperação da habitação degradada. Se a questão é aproximar das populações, aproximar dos órgãos mais próximos das populações, os meios para fazer face a esse problema, não percebemos o que é que fazem aqui as câmaras municipais.

Como nunca foi explicado até agora, votaremos contra esse artigo.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Bolieiro.

**Deputado José Manuel Bolieiro (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A indicação de municípios no diploma é uma relação formal, porque depois os meios técnicos da autarquia, do município, podem participar com as juntas de freguesia a resolução dos casos concretos.

Portanto as juntas de freguesia nunca ficarão excluídas desse processo, pois é objectivo do diploma que elas tenham participação nesse processo de recuperação de habitação degradada.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Vasco Cordeiro, para uma segunda intervenção.

**Deputado Vasco Cordeiro (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado José Manuel Bolieiro:

Isso não está escrito em parte nenhuma e a dúvida permanece. O que é que as câmaras municipais fazem em matéria de recuperação da habitação degradada? Porque razão é que, de acordo com os princípios que os Srs, definiram para este projecto, não se estabelece essa cooperação directamente com as juntas de freguesia?

**Presidente:** Não havendo mais intervenções, vou pôr à votação o art.º 1.º, com a proposta de alteração apresentada pelo Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como estão.

Os Srs. Deputados que discordam, façam favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém faça favor de se sentar.

**Secretário:** O artigo foi aprovado com 22 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do PP, 1 voto a favor do PCP, 1 abstenção do Sr. Deputado Independente e 22 votos contra do PS.

**Presidente:** Vou pôr agora à discussão o artigo 2º. para o qual existe uma proposta de alteração.

Tem a palavra o Sr. Deputado Vasco Cordeiro.

**Deputado Vasco Cordeiro (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista, para além de todas as questões, também não pode concordar com a forma como este artigo está redigido.

Em primeiro lugar, porque é contraditório com o objectivo do diploma. Se o objectivo do diploma é a recuperação da habitação degradada, se ele se funda no Decreto Legislativo Regional 14/95, não faz sentido a distinção que se estabelece entre recuperação de habitação degradada e pequenas recuperações por razões higio-sanitárias.

De acordo com o Decreto Legislativo Regional 14/95 esta questão das recuperações higio-sanitárias, está incluída no conceito de habitação degradada.

Para além disso também não concordamos, porque se o objectivo é a recuperação da habitação degrada, se mantenham de fora todas as situações que também são consideradas nesse Decreto Legislativo Regional sobre habitação degradada e inexplicavelmente estão afastadas deste Projecto de Decreto Legislativo Regional, a saber: habitações com piso a terra batida, está excluído, não pode haver colaboração; cobertura, janelas e portas que permitam a entrada dos agentes atmosféricos, não está previsto, não pode haver colaboração; paredes e outros elementos de construção que ameaçam ruir ou apresentem fendas na respectiva estrutura, está excluído, não pode

haver cooperação; pavimentos ou escadas em madeira que apresentem sinais visíveis de apodrecimento, está excluído, não pode haver cooperação nessa matéria. Porquê?

**Presidente:** Vou pôr à votação o art.º 2.º, de acordo com a proposta de alteração, apresentada pelo Partido Social Democrata.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como estão.

Os Srs. Deputados que discordam, façam favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém faça favor de se sentar.

**Secretário:** O artigo 2.º foi aprovado com 22 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do PP, 1 voto a favor do PCP, 1 abstenção do Sr. Deputado Independente e 22 votos contra do PS.

**Presidente:** Para uma declaração de voto, tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Valadão.

**Deputado Jorge Valadão (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Partido Social Democrata votou favoravelmente este artigo 2.º, na medida em que as diversas áreas de intervenção, da colaboração da Administração Regional Autónoma e municípios, ao referir expressamente a recuperação da habitação degradada, vem de encontro àquilo que se entende sobre habitação degradada, nomeadamente, aquilo que é exemplificado no art.º 7.º, do Decreto Legislativo 14/95/A, ou seja, diz expressamente ao contrário daquilo referido antes. Como participação na recuperação da habitação degradada entendem-se as obras que tenham por objectivo solucionar as deficiências de habitação e que são as seguintes: habitações com piso a terra batida, ou seja o contrário do que se disse antes; cobertura, janelas e portas que permitam a entrada dos agentes atmosféricos; paredes e outros elementos de construção que ameaçam ruir ou apresentem fendas na respectiva estrutura. Isso são tudo exemplos de obras em habitação degradada.

Portanto, é nesse sentido e para que não paire aqui no ar, de que estamos a excluir essas reparações, que nós votámos esse artigo 2.º.

**Presidente:** Para uma declaração de voto, tem a palavra o Sr. Deputado Vasco Cordeiro.

**Deputado Vasco Cordeiro (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista votou contra, baseado no princípio de que o legislador expressa da melhor forma o seu pensamento e, partindo do princípio que em relação ao art.º 7.º, do Decreto Legislativo Regional 14/95/A, a questão das pequenas reparações higio-sanitárias, é uma alínea da noção de habitação degradada. A partir do momento em que o Projecto distingue e refere expressamente esta alínea, presume-se que exclui todas as restantes.

**Presidente:** Passemos agora ao artigo 3º. Está aberta a discussão para este artigo. Tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Bolieiro.

**Deputado José Manuel Bolieiro (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do PSD, vai votar favoravelmente este artigo, porque entende que essa concretização deve ser feita através dos contratos ARAAL, nos termos de legislação já prevista, e porque não se trata, obviamente, de matéria de transferência de competências, o processo de colaboração faz-se pela via de contratos ARAAL.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Vasco Cordeiro.

**Deputado Vasco Cordeiro (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em relação a esta matéria, e ao fazer referência neste artigo à concretização desta colaboração, através de contratos ARAAL, esta proposta vem aumentar, ainda mais a confusão que reside e que está patente neste diploma, ao estabelecer para umas matérias a disciplina dos contratos ARAAL e noutras, como veremos mais adiante, invertê-las completamente, optando por soluções radicalmente opostas, sem apresentar justificação para tal.

**Presidente:** Vou pôr à votação o art.º 3.º.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como estão.

Os Srs. Deputados que discordam, façam favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém faça favor de se sentar.

**Secretário:** O artigo 3.º foi aprovado com 22 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do PP, 1 voto a favor do PCP, 1 abstenção do Sr. Deputado Independente e 22 votos contra do PS.

**Presidente:** Passemos agora ao artigo 4.º, para o qual existem duas propostas de alteração, uma subscrita pelo Partido Social Democrata e outra pelo Partido Comunista Português.

Está aberta a discussão.

Tem a palavra o Sr. Deputado Vasco Cordeiro.

**Deputado Vasco Cordeiro (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em relação ao primeiro parágrafo do artigo 4.º não podemos, de forma alguma, concordar com ele, na medida em que traduz a visão de cooperação técnico-financeira, como imperativo legal, e em nosso entender não é o melhor princípio que deve presidir nesta forma de colaboração.

Em segundo lugar, consideramos que a reserva de uma percentagem, no mínimo de 20% do valor total previsto no orçamento regional, constitui - como já referi - uma forma encapotada e envergonhada, de transferência de competências, o que em nosso entender, é uma situação de inconstitucionalidade.

Relativamente ao segundo parágrafo do Projecto do Partido Social Democrata, não percebemos como é possível - em matéria de definição dos critérios que devem presidir à definição dos montantes envolvidos na cooperação técnico-financeira - fazer-se referência e utilizarem-se critérios que estão inseridos em modelos de financiamento dos municípios.

A referência e recurso que se fazem aqui, nomeadamente à questão do fundo geral e fundo de coesão municipal, quer um, quer outro, são fundos de financiamento e não se pode considerar que os critérios pelos quais se regem, sejam aplicáveis na situação de cooperação técnico-financeira.

Por último, nada garante que, com estes critérios, os municípios que mais recebem, sejam aqueles que, efectivamente, têm mais necessidade de meios para fazer face a situações de habitação degradada.

**Presidente:** Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

**Deputado Paulo Valadão (PCP):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em relação ao n.º 1 do art.º 4.º, nós apresentámos uma proposta de alteração, que já referimos, segundo a qual será através do Decreto Orçamental, que será definida a verba a transferir para a habitação degradada, a ser executada pelas autarquias.

Em relação ao n.º 2 deste artigo vamos votar favoravelmente a proposta de alteração apresentada pelo PSD, na medida que entendemos essa proposta como o critério a adoptar nas transferências para os diversos municípios.

Entendemos que nestas matérias é positivo e útil haver critérios de distribuição e é nesse sentido que vamos dar o nosso voto favorável.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Bolieiro.

**Deputado José Manuel Bolieiro (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Relativamente ao art.º 4º, n.º.1, nós vamos votar favoravelmente a proposta de alteração apresentada pelo PCP, e sobre essa matéria a definição será nos termos da proposta do PCP.

Em relação ao n.º 2 o que se pretende aqui, é que os critérios de distribuição pelos municípios, pelas autarquias, seja feita de forma objectiva, aproveitando um critério já existente e que é aceite através da Lei de Finanças Locais.

**Presidente:** Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Vasco Cordeiro.

**Deputado Vasco Cordeiro (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apenas para salientar aqui um aspecto e ao mesmo tempo tirar uma dúvida que, pese embora todas as discordâncias que temos relativamente a este artigo, gostaríamos, se possível, de ver esclarecida.

O Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata abdica do n.º 1 do seu projecto, no entanto, na proposta de alteração, que faz na alínea c), faz referência ao montante que antes previa no parágrafo 1.º. Este montante que faz referência na alínea c), passa a ser o montante, se abdicaram dos 20%, que é definido anualmente?

**Presidente:** Para prestar esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Bolieiro.



**Deputado José Manuel Bolieiro (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Parecendo que é necessário responder ao óbvio, pois é óbvio que será do âmbito do que for a proposta do PCP.

**Presidente:** Vou então pôr à votação a proposta de alteração apresentada pelo Partido Social Democrata, para o art.4º., nº. 2.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como estão.

Os Srs. Deputados que discordam, façam favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém faça favor de se sentar.

**Secretário:** O nº. 2 do art. 4º., foi aprovado com 22 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do PP, 1 voto a favor do PCP, 1 abstenção do Sr. Deputado Independente e 22 votos contra do PS.

**Presidente:** Vou pôr agora à votação a Proposta do Partido Comunista Português, que se refere ao nº.1 do art.º 4.º.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como estão.

Os Srs. Deputados que discordam, façam favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém faça favor de se sentar.

**Secretário:** O nº. 1 do art. 4º., foi aprovado com 22 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do PP, 1 voto a favor do PCP, 1 abstenção do Sr. Deputado Independente e 22 votos contra do PS.

**Presidente:** Passemos agora ao artigo 5.º para o qual existe uma proposta de alteração.

Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Vasco Cordeiro.

**Deputado Vasco Cordeiro (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apenas para salientar que, de certa forma, ao pouco se vai constatando a incoerência em que vai caindo este projecto.

Em primeiro lugar quero dizer que se o seu objecto é definir a colaboração em trâmites públicos - administração regional e administração local - uma norma deste tipo não faz sentido na definição dos apoios, ou de quem pode aceder aos apoios.

Em segundo lugar o art.º 5.º, do projecto do PSD, remete para o art.º 9.º do Decreto Legislativo Regional 14/95, nomeadamente quanto ao que diz respeito às formas de apoio, não especificando quais os números, como é óbvio, e aplica-se todo o artigo 9.º.

Queria ainda chamar a atenção da Câmara para o conteúdo do art.º 9.º, prevendo dois tipos de apoio, participação em materiais e participação em mão-de-obra, saliento a incoerência em que cai o diploma do PSD no seguinte: se o houver uma situação de apoio de mão-de-obra a gestão do mesmo será efectuado pela junta de freguesia; se houver uma situação em que existem dois tipos de apoio, materiais e mão-de-obra, a gestão é feita pela junta de freguesia. Eu pergunto: o que é que resta para a câmara municipal?

A gestão dos blocos e do cimento?

**Presidente:** Para prestar esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Bolieiro.

**Deputado José Manuel Bolieiro (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O PSD, vota favoravelmente o artigo 5.º e aproveita para esclarecer duas questões levantadas há pouco pelo Sr. Deputado Vasco Cordeiro.

A referência aos apoios e a confusão de conceitos que fazia na sua intervenção com estas questões, são obviamente os apoios a atribuir aos candidatos, munícipes ou cidadãos dos agregados familiares.

Relativamente aos processos que irão seguir nos termos do 14/95, obviamente que depois se fará a interpretação de acordo com a situação em concreto.

Finalmente, outra confusão feita aqui pelo Sr. Deputado, eu nem intervi, porque era tão óbvio que não me pareceu necessária a intervenção, o art.º 7.º, do Decreto 14/95, quanto à definição de habitação degradada, diz exactamente tudo o que é intervenção na habitação degradada e é essa a intenção.

Quanto à norma que fala relativamente a pequenas operações e que está agora aqui no art.º 5.º, o art.º 7.º na alínea h) dizia era intervenção na recuperação de habitação degradada, só quando houvesse inexistência da instalação sanitária completa. O que se pretende é alterar este caso, no sentido poder haver apoio quando, mesmo havendo

instalação sanitária, ela precise de ser ampliada ou reparada. Portanto, este diploma pretende, claramente, melhorar aquilo que é uma instalação sanitária deficiente - mas que já lá existe na habitação - podendo ser apoiada para efeitos de pequena ampliação ou reparação.

Convenhamos que são óbvias interpretações a fazer da conjugação dos complexos normativos que envolvem a resolução de um determinado problema.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Vasco Cordeiro.

**Deputado Vasco Cordeiro (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Relativamente à questão do art.º 9.º, o Sr. Deputado vai-me desculpar, mas a partir do momento que não faz referência a qual o número que pretende, está a fazer referência a todo o artigo e, saliento apenas, já que fala nisso, o n.º 6.º do art.º 9.º, em que diz que essa gestão nem sequer é feita por protocolos com as câmaras municipais, tem que ser com protocolos com o Governo Regional.

Ainda relativamente ao n.º 1 deste artigo 5.º que está em discussão, apenas quero salientar que remete igualmente para o art.º 20 que estabelece regras para dois tipos de apoio: o apoio à construção de habitação, fazendo reforço à fórmula que está definida no art.º 3.º e o apoio à ampliação e/ou remodelação de habitação própria.

Por outro lado, não podemos de forma alguma concordar com as obrigações a que se pretende submeter os beneficiários desse apoio de pequenas reparações. Estamos a falar apenas de pequenas reparações e o projecto do PSD remete para o Decreto Legislativo Regional 14/95, estas mesmas obrigações.

Dentro dessas obrigações saliente-se a inalienabilidade durante cinco anos.

O Sr. acha razoável que uma pessoa que pede apoio para melhorar uma instalação sanitária, tenha que ter uma obrigação de inalienabilidade da sua casa durante cinco anos?

*(Apartes inaudíveis do Sr. Deputado José Manuel Bolieiro)*

**O Orador:** O Sr. ou prevê o diploma para umas coisas, ou prevê para outras!

O que o Sr. não pode é invocar o 14/95, quando lhe convém e quando não lhe convém dizer que este é diferente!

*(Apartes inaudíveis da bancada do PSD)*

**Presidente:** Não havendo mais intervenções, vou pôr à votação o art.º 5.º, com a alteração decorrente da proposta do Grupo Parlamentar do PSD, para o n.º 3.º.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como estão.

Os Srs. Deputados que discordam, façam favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém faça favor de se sentar.

**Secretário:** O art.5º, foi aprovado com 22 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do PP, 1 voto a favor do PCP, 1 abstenção do Sr. Deputado Independente e 22 votos contra do PS.

**Presidente:** Passemos agora ao artigo 6.º, para o qual existe uma proposta de eliminação. Vou pôr à votação a proposta de eliminação para o art.º 6.º.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como estão.

Os Srs. Deputados que discordam, façam favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém faça favor de se sentar.

**Secretário:** A proposta de eliminação foi aprovada com 22 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do PP, 1 voto a favor do PCP, 1 abstenção do Sr. Deputado Independente e 22 votos contra do PS.

**Presidente:** Passemos agora ao artigo 7.º para o qual existe uma alteração para o seu n.º 1.

Está aberta a discussão.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Vasco Cordeiro.

**Deputado Vasco Cordeiro (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista votará contra este artigo porque considera que existe aqui um segundo elemento integrador da eventual inconstitucionalidade de que padece este projecto.

Em segundo lugar porque considera também, que não está devidamente explicado porque razão é que se inverte a solução proposta no Decreto Legislativo Regional 6/95.

O Decreto Legislativo Regional 6/95, estabelece que é ao Governo Regional que compete fazer as propostas para a celebração dos contratos de colaboração.

O Projecto do PSD inverte completamente esta solução, fazendo depender dos municípios a vontade de celebrarem contratos de colaboração.

De qualquer das formas, em relação a isso, consideramos que juntamente com a questão de afectação e de reserva de 20%, do orçamento, é uma das situações em que estavam consolidadas, a eventual inconstitucionalidade desse artigo, por isso votaremos contra.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Bolieiro.

**Deputado José Manuel Bolieiro (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O PSD vota favoravelmente este artigo, exactamente, no espírito de que essa colaboração deve seguir regras de objectividade e transparência na descentralização que se deseja, na intervenção das administração regional e local nessa matéria.

Por outro lado, em relação a ser iniciativa dos autarcas para essa colaboração, é exactamente por aquilo que eu na minha intervenção inicial disse, relativamente ao dia-a-dia do autarca. É o autarca que na rua, no café, na sua casa, recebe certa pressão do cidadão que precisa da sua casa recuperada, precisa do apoio para melhoria da sua casa, deve ser ele a tomar a iniciativa para resolver esse problema.

**Deputado Vasco Cordeiro (PS):** O Presidente da Junta!

**O Orador:** É o presidente da junta, o vereador da câmara municipal, o presidente da câmara municipal. São todos os autarcas, até o vogal da assembleia de freguesia, o vogal da assembleia municipal. Deve ser por isso o poder local, que juntando essas solicitações propõe ao Governo. Não há mais nada a dizer.

**Presidente:** Vou pôr à votação o art.º 7.º, já com a redacção decorrente da alteração para o n.º 1.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como estão.

Os Srs. Deputados que discordam, façam favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém faça favor de se sentar.

**Secretário:** O art.º 7.º foi aprovado com 22 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do PP, 1 voto a favor do PCP, 1 abstenção do Sr. Deputado Independente e 22 votos contra do PS.

**Presidente:** Passemos agora ao artigo 8.º para o qual existe uma proposta de alteração .

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

**Deputado Paulo Valadão (PCP):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Para nós a dúvida fundamental sobre o aspecto da legalidade, era, de facto, poder-se introduzir algum efeito deste diploma durante o corrente ano.

Com a nossa proposta de alteração isto está obviado e estamos convencidos que assim este diploma sai desta Assembleia expurgado de qualquer hipótese de ilegalidade, porque se, efectivamente, se quiser ...

**Presidente:** Peço imensa desculpa Sr. Deputado Paulo Valadão, estamos a discutir o artigo 8.º e o Sr. está a falar do art.º 9.º, embora a sua proposta de alteração, diga respeito ao art.º 8º.

Estamos a falar do artigo 8.º - Execução de contratos - para cujo corpo do artigo há uma proposta de alteração.

Posso ler a proposta, se há alguma dúvida: "As autarquias entregam ao Governo Regional, durante o primeiro trimestre do ano seguinte, algo de execução do contrato ARAAL e um relatório com os seguintes elementos..."

Portanto o que está em discussão é o artigo 8.º.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Bolieiro.

**Deputado José Manuel Bolieiro (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O PSD vai votar favoravelmente este artigo, até porque ele cumpre exactamente a vontade de transparência nessa colaboração entre administração regional autónoma e administração local.

O Governo não pode, nessa colaboração, perder o controlo do parque habitacional recuperado, após a intervenção das autarquias. Por isso, para que mantenha em dia o

cadastro habitacional da Região, assim que estiverem executados os contratos ARAAL com a autarquia em matéria de habitação degradada, esta fica obrigada num determinado prazo a prestar informação ao Governo sobre o fogo intervencionado e o agregado familiar apoiado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Vasco Cordeiro.

**Deputado Vasco Cordeiro (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista, por todas as dúvidas que devidamente já expôs, vai votar contra este artigo.

No entanto, apenas para salientar a contradição em que o próprio artigo cai ao fazer agora referência às autarquias locais, queria colocar ainda uma dúvida ao Grupo Parlamentar do PSD.

Segundo os Srs. existe neste artigo a possibilidade de subdelegação. Então se existe essa possibilidade, não seria lógico que as juntas de freguesia apresentassem os relatórios às câmaras municipais que tiveram contacto muito mais próximo com os poderes e que nela delegaram?

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Bolieiro.

**Deputado José Manuel Bolieiro (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A interpretação que nós fazemos relativamente à intervenção da junta de freguesia, é a lógica da delegação de competências do município na freguesia, assim isso é uma relação de município/freguesia e depois esse comportamento é feito por ele. É esse o nosso entendimento.

**Presidente:** Não havendo mais intervenções vou pôr à votação o art.º 8.º, já com a inclusão da proposta de alteração.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como estão.

Os Srs. Deputados que discordam, façam favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém faça favor de se sentar.

**Secretário:** O art.º 8.º foi aprovado com 22 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do PP, 1 voto a favor do PCP, 1 abstenção do Sr. Deputado Independente e 22 votos contra do PS.

**Presidente:** Passemos agora ao artigo 9.º para o qual existe uma proposta de alteração.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

**Deputado Paulo Valadão (PCP):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A nossa proposta de alteração refere-se à produção de efeitos do artigo 9.º e consideramos que outra das hipóteses de possibilidade de aludir a ilegalidade em relação ao diploma, poderia dizer respeito à sua aplicabilidade relativamente ao orçamento em execução.

Com a nossa proposta isto está definitivamente eliminado e, por isso mesmo, consideramos que aquilo que temos estado aqui a aprovar não terá qualquer hipótese de ser declarado ilegal ou inconstitucional. Aliás, se nesta matéria se entrar pela ilegalidade de diplomas como este, pensamos que o ordenamento jurídico regional, nesta matéria, poderá sofrer com essa concepção.

Da nossa parte não temos essa concepção, nem expandimos essa opinião.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Vasco Cordeiro.

**Deputado Vasco Cordeiro (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apenas para salientar e esclarecer o Sr. Deputado Paulo Valadão, que depois da entrada em vigor do novo Estatuto Político-Administrativo, da nova Lei de Finanças Locais e da nova Lei de Finanças Regionais, este é o primeiro diploma que, nesta matéria, será aprovado por esta Assembleia. A questão da ilegalidade ou da eventual ilegalidade coloca-se relativamente à Lei de Finanças das Regiões Autónomas, que salvaguarda toda a legislação que já esteja em vigor. Portanto, não há o problema de todo o "edifício jurídico" - chamemos-lhe assim - anterior, relativamente a esta matéria - pelo menos que nós vejamos - seja considerada ilegal. O problema é colocado agora, em virtude do artigo 44.º da Lei das Finanças das Regiões Autónomas.

**Presidente:** Vou pôr à votação a proposta de alteração ao art.º 9.º, subscrita pelo PCP.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como estão.



Os Srs. Deputados que discordam, façam favor de se sentar.

**Secretário:** O art.º 9.º foi aprovado com 22 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do PP, 1 voto a favor do PCP, 22 votos contra do PS e 1 contra do Sr. Deputado Independente

**Presidente:** Passemos agora à votação final global.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como estão.

Os Srs. Deputados que discordam, façam favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém faça favor de se sentar.

**Secretário:** O diploma foi aprovado em votação final global com 22 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do PP, 1 voto a favor do PCP, 1 abstenção do Sr. Deputado Independente e 22 votos contra do PS.

**Presidente:** O diploma baixa à Comissão de Juventude e Assuntos Sociais para redacção final.

Passemos agora ao ponto 6 da nossa ordem do dia, para a discussão do pedido de urgência de dois diplomas.

Está aberta a discussão do referido pedido de urgência.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Élio.

**Deputado José Élio (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista, vai votar favoravelmente este pedido de urgência e dispensa de exame em comissão, relativamente às Propostas de Decreto Legislativo Regional, apresentadas pelo Governo, designadamente "Medidas complementares de luta contra a encefalopatia espongiforme bovina" e "Medidas de defesa da saúde pública e animal no domínio das encefalopatias espongiformes", isto porque estas propostas visam a defesa da saúde animal e em última instância a defesa da saúde pública, quer através da salvaguarda da sanidade animal, quer através da interdição de determinados produtos na cadeia alimentar humana.

Visto que são matéria que estão directamente associadas a questões de saúde pública, pensamos que tem todo o cabimento este pedido de urgência e dispensa de exame em comissão.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Almeida e Sousa.

**Deputado Nuno Almeida e Sousa (Indep.):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Vou votar favoravelmente este pedido de urgência e dispensa de exame em comissão, destes dois diplomas, pois como já foi dito pelo Sr. Deputado Élio Valadão, este é um caso que em última instância pode ser classificado de saúde pública.

Contudo devo dizer que, pelo menos, no que diz respeito à utilização de farinhas de aves de capoeira, não tenho conhecimento de que nos Açores se faça a utilização dessas farinhas, de qualquer forma como medida cautelar, parece-se de toda a pertinência que aqui seja tomada essa decisão.

**Presidente:** Para um intervenção tem a palavra o Sr. Deputado António Almeida.

**Deputado António Almeida (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em relação ao pedido de urgência e dispensa de exame em comissão, destes dois diplomas, o Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata estará pronto a agir rapidamente, sempre que necessário, quando se trate da defesa da saúde pública e de questões de natureza da sanidade animal.

No entanto, não faz qualquer sentido, já que deu entrada ontem nesta Assembleia, um pedido de dispensa de exame em comissão, fundamentado apenas na relevância económica dos Açores, na criação e exploração de gado bovino. Portanto, não faz qualquer sentido que essa seja a fundamentação para o pedido de urgência e dispensa de exame em comissão.

Gostaria também de referir que a Comissão de Economia, Finanças e Plano, esteve reunida nos dias 7, 8, 12, 13, 18 e 19 do mês de Janeiro e, portanto, haveria certamente tempo para com a celeridade necessária ter feito a apreciação dos dois diplomas.

Atendendo a que as duas Propostas de Decreto Legislativo Regional, decorrem de diplomas nacionais já em vigor, recorro que esses diplomas foram publicados, respectivamente, a 25 de Novembro e 4 de Dezembro, aliás se decorrem de imposições da União Europeia, quanto ao embargo que foi decretado para Portugal, lembro que essa decisão foi anunciada a 18 de Outubro e assumida no mês seguinte. Portanto, essa fundamentação apresentada não é, em nosso entender, a mais correcta.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

**Deputado Paulo Valadão (PCP):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, da nossa parte dá-nos a impressão que, a justificação para esta urgência - desculpe-me o Sr. Deputado que a defendeu - é bastante deficiente. Não compreendemos, concretamente, porque é que esta matéria é, neste momento, muito urgente e não foi urgente há 15 dias, 3 semanas ou um mês.

Estamos a tratar de matérias muito sérias que têm de ser tratadas com toda a clareza, por isso pensamos que tem de existir uma devida fundamentação para estas urgências. Só após essa fundamentação, se a acharmos conveniente, é que definiremos o nosso sentido de voto.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente.

**Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente (Fernando Lopes):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A legislação que está aplicada a nível nacional, foi publicada na sequência e durante a discussão relativa ao embargo da exportação de carne bovina e enquadra-se no plano nacional de medidas.

Os Açores, como é do conhecimento desta Casa, participaram nas discussões técnicas que levaram à publicação desses artigos.

Do ponto de vista de acompanhamento houve, da parte do legislador, a nível nacional, uma interpretação e uma aplicação destrutiva quando foi da sua publicação, ou seja, inclusivé num deles faz-se referência à consulta dos órgãos das Regiões Autónomas e depois no primeiro artigo diz-se que só se aplica no território continental. Houve aqui, de facto, uma falha ao nível nacional e, neste momento, a Região, não por culpa própria, mas por essa falha poderá vir a ser prejudicada em todo este esforço que temos vindo a desenvolver, nomeadamente, quando se sabe que está a ser preparada a agenda de uma nova missão a Portugal.

Gostaríamos e quereríamos que não fosse por negligência ou por omissão, que não nos pode ser imputada a nós, ou seja, não pode ser imputada à Região. Não faz sentido que a Região, os produtores e até o próprio sector fosse penalizado.

Essa é a razão fundamental da urgência.

**Presidente:** De acordo com o nosso Regimento há só uma intervenção de cada partido ou grupo parlamentar. Portanto, não há mais intervenções neste período de urgência.

Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

**Deputado Alvarino Pinheiro (PP):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Comprendemos perfeitamente as razões levantadas e, de facto, nessa matéria, todos os cuidados que possam vir a ser exercidos, por parte da Região Autónoma, são, de facto, de grande interesse regional, pois está em causa a base da nossa economia.

Seja como for, isso já foi aqui referido, todos comprendemos e certamente o Governo - é sempre bom lembrá-lo - mas teria sido desejável que, obviamente, a iniciativa do Governo pudesse ter tido enquadramento nas reuniões que a comissão especializada desta Assembleia levou a cabo e o Sr. Deputado Nuno Almeida e Sousa já aqui referiu e muito bem.

A questão que se coloca é a seguinte: se o Governo, porventura, entendesse que 3 semanas não seriam penalizantes, que não haveriam riscos relativamente aos objectivos que estão aqui consagrados, é óbvio que haveria todo o interesse que essa matéria fosse submetida a parecer de Comissão e com esse espaço de tempo estamos nós - Região - a assumir riscos, então estamos perante um facto que, da nossa parte, leva a que tenhamos que cooperar com essa proposta.

Seja como for, julgo que é fundamental, no âmbito do Parlamento, ficar salvaguardado esse princípio. Felizmente, estamos a reunir mensalmente e, no caso em apreço, o calendário estabelecido faz com que daqui até à próxima reunião decorram três semanas.

Por isso estamos perante o facto de que se o Governo assume aqui que três semanas podem pôr em causa o grande objectivo que aqui se fixa, da nossa parte temos que prescindir dalguns dos desejos naturais - e talvez do interesse deste parlamento e também dum certo interesse regional - em prol de um outro, que é a urgência que aceitamos como uma fatalidade que nos é aqui colocada.

**Presidente:** Concluída a discussão da urgência vou pôr à votação ...

O Sr. Deputado Jorge Valadão pede a palavra para uma interpelação à Mesa?

**Deputado Jorge Valadão (PSD):** Sr. Presidente eu queria pedir um intervalo de dois minutos.

**Presidente:** É regimental?

*(Eram 21.00 horas)*

**Presidente:** Srs. Deputados, peço o favor de ocuparem os vossos trabalhos para reiniciarmos os nossos trabalhos

*(Eram 21.05 horas)*

Vou pôr à votação o pedido de urgência e dispensa de exame em comissão dos dois diplomas.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como estão.

**Secretário:** O pedido de urgência foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

**Paulo Valadão (PCP):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Tenho que me resumir à declaração de voto, em face de me ter esquecido do preceito regimental da urgência e vou fazê-lo brevemente, porque, de facto, esta é uma matéria importante, importância esta que já foi aqui referida pelo Sr. Secretário, inclusivamente pelos seus aspectos comunitários. É com base neste fundamento que votamos favoravelmente essa urgência

Da nossa parte compreendemos essas situações. No entanto também entendemos que aspectos importantes, como são as propostas que vamos verificar, seria de toda a necessidade que elas pudessem ser devidamente debatidas na própria Comissão. Aliás, o desenrolar dos nossos trabalhos vão comprovar, com certeza, que é sempre benéfico, em relação a estas matérias, além de aparecerem perante o Plenário, também baixarem às Comissões.

**Presidente:** Passemos agora à discussão dos diplomas.

Comecemos pelo primeiro "**Medidas complementares de luta contra a encefalopatia espongiforme**".

Para apresentar o diploma tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente.

**Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente** (*Fernando Lopes*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O diploma em apreço, do ponto de vista da substância, faz referência estritamente a algo que já é prática corrente em termos de indústria, ou seja, procede à interdição da utilização na alimentação de animais de exploração e na agricultura de farinhas de carne, farinhas de ossos, farinhas de carne e ossos, farinhas de sangue e gorduras, obtidas a partir de tecido mamíferos, seja qual for a sua origem ou proveniência. Neste ponto de vista, do ponto de vista legislativo, nós estamos meramente a tomar uma medida preventiva e a estender um quadro que é aplicável a nível nacional, à Região Autónoma dos Açores.

É também necessário dizer que o regime que estamos aqui a propôr para a Região Autónoma dos Açores, é o regime tal qual aquele que é aplicado no território continental, mais rigoroso do que está em vigor no conjunto dos países da Comunidade Europeia, embora, neste momento esteja em discussão a nível comunitário, a aplicação no sentido mais largo do mesmo tipo de medidas.

Contrariamente ao diploma nacional não há aqui referência à destruição de farinhas de carne ou farinhas de ossos ou outros tipos de farinhas aqui referidos no art.º 3.º, isto porque não existem instalações, nem existem indústrias produtoras deste tipo de farinhas na Região. Por conseguinte não existem "Stocks" dessas matérias primas na Região e não faz sentido englobar neste diploma as normas específicas referentes à destruição desse "stock".

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

**Paulo Valadão** (*PCP*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Nós vamos votar favoravelmente este diploma, não sem antes fazermos algumas considerações.

Disse o Sr. Secretário Regional que não haviam indústrias produtoras na Região. No entanto, se a qualquer altura aparecer alguma empresa disposta a produzir, com carne,

ossos ou sangue, por exemplo, de animais produzidos, alimentados e com industrialização na Região, estamos convencidos que teríamos de alterar o n.º 1 do art.º 3.º deste diploma.

Se todos nós assumimos que na Região não há BSE, se efectivamente ela não existe, se os nossos animais vão ser alimentados com produtos absolutamente isentos de possibilidade de contaminação, qualquer empresário nesta Região, em nosso entender, poderá fazer a fabricação com estes produtos, porque estes produtos poderão ser utilizados com total abertura, com total capacidade de utilização sem qualquer receio.

Por isso mesmo, entendemos que, em relação à sua produção na Região, com produtos desta, não haveria, em nosso entender, que ser tão exagerado, permita-me a expressão. Julgamos que poderemos em relação aquilo que existe estarmos absolutamente à vontade.

No entanto temos uma outra preocupação - e se for possível gostaria que o Sr. Secretário esclarecesse a minha dúvida - que é a possibilidade de introdução de animais vivos nesta Região, que tenham passado por explorações onde haja hipótese de ter havido contaminação.

A minha pergunta é esta concretamente: neste momento o que é que se está a importar no capítulo de bovídeos? Donde vêm e que idade têm?

Isto é fundamental e penso que, inclusivamente, se teria de estudar seriamente as condições de importação de todos os bovídeos, a idade desses bovídeos caso a caso, e aqui sim teremos de ter uma segurança muito grande, e a mim confrange-me quando alguém me diz que estão a ser introduzidos animais na Região (bovinos, ovinos e caprinos) sem termos a certeza se esses animais tiveram contactos com produtos de alimentação contaminados.

Esta é uma preocupação que eu gostaria de deixar aqui.

**Presidente:** Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado António Almeida.

**Deputado António Almeida (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É óbvio que esta é uma matéria delicada, uma matéria que nos preocupa e cuja eficácia e rapidez já foi por nós salientada em sessões anteriores.

Gostaria de lembrar que há aqui um período, período esse definido pela Comissão Europeia, em relação ao embargo, quer à exportação de gado vivo, quer de carne e produtos de carne, com um prazo definido e cujo embargo, a própria Comissão põe a hipótese de o levantar, caso Portugal assuma um conjunto de medidas que não deixem quaisquer dúvidas.

A minha intervenção fica de certa forma prejudicada pela intervenção do Sr. Deputado Paulo Valadão, porque a pergunta que iria fazer era em relação ao período estabelecido pela Comissão - e atendendo que esta põe a hipótese de fazer uma fiscalização, uma visita ao estado-membro e eventualmente à Região Autónoma dos Açores, o caso do controlo ou proibição da importação de animais vivos, designadamente bovinos - qual é a decisão da Secretaria nessa matéria, pelo menos no período de vigilância fixado pela Comissão.

Há muita gente que não sabe que decisão é que a Secretaria poderá vir a assumir durante este período, e digo isto, porque há argumentos a favor e contra a importação de bovinos, face às necessidades das explorações leiteiras na Região Autónoma dos Açores.

Era bom que se esclarecesse qual a posição, ou de controlo ou de proibição, na entrada e na circulação de bovinos já que estamos em crer que a Comissão estará atenta a esse pormenor, que poderá pôr em causa, eventualmente, qualquer protecção na sanidade e no combate à BSE.

**Presidente:** Para uma segunda intervenção tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente.

**Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente (Fernando Lopes):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O objectivo desta Proposta de Decreto Legislativo Regional é, evidentemente, como aliás se diz no prâmbulo, de impedir a contaminação cruzada da alimentação dos ruminantes.

Todos nós sabemos, mesmo aqueles que não são especialistas ou veterinários, que esta, de facto, foi a principal via de contaminação na maioria dos casos, na maioria dos países.



Foi por essa via que a doença surgiu no Reino Unido. Daí que a questão da interdição tenha sido uma evolução gradativa de posições, ou seja, numa primeira etapa, ao nível comunitário passou-se por fazer exigências ao nível das temperaturas, sobre os processos de fabrico e progressivamente está-se a avançar para a interdição.

No que respeita às questões aqui postas pelos Srs. Deputados, e que não se prendem directamente com o assunto em discussão, - ou seja a Proposta de Decreto Legislativo Regional - mas sim com a concepção geral que o Governo e a Secretaria têm dum conjunto de medidas que deverão ser tomadas para prevenir a eventual importação desta doença.

Um primeiro passo é este, um outro passo - que aliás tem vindo a ser discutido no seio da Comissão Técnica de Certificação de carne e também com as associações de produtores, não somente agora, mas já o ano passado em antecipação a estas questões - é a aplicação de restrições ao regime de importação de bovinos.

Neste momento, está em processo de audição, junto das associações de produtores, uma proposta de portaria que revê as condições de importação. Depois de terminado esse processo formal de audição, é evidente que iremos publicar medidas que, de uma forma consensual, nos permitam salvaguardar, também por essa via, os interesses da Região.

Muito obrigado.

**Presidente:** Para uma intervenção tem a palavra o Deputado Élio Valadão.

**Deputado Élio Valadão (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Antes de mais, é preciso não esquecermos o que é que estamos aqui a discutir. É preciso ter presente que o diploma visa proibir a utilização de proteínas derivadas de tecidos de mamíferos, na alimentação de ruminantes.

Ao fim e ao cabo o que se pretende é evitar que através de determinadas rações, que utilizam proteína de origem animal, possa provocar a contaminação dos animais, nomeadamente com BSE.

Por outro lado, inclui-se aqui a farinha de aves de capoeira, visto que, esta farinha poderá provocar uma contaminação cruzada.

Esta é a questão central do diploma. Entretanto, passamos a discussões laterais, que não estão visadas na proposta.

Em relação ao Grupo Parlamentar do Partido Socialista e tendo em conta as intervenções dos Srs. Deputados Paulo Valadão e António Almeida, parece-nos que seria de avaliar de imediato, dentro do possível, as possibilidades de interdição e na impossibilidade de interditar a importação de animais, no mínimo se pensasse na possibilidade de desincentivar a importação de animais, visto que, o nível genético dos animais nas nossas explorações, já é bastante aceitável e penso eu de que esse nível genético poderá ser corrigido para melhores valores, através da inseminação artificial e através de fortes incentivos a essa mesma inseminação.

Portanto, esta é a posição do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, mas como disse, poderão surgir ainda situações de excepção que possam necessitar de apoios à importação de animais de elevado valor genético, pois quem sabe se nalgumas ilhas, em que esse potencial ainda não é o aceitável, seria uma questão a discutir e a ponderar de forma séria e consciente.

**Presidente:** Para uma segunda intervenção tem a palavra o Sr. Deputado António Almeida.

**Deputado António Almeida (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apenas pretendia um esclarecimento.

Há um outro diploma nacional - o Decreto-Lei 377/98 - que prevê no seu artigo 17.º a adaptação à Região de medidas complementares de luta contra a BSE, o que nos parece que faria todo o sentido que fizesse parte do mesmo pacote, que vem a ser complementado com o diploma que sustenta uma das vossas Propostas de Decreto Legislativo Regional.

Gostaríamos de saber por que razão é que este Decreto-Lei nacional ainda não mereceu adaptação à Região.

**Presidente:** Não havendo mais intervenções vou pôr à votação o diploma.

Os Srs. Deputados que concordam mantenham-se por favor como estão.

**Secretário:** O diploma foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** Como sabem não há discussão na especialidade.

O diploma baixa à Comissão de Economia, Finanças e Plano, para redacção final.

Segundo diploma: "**Medidas de defesa de saúde pública animal no domínio das encefalopatias esponjiformes**".

Está aberta a discussão, na generalidade deste diploma e, esse, sim, tem uma proposta de alteração para o art.º 2.º.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente.

**Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente** (*Fernando Lopes*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Estamos neste caso a tratar da forma como se dispõe os chamados materiais de risco.

Neste caso são medidas, simultaneamente, de defesa da saúde pública e saúde animal.

Em termos gerais os princípios que são consagrados, ao nível nacional, são os mesmos que estão consagrados nesta Proposta de Decreto Legislativo Regional. É evidente que há aqui especificidades, a nível regional, que são consagradas, nomeadamente, a dispersão entre ilhas e a capacidade nas diferentes ilhas de se fazer disposição por determinados meios. Daí que seja proposta a inutilização com determinadas substâncias, são substâncias termo-resistentes, neste caso, o petróleo, a cal, a lixívia e substâncias afins, e também o enterramento na forma como é definido na Portaria 965/92, a nível nacional, ou seja, a determinadas profundidades.

Do ponto de vista orgânico, é feita a transcrição de competências para a Direcção Regional do Desenvolvimento Agrário, a Inspecção Regional das Entidades Económicas e a Direcção Regional de Saúde.

Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

**Paulo Valadão** (*PCP*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Nós estamos de acordo, no fundamental, com a filosofia do diploma, que é no fundo aquilo que foi legislado a nível nacional, e como aqui tem sido dito, é procurar salvaguardarmo-nos de sermos atingidos pela BSE.

No entanto, há um aspecto que nos preocupa e daí termos apresentado uma Proposta de Alteração para o n.º 2 do art.º 2.º.

Vou procurar debruçar-me mais pormenorizadamente sobre esta matéria.

No art.º 2.º, n.º 1, e muito bem, os produtos interditos são inutilizados, de acordo com a proposta, com petróleo, cal, lixívia ou substância afim. Tudo bem, estamos de acordo, pensamos que está salvaguardo.

No entanto no n.º 2, desse art.º. 2.º diz que estes produtos poderão ser ainda destruídos. Portanto, a concepção que aqui está expandida é que eles poderão ainda ser destruídos, mas não os obriga a isso. Nós entendemos, que se, de facto, se quer salvaguardar e se quer que haja segurança máxima, estes produtos têm obrigatoriamente de ser destruídos.

A nível nacional, havia a possibilidade de cremação. Nós entendemos que no caso concreto da Região Autónoma dos Açores é aceitável e, aliás não há outra solução senão o enterramento.

O que nós pensamos é que deverá ser feito o enterramento de acordo com a Portaria de 92. É evidente que isto, de acordo com a nossa Proposta, é um aumento substancial de despesas, é também uma preocupação em relação à salvaguarda. Agora, o que pensamos é que não podemos, nem seria tão pouco aceitável internacionalmente, nós fazermos a inutilização dos produtos e depois não seguir toda a tramitação normal, de efectiva consequência desta inutilização. Não faz sentido fazer a inutilização e depois não fazer a destruição efectiva e esta, no caso dos Açores, tem de ser feita através do enterramento.

**Presidente:** Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado António Almeida.

**Deputado António Almeida (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apenas para confirmar a nossa concordância em relação à Proposta de Alteração apresentada pelo Sr. Deputado Paulo Valadão, porque se queremos garantias, faz todo o sentido que não se fique apenas pela inutilização, mas sim pela destruição dos considerados produtos interditos.

**Presidente:** Não havendo mais intervenções vou pôr à votação na generalidade o diploma.

Os Srs. Deputados que concordam mantenham-se por favor como estão.

**Secretário:** O diploma foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** De acordo com o nosso Regimento vou pôr agora à discussão na especialidade o art.º 2.º, ou seja o único que tem uma Proposta de Alteração.

Está à discussão o art.º 2.º.

Tem a palavra o Deputado Élio Valadão.

**Deputado Élio Valadão (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista, entende que tem todo o cabimento a alteração proposta pelo Partido Comunista Português, até porque em algumas ilhas poderão existir dificuldades em encontrar aterro sanitário e, por esse motivo, esta será a única forma que se tem para ultrapassar esse problema. Parece-nos ainda que, quer os produtos contaminados, que felizmente não serão encontrados na Região, quer nos demais produtos que poderão fazer a transmissão da doença que deverão ser destruídos e enterrados.

**Presidente:** Se bem entendi o sentido da Câmara, então poria à votação o art.º 2.º já com a Proposta de Alteração do Partido Comunista Português.

Os Srs. Deputados que concordam mantenham-se por favor como estão.

**Secretário:** O art.º 2.º foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** Passemos agora à votação final global do diploma.

Os Srs. Deputados que concordam mantenham-se por favor como estão.

**Secretário:** O diploma foi aprovado em votação final global por unanimidade.

**Presidente:** O diploma baixa à Comissão de Economia, Finanças e Plano, para redacção final.

**Presidente:** Passemos agora ao último ponto da nossa ordem do dia, ou seja a **"Proposta de Decreto Legislativo Regional que define o regime de autonomia, administração e gestão dos estabelecimentos do 2.º e 3.º ciclos dos ensino básico e secundário, bem como das escolas básicas integradas"**.

Está aberta a discussão na generalidade.

Para apresentar o diploma tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais.

**Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais (Álamo Meneses):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O diploma que agora foi posto à discussão, visa legislar no respeito pelos princípios fundamentais do Decreto-Lei 115-A/98. Portanto, é uma Lei Geral da República, na matéria respeitante à gestão e autonomia das escolas.

Este diploma tem como objectivos fundamentais o seguinte:

- a unificação dos modelos de gestão, criar na RAA um modelo que seja aplicável a todos os tipos de escola, desde o ensino pré-escolar até ao ensino secundário, incluindo os conservatórios e todas as modalidades de ensino;
- consolidar o sistema educativo, criando através deste modelo a possibilidade de termos um sistema educativo que seja coerente e articulado;
- dar corpo aos conselhos locais de educação e à participação das autarquias, da sociedade civil na gestão do sistema educativo;
- permitir o reequacionamento do ensino artístico;
- evitar as nomeações para os cargos de gestão e a consequente desresponsabilização da comunidade escolar pela gestão das escolas;
- consolidar as autonomias das escola, alargando o regime de autonomia, que já foi aplicado na Região pelo Decreto Legislativo Regional 1/98/A;
- reorganizar a estrutura pedagógica das escolas, criando os departamentos curriculares e extinguindo os grupos monodisciplinadores, que ainda existem nas nossas escolas;
- enquadrar os serviços especializados na área da educação como, por exemplo, o Centro de Apoio Tecnológico à Educação, e outro que se queiram criar, no sistema educativo e acabando com a figura, que ainda hoje existe, dos serviços externos da Secretaria Regional da Educação e Assuntos Sociais.

Em suma, o que estamos aqui a propor é - passados 20 anos, da entrada em vigor do Decreto-Lei nº. 338/79, que transferiu para a Região as competências, na área da educação - o estabelecimento do regime jurídico específico para o sistema educativo açoriano, sem violar os princípios fundamentais do Decreto-Lei nº. 115-A/98, atendendo de forma global às características, e diria mesmo, à arquitectura do nosso sistema educativo.

Este diploma vem, aliás, na sequência do Decreto Legislativo Regional nº. 14/98/A, de 4 de Agosto, que criou o regime de organização e funcionamento da rede de

educação pré-escolar na Região Autónoma dos Açores, legislando também no respeito pelo estabelecido numa Lei Geral da República, neste caso o Decreto-Lei nº. 147/97 - Bases da gestão da educação pré-escolar, na Região.

Portanto, não se trata de fazer uma simples adaptação à Região, trata-se sim, de legislar no respeito pelos princípios fundamentais de uma Lei Geral da República, como aliás esta Câmara já o fez na Primavera passada, através da aplicação dos princípios de um Decreto sobre a educação pré-escolar.

É isso que é feito, é esse o objectivo. O diploma já foi objecto de uma longa negociação, quer com as entidades e parceiros educativos, quer com a Comissão e por isso já é de todos bem conhecido.

**Presidente:** Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Valadão.

**Deputado Jorge Valadão (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sem pôr em causa o conteúdo dessa iniciativa legislativa, por parte do Governo, o Partido Social Democrata, vai abster-se. E vai abster-se não pela sua substância, mas por uma questão estritamente formal.

Nós, temos dúvidas sobre a constitucionalidade deste diploma e, como tal, vamo-nos abster, apenas e tão só, por essa razão.

Não votamos contra, mas temos dúvidas e damos o benefício da dúvida. Este é um teste que é feito à nossa capacidade legislativa, mas entendemos que, por outro lado, a par destas dúvidas que nos são colocadas, a própria estrutura do diploma não é aquela que consideramos a mais adequada.

Por um lado, houve a preocupação de quase transcrever artigos desse 115/98 e houve a preocupação de, para não transcrever, trocar palavras e chegámos à situação caricata de autonomia deixa de ser um poder para ser uma capacidade.

O diploma nacional diz que a autonomia das escolas é o poder. Aqui no diploma apresentado pelo Governo, deixa de ser poder. É a primeira vez que eu vejo que a autonomia é discutida como uma capacidade de dar poder e, portanto, entendemos que este diploma em si, poderia, na nossa perspectiva, e aí não haveria as dúvidas que nós colocamos em termos de inconstitucionalidade, de deixar ficar como está as normas que entendemos que se devem aplicar directamente à Região e adaptar

naquelas partes em que a Região e o Governo Regional entendem que merecem tratamento específico e então, sim, a nossa posição poderia ser outra, em relação a este diploma.

Face às dúvidas que temos e fundamentalmente às do diploma em si o Grupo Parlamentar do PSD abster-se-á.

**Presidente:** Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Menezes.

**Deputado Fernando Menezes (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em relação a esta matéria que acabou de falar o Sr. Deputado Jorge Valadão eu gostaria de dizer que, quando eu li este diploma tive, exactamente, essa reacção. Depois comecei a trabalhar o diploma, comecei a confrontar as normas constitucionais actuais, após a última revisão, confrontei também com o nosso Estatuto, após a revisão e cheguei à conclusão que realmente não estávamos perante uma situação de inconstitucionalidade.

Estamos talvez pela primeira vez, neste novo quadro constitucional e estatutário, a exercer uma competência que nos parece possível e creio que alguns dos problemas que se colocaram anteriormente desapareceram, são respeitados os princípios orientadores das leis gerais da república.

Relativamente a um aspecto que o Sr. Deputado focou, que julgo interessante, que se baseia na transcrição de artigos, vamos ver o que é que acontece. Eu penso que vale a pena exercitar esta capacidade e, portanto, isso que acontecia à luz daqueles diplomas, que eu referi anteriormente, após a revisão, pode ser que não aconteça.

Para concluir acho que vale a pena exercitar estas capacidades que ganhámos e conquistámos recentemente.

**Presidente:** Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

**Deputado Paulo Valadão (PCP):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Há pouco, numa das questões anteriores, referi a dúvida que se coloca em relação à legalidade e constitucionalidade deste diploma.

Efectivamente, temos de ter em conta a revisão constitucional - e temos em conta isso - também temos de ter em atenção a revisão do nosso Estatuto - e também temos isso



em conta - por isso mesmo dá-nos a impressão que poderá haver abertura para, efectivamente, se fazer o que se faz com este diploma, ou seja, desenvolver a Lei a nacional, mas, aqui há um aspecto - respeitando o princípio de bases - que é a transcrição, salvo erro de dois ou três artigos, ou parte desses artigos, por exemplo concretamente o art.º 5.º n.º 2.

Da minha parte e da parte do PCP queremos assumir este risco, porque penso que, efectivamente, nós, Assembleia Legislativa Regional, tivemos um processo interveniente na Revisão da Constituição e na Revisão do Estatuto, e aqui sempre defendemos que, de facto, no capítulo legislativo, esta Assembleia tem de procurar ter capacidade de intervenção na sociedade açoriana. Pensamos que o entendimento tem de ser o entendimento facto destas matérias.

Nesse capítulo, estamos a correr um risco. Risco esse que, pela nossa parte, vai ser assumido, pois vamos votar favoravelmente na generalidade esta Proposta de Decreto Legislativo Regional. Na especialidade havemos de fazer algumas considerações e apresentaremos três propostas de alteração, em relação a esta proposta.

**Presidente:** Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Sousa.

**Deputado Francisco Sousa (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Uma intervenção rápida, apenas para dizer que, com esta Proposta, entendemos que se fecha um ciclo na organização e estrutura da rede escolar.

Com ela fechamos o ciclo da atribuição da autonomia pedagógica, administrativa, patrimonial e cultural às escolas.

Com ela iniciamos um novo ciclo, isto é, com ela iniciamos o ciclo onde não mais haverá nomeações nas escolas da Região Autónoma dos Açores. Mais nenhum Governo poderá nomear, seja quem for, para seja o que for, em qualquer escola dos Açores.

Esta é uma mudança que consideramos fundamental, nesta estrutura, associada às outras que fizemos da reestruturação da rede escolar e dos órgãos de gestão das áreas escolares. Consideramos que com esta proposta encerramos um ciclo, ficando apenas por resolver duas pequenas situações, mas a grande gestão das escolas, a grande reforma - e como aqui foi mencionado várias vezes - a grande revolução do sistema,

foi feito com este diploma e de Santa Maria ao Corvo todas escolas poderão exercer a democracia.

Com o diploma nacional, escolas como as do Corvo ou do Topo em S. Jorge, não exercerão democracia, porque não têm condições para obedecer às regras do Decreto-Lei 115, para fazer as eleições.

Penso que haverá alguns sítios que é difícil - escolas como a de Santa Cruz das Flores, Santa Cruz da Graciosa ou mesmo Velas - cumprir o Decreto-Lei 115. Esta é uma situação em que penso que é legítimo que esta Casa legisle, e não só legisle, que regule. Nós regulamentamos porque criamos aqui e desenvolvemos um órgão que sempre considerámos fundamental, quer nos documentos que nos conduziram à eleição, quando fizemos o documento chamado "Acordo da Nova Autonomia", quer quando esta Assembleia aprovou o Programa do Governo, obrigando-se à criação de Concelhos Locais de Educação, estruturas onde vão participar, pela primeira vez, entidades como as autarquias, que estavam desligadas das escolas.

Por outro lado, com esta proposta cria-se o órgão que, essencialmente, vai governar as escolas - a assembleia de escola - órgão esse que, efectivamente, vai deliberar sobre os principais documentos da escola, desde logo, o seu projecto educativo, o seu regulamento interno, os acordos de autonomia, bem como o seu plano de actividades. Pela primeira vez há nas escolas um órgão onde, desde as autarquias locais aos pais e às forças vivas da localidade, vão definir e aprovar os documentos da escola.

Pela primeira vez vão, efectivamente, participar com igualdade de direitos em relação ao corpo docente da escola. É um órgão formado com 50% de professores e os restantes 50% das outras entidades, que pela primeira vez vai participar e colaborar na vida da escola.

Esta proposta dá ainda cumprimento aos princípios orientadores do Decreto-Lei 115, sobretudo num aspecto que consideramos fundamental, que é a prevalência do pedagógico sobre o administrativo. Este diploma vai mais além do Decreto-Lei 115, temos a noção clara disso, mas também essa foi a opção desta Região, quando aprovou todos os outros diplomas anteriores e que estão em vigor.

Por último, quero dizer que, com este diploma, haverá uma valorização dos órgãos de gestão e administração das escolas. Aqui é proposta uma melhoria das condições do

exercício do mandato democrático de todos esses órgãos, ficando apenas por regulamentar as estruturas de apoio à escola, no que diz respeito a essas condições no exercício de funções.

Pensamos, portanto, que - independentemente de poder fazer mais uma afirmação - esta Assembleia não é a primeira vez que irá testar uma Lei Geral da República depois de feita a Revisão Constitucional.

Nós aprovámos aqui e está em vigor o Decreto Legislativo Regional n.º 14/98/A, publicado no dia 4 de Agosto, onde se diz - e dissemo-lo conscientemente - no seu preâmbulo que, considerando os termos do n.º 5, do art.º 112, da Constituição, o Decreto-Lei 147/97, de 11 Julho é uma Lei Geral da República.

Então, esta será, pelo menos, a segunda vez que vamos fazê-lo, embora reconheça também, numa perspectiva diferente pois ao 147/97 foi dado um tratamento diferente. Embora tenhamos legislado do primeiro ao último artigo, reconheço que há algumas situações que são ligeiramente diferentes. Mas tenho consciência disso. Tendo consciência de que se este passou, julgo que devemos insistir e continuar neste processo de, paulatinamente, irmos testando as nossas capacidades legislativas e, sobretudo, não esquecer que a Região Autónoma dos Açores é a única que tem treze áreas escolares, mais nenhuma região do país; treze escolas básicas integradas, mais nenhuma região do país tem essa estrutura, mantendo-se também, por outro lado, as 23 escolas do 2.º e 3.º ciclo e secundário.

O nosso pensamento é que, no decurso dos próximos 3 a 6 anos, o grosso das escolas da Região serão escolas básicas integradas e, portanto, iremos caminhar para aí com esta Proposta.

**Presidente:** Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Victor Cruz.

**Deputado Victor Cruz (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Peço a palavra para fazer uma intervenção muito rápido, não para repetir aquilo que já aqui foi dito pelo meu colega Jorge Valadão, não para falar do conteúdo temático deste diploma, mas, pelo menos, para que fique registado no Diário das Sessões, algo que, porventura, poderá ser mal interpretado, de algumas intervenções que foram aqui proferidas.

É preciso ter consciência que o grande "caos" em matéria legislativa, resultante da "Revisão Constitucional" e depois também plasmado no Estatuto, na sequência dessa revisão, não se averigua, não se exerce, por podermos repetir ou não artigos.

O que nós estamos, quanto muito, é exercitando ou tentando desafiar os fiscalizadores das leis e da constitucionalidade, não é essencialmente sobre esta questão, porque a diferença do que era antes para o que é agora, é que se antes tínhamos de respeitar leis gerais da República, em toda a sua extensão, agora apenas temos de respeitar os seus princípios fundamentais e, não é assim que se testa. Testa-se não é transcrevendo, testa-se é, justamente, contrariando um conjunto de normas de uma Lei Geral da República, sendo certo que se respeite os princípios. É preciso que isso fique claro, para que não fique também aqui, por causa deste diploma, uma visão redutora daquilo que se alcançou. É porque às vezes poderemos pensar, que estamos a fazer um verdadeiro teste a uma nova capacidade legislativa, quando estamos a fazer algo que fica muito aquém daquilo que se ganhou.

Esta Assembleia terá certamente muitas oportunidades para testar, verificar, diria mais, legislar na amplitude que ela realmente merece.

Quando o Sr. Deputado Jorge Valadão fez referência a uma questão que nos trazia dúvidas, no fundo foi porque nós achámos que a forma de testar essas competências neste diploma não é a melhor. Poder-se-ia ter feito de outra maneira, testando à mesma as novas competências legislativas. É esta a nossa apreciação mais crítica, embora não o suficiente para nos opormos às medidas que agora são propostas.

Muito obrigado.

**Deputado José Maria Bairos (PSD):** *Muito bem! Muito bem!*

**Presidente:** Concluída a discussão na generalidade vou pôr o diploma à votação.

Os Srs. Deputados que concordam mantenham-se por favor como estão.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

**Secretário:** A Proposta foi aprovada com 21 votos a favor do PS, 1 voto a favor do PCP, 21 abstenções do PSD e 2 abstenções do PP.

**Presidente:** Passemos agora à discussão na especialidade.

Está aberta a discussão para o art.º 1.º.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

**Deputado Paulo Valadão (PCP):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Nós vamos votar favoravelmente a Proposta de Alteração, que nos vem da Comissão aliás, em todos os artigos, onde aparece esta alteração vamos votar favoravelmente, ou seja, a Comissão propõe que em vez de se usar o termo "estabelecimentos do 2.º e 3.º ciclo do ensino básico", se use o termo "escola".

Nós da nossa parte e muito conscientemente vamos votar este termo "escola", porque entendemos que a escola é muito mais abrangente do que o estabelecimento. A escola vem de acordo com toda a filosofia desta matéria, segundo a qual, ela tem de ser muito mais do que um estabelecimento, do que um edifício, e por isso mesmo, pensamos que foi de boa política esta alteração de estabelecimento do 2.º e 3.º ciclo do ensino básico, que vinha na proposta, ter passado efectivamente a escola, daí o nosso voto favorável.

**Presidente:** Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Sousa.

**Deputado Francisco Sousa (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Se repararem no trabalho que fizemos na Comissão verificam que até ao art.º 6.º substituímos sempre a palavra "estabelecimento de ensino" por "escola", na medida em que era unidade orgânica. Por isso vamos votar estes artigos com esta intenção e desde já recomendamos à comissão de redacção que em todo o resto do diploma faça essa alteração.

**Presidente:** Vou pôr à votação o art.º 1.º.

Os Srs. Deputados que concordam mantenham-se por favor como estão.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

**Secretário:** A Proposta foi aprovada com 22 votos a favor do PS, 2 votos a favor do PP, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do Sr. Deputado Independente e 22 abstenções do PSD.

**Presidente:** Para o art.º 2.º existem duas propostas, uma da Comissão e outra apresentada pelo Sr. Deputado Paulo Valadão.

Está aberta a discussão para este artigo.

Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Sousa.

**Deputado Francisco Sousa (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Nós discordamos da proposta apresentada pelo PCP, porque entendemos que, quer a estrutura administrativa com responsabilidade regional, ou seja, a Direcção Regional da Educação, quer os órgãos da escola devem poder fazer proposta para a passagem da escola.

Com a proposta apresentada pelo PCP inibe-se que a Administração possa apresentar uma proposta, proposta esta que, de acordo com a alínea c), deste mesmo artigo, tem de obrigatoriamente ser votada por todos os órgãos e aprovada por todos os órgãos de gestão da escola. Resumindo, o que a Proposta do PCP prevê é a impossibilidade da Administração poder propôr à escola uma outra reforma organizativa.

O que nós entendemos aqui é que essa capacidade deve poder partir de qualquer um dos órgãos da escola ou da administração, porque, quer uma posição, quer outra, tem de ser sempre sujeita a aprovação dos órgãos da escola e à sua votação favorável.

Com essa indemnização, diríamos, no fundo, que assim a administração Regional não pode apresentar propostas e nós entendemos que deve poder, porque essa proposta tem de ser aprovada pelos órgãos da escola.

É esta a razão pela qual não aceitamos.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

**Deputado Paulo Valadão (PCP):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Nós propomos uma proposta de alteração à alínea a), n.º 2.º, no sentido de que efectivamente - como disse e interpretou muito bem o Sr. Deputado Francisco Sousa - a iniciativa da constituição das escolas básicas integradas, possa ser proposta por qualquer um dos órgãos, de qualquer um das escolas em causa. Nós entendemos que a capacidade de formar escolas básicas integradas tem de partir das escolas e não da Administração. Aliás, Srs. Deputados temos já no curto prazo, experiências muito tristes de propostas destas vindas da Administração. Nessa altura não havia...

*(Apartes inaudíveis da bancada do PS).*

**O orador:** Os Srs. Deputados conhecem. Conhecem o caso da escola da Horta. Não precisa tanta admiração, porque eu não posso repetir aqui aquilo que foi dito também pelos Srs. em relação a essa matéria.

Portanto, aquilo que se passou há um ano e algum tempo, foi, exactamente, isto que está aqui proposto pelo Governo Regional, no sentido da Direcção Regional da Educação poder propôr.

Agora está mais salvaguardado, e este mais salvaguardado é que as condições estão diferentes. No entanto, apesar das condições serem diferentes, nós pensamos que não se deve correr riscos em relação a esta matéria.

Nós pensamos que, a propositura da formação das escolas básicas integradas, tem de partir das escolas e no caso concreto as escolas ficam com uma série de órgãos directivos, com a possibilidade de fazer a proposta.

Se votássemos o caso concreto do Faial, teríamos uma série de órgãos, qualquer um deles poderia fazer a proposta, o que era necessário era cumulativamente verificar-se o que é que se passava em relação à aprovação.

Por isso mesmo pensamos que é absolutamente desnecessário que haja a interferência da Administração. Por conseguinte, a nossa proposta é no sentido de que a iniciativa parta, efectivamente, de qualquer um dos órgãos envolvidos.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Sousa.

**Deputado Francisco Sousa (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Este é, efectivamente, um dos artigos onde se mostra a democraticidade de todo este processo.

Pela primeira vez, a Administração é impedida de fazer aquilo que fez na Escola Preparatória da Horta. A Escola EB2,3 da Horta, não pode nunca passar a escola básica integrada, sem que as suas estruturas assim o votem. Aquilo que está escrito é que a proposta de constituição seja aprovada por todos os órgãos de direcção, gestão e administração da escola. Todos os órgãos tem que aprová-la. A situação que se verificou na Horta era completamente distinta, isto é, a legislação era absolutamente omissa, não tinha nada a ver com isto, e era discricionário da Administração não só propor como fazer.

Neste momento, aquilo que o PCP está a propor é que a Administração não possa propor, que os órgãos da escola "X" discutam, se podem ou não, passar para escola básica integrada.

Julgo que esta é uma situação que não deve ser vedada a nenhum dos parceiros do processo. Os dois parceiros do processo são: os órgãos da escola e a administração.

O que estamos a fazer é impedir a Administração de propor à escola que vote uma proposta isto é impedir a Administração de apresentar uma proposta.

Isto não terá o nosso voto favorável, porque não nos passa pela cabeça que em democracia, seja tão grande, tão grande, que impeça um dos parceiros fundamentais de apresentar propostas. Se essa proposta não tivesse de ser votada e aprovada por todos os órgãos da escola, sim senhor, Sr. Deputado Paulo Valadão, o que acontece é que tem de passar por estes órgãos. Portanto, se tem de passar, por que é que qualquer uma das entidades não pode apresentar proposta? Apresentar a proposta, porque os outros vão ter de votá-la.

**Presidente:** Não havendo mais intervenções para o art.º 2.º, vou pôr à votação a proposta de alteração da Comissão.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como estão.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

**Secretário:** A Proposta foi aprovada com 22 votos a favor do PS, 1 voto a favor do Sr. Deputado Independente, 1 voto a favor do PCP; 22 abstenções do PSD e 2 abstenções do PP.

**Presidente:** Fica assim prejudicada a proposta apresentada pelo Sr. Deputado Paulo Valadão.

Passemos agora ao art.º 3.º, ou preferem que eu ponha os artigos 3.º, 4.º e 5.º à votação?

Vou pôr à votação os artigos 3.º, 4.º e 5.º, com as alterações decorrentes da proposta da Comissão.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como estão.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.



**Secretário:** A Proposta foi aprovada com 22 votos a favor do PS, 1 voto a favor do Sr. Deputado Independente, 1 voto a favor do PCP; 22 abstenções do PSD e 2 abstenções do PP.

**Presidente:** Passemos agora ao art.º 6.º, para o qual há duas propostas de alteração, uma da Comissão e outra subscrita pelo Sr. Deputado Paulo Valadão.

Está aberta a discussão para este artigo.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

**Deputado Paulo Valadão (PCP):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Para o art.º 6.º nós propomos que a administração da escola, nos seus princípios orientadores, se subordine também à responsabilidade da Região, além dos diversos intervenientes no processo educativo.

Aliás, em relação a esta matéria, a nível nacional, existe a reponsabilização do Estado e entendemos que, do mesmo modo, aqui se deve fazer o mesmo relativamente à Região.

Desde já quero requerer ao Sr. Presidente que esta alínea seja votada em separado e quero ainda lamentar o facto do Sr. Presidente - e por distração minha - não ter feito exactamente a mesma coisa anteriormente, porque estamos num grande conjunto de alíneas, e pelo facto de nós apenas tocarmos numa alínea, requeiro esta votação em separado.

**Presidente:** Eu pus à votação, mas com a anuência da Câmara.

Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Sousa.

**Deputado Francisco Sousa (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apenas para dizer que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista vai votar favoravelmente a proposta para a alínea c), apresentada pelo PCP, na medida em que ela só vem precisar mais a alínea c).

O que estava previsto na redacção era a responsabilização dos diversos intervenientes no processo educativo e a Proposta do PCP diz: "a responsabilização da Região e dos diversos intervenientes", pelo que estamos perfeitamente de acordo e iremos votá-la favoravelmente.

**Presidente:** Correspondendo ao pedido do Sr. Deputado Paulo Valadão, vou pôr à votação a alínea d) do art.º 6.º e depois porei o resto, pois tornar-se-à mais fácil a nossa votação.

Portanto vou pôr à votação a alínea d) do art.º 6.º da proposta apresentada pelo Sr. Deputado Paulo Valadão.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como estão.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

**Secretário:** A Proposta foi aprovada com 22 votos a favor do PS, 1 voto a favor do Sr. Deputado Independente, 1 voto a favor do PCP; 22 abstenções do PSD e 2 abstenções do PP.

**Presidente:** Vou pôr agora à votação o restante corpo do art.º 6.º, e a Proposta de alteração da Comissão.

Os Srs. Deputados que concordam mantenham-se por favor como estão.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

**Secretário:** A Proposta foi aprovada com 22 votos a favor do PS, 1 voto a favor do Sr. Deputado Independente, 1 voto a favor do PCP; 22 abstenções do PSD e 2 abstenções do PP.

**Presidente:** Vou pôr agora à votação uma proposta de eliminação para o art.º 7.º.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como estão.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

**Secretário:** A Proposta foi aprovada com 22 votos a favor do PS, 1 voto a favor do Sr. Deputado Independente, 1 voto a favor do PCP; 22 abstenções do PSD e 2 abstenções do PP.

**Presidente:** Passemos agora aos art.ºs 8.º e 9.º.

Está aberta a discussão.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

**Deputado Paulo Valadão (PCP):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar quero requer que seja analisado artigo por artigo.

**Presidente:** Em separado?

Artigo 8.º, está à dsicussão.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

**Deputado Paulo Valadão (PCP):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Esta proposta, em nosso entender, uma das grandes inovações que tinha, no sentido de ser, efectivamente, o desenvolvimento de uma Lei de Bases, era o facto de conceber para a Região, como órgão de administração, o Conselho Executivo e não a figura de Director.

No entanto, a Comissão entendeu que deveria retirar ou "chumbar" a Proposta apresentada pelo Governo e substituí-la, "ipsis verbis", pelo Decreto-Lei em causa.

Pela nossa parte queremos votar que, como órgão do estabelecimento de ensino, seja apenas aquilo que o Governo Regional propôs - o Conselho Executivo. Por isso mesmo queremos requerer ao Sr. Presidente que a alínea b), do n.º 2 do art.º 8.º, seja votada separadamente do restante corpo do artigo.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Sousa.

**Deputado Francisco Sousa (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Para dizer que a Comissão não "chumbou" a Proposta do Governo, apenas aditou o "Director Executivo" à Proposta do Governo.

A proposta que vinha do Governo apenas tinha como órgão executivo o "Conselho Executivo". Do debate existente na comissão, da audição dos parceiros sociais, a Comissão entendeu introduzir a figura de "Director Executivo".

Além do mais, também já posso adiantar, parece que há, pelo menos uma escola, que está a pensar em adoptar esta figura prevista no Decreto-Lei 115.

Estamos à vontade, porque pensamos e defendemos, noutras áreas, uma situação diferente.

Aqui, pensamos que a democracia deve ser participativa e tal como foi dito na Comissão, se não me falha a memória, pelo Sr. Deputado António Meneses, que comparava a figura de "Director Executivo", no seu acto eleitoral, na sua democraticidade ao Presidente da República.

Pelo facto de ser um órgão unipessoal não deixa de ser democrático, porque tem de passar por todos os trâmites, por todo o processo eleitoral, à semelhança do Conselho

Executivo. A diferença que existe é que é um órgão unipessoal. Nós não temos problema nessa situação, porque desde que seja eleito democraticamente - apresenta a sua candidatura, o seu programa de acção - a escola é que vai através do seu regulamento interno e por votação, definir o sistema de gestão que pretende, se pretende "Conselho Executivo" ou "Director Executivo".

É, digamos, um acto duplo de democraticidade, na medida em que os órgãos da escola são os primeiros a definir o sistema que querem e depois têm de fazer eleições para esse próprio sistema.

Pensamos que é absolutamente democrático. São opções, naturalmente, e essa opção, neste caso, uma vez mais entendemos que deve pertencer à escola e não à Administração. Neste caso, deixem-me que chame aqui à Assembleia Administração e era a Administração que, à partida dizia que não poderia haver um "Director Executivo".

Foi esta discussão que fizemos na Comissão e foi fruto - repito uma vez mais - da audição dos parceiros sociais que nos conduziu a esta posição.

Também, se me permite Sr. Presidente, queria dizer que a partir deste artigo 8.º todas as vezes que se diz "Conselho Executivo", diz-se e/ou "Director Executivo".

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

**Deputado Paulo Valadão (PCP):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Sr. Deputado Francisco Sousa, tem toda a razão, quando refere o aspecto democrático da eleição do director. Realmente é uma realidade e eu isso não contesto. No entanto todos nós sabemos, essencialmente aqueles que andaram mais ligados ao ensino, que neste momento, passados 25 anos de democracia neste país, estas figuras de director, de reitor etc., tem determinada conotação, quer queiramos, quer não. Isto faz parte da nossa geração e da geração daqueles professores que têm a nossa idade. Portanto, quando há professores que me dizem "ainda bem que a proposta do Governo só traz Conselho Executivo" e quando esses mesmos professores me telefonam a dizer "Oh Sr. Deputado, cuidado porque vocês na comissão voltaram a ressuscitar o Director!". É uma reacção natural e normal.

Eu aqui, neste momento, quero representar esse conjunto de professores que me disseram "nós não queremos ouvir falar mais em directores!".

Têm esse direito e eu quero aqui tomar uma posição coerente com a mensagem que recebi, embora admitindo perfeitamente que estamos neste momento, não a nomear os antigos directores ou reitores, que são órgãos democráticos, mas o que não podemos é apagar com uma esponja todo o passado e quer queiramos, quer não, continua e continuará ainda mais alguns anos na nossa memória.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Aurélio da Fonseca.

**Deputado Aurélio da Fonseca (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apenas para corroborar o que já aqui foi dito pelo Sr. Deputado Francisco Sousa.

Efectivamente, neste trabalho da Comissão e na sequência das audições que fizemos a todas as forças sindicais, eu queria aqui salientar que os Deputados do Grupo Parlamentar do PSD, defenderam que, esta figura do director executivo, não tem qualquer semelhança com reitores ou directores de antigas escolas comerciais ou industriais.

Portanto, não havia razão para as escolas da Região ou os professores da Região estarem com um estatuto de minoridade, porque se ao nível do continente o Governo Socialista considera a hipótese de haver um director executivo, eleito, porque é que na Região não haveríamos de dar às nossas escolas a hipótese de elegerem para a direcção executiva, um Director Executivo ou um Conselho Executivo?

Não é qualquer problema nem qualquer paralelo com o passado.

Nós lutámos por isso, foi consagrado em Comissão e concordamos plenamente com a opção que foi tomada.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Sousa.

**Deputado Francisco Sousa (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Não se trata, de forma alguma, de ressuscitar o antigo reitor. Ressuscitar não, também eu não quero, pois esses estão mortos, bem mortos, bem enterrados e quero bastante terra em cima deles, porque eu também os sofri. Portanto, não os quero aqui.

Agora a grande diferença é esta, o que eu quero é que escola é que escolha, como quer ser gerida. Esta é a primeira questão.

Segunda questão: este Director Executivo, não tem nada a ver com qualquer outro pelo seguinte: ele tem de ser eleito, tem de apresentar uma candidatura, portanto, a partir daí não há qualquer diferença.

Confirmo ainda, Sr. Deputado Paulo Valadão, que também ouvi professores que me disseram não está correcto! "Vocês estão a decidir em meu nome! A minha escola é que vai decidir a forma como quer ser organizada e não vocês, deputados, ou vocês, parlamento, ou vocês, Governo! Deixem a minha escola!" Portanto eu também recebi chamadas destas.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

**Deputado Paulo Valadão (PCP):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Só mais uma coisa em relação a esta matéria, porque ela está a ser suficientemente bem discutida.

De facto, o grande problema que eu vejo nesta matéria, é nós sermos diferentes e inovadores.

O Sr. Deputado Aurélio da Fonseca refere o facto de que a nível nacional é assim sim senhor! Exacto! Porque a lei nacional concebe assim.

A minha grande aspiração neste contexto, era que, de facto, nós fôssemos capazes de modificar muito a lei nacional.

E o Governo quis, neste capítulo, modificar a lei nacional, só que não conseguiu, porque os Srs. entenderam que assim não devia ser.

Estou de acordo com o problema democrático. Não pus isso em causa. A única coisa que eu pus em causa foi, por um lado, um passado histórico que temos e, por outro, a nossa capacidade de inovação, que nestas matérias, era bem preferível, que nós pudéssemos aqui, com base na legislação nacional, produzir algo completamente diferente.

**Presidente:** Vou pôr agora à votação a alínea b), do n.º 2, do art.º 8.º.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como estão.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

**Secretário:** A alínea b) do n.º 2, do art.º 8.º, foi aprovada com 22 votos a favor do PS, 1 voto a favor do Sr. Deputado Independente, 1 voto a favor do PCP; 22 abstenções do PSD e 1 abstenção do PP.

**Presidente:** Vou pôr agora à votação o restante do artigo.

Os Srs. Deputados que concordam mantenham-se por favor como estão.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

**Secretário:** O restante do art.º 8.º, foi aprovada com 22 votos a favor do PS, 1 voto a favor do Sr. Deputado Independente, 1 voto a favor do PCP; 22 abstenções do PSD e 1 abstenção do PP.

**Presidente:** Passemos agora ao art.º 9.º.

Está aberta a discussão para este artigo.

Não havendo intervenções vou pô-lo à votação.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como estão.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

**Secretário:** O artigo 9.º foi aprovada com 22 votos a favor do PS, 1 voto a favor do Sr. Deputado Independente, 1 voto a favor do PCP, 22 abstenções do PSD e 1 abstenção do PP.

**Presidente:** Passemos agora ao art.º 10.º.

Temos a proposta da comissão e uma proposta subscrita pelo Sr. Deputado Paulo Valadão.

Está aberta a discussão.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

**Paulo Valadão (PCP):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em relação ao art.º 10.º e à constituição do Concelho Local de Educação, nós pensamos, em primeiro lugar que, em vez de existirem dois membros da assembleia municipal, devem existir três membros, porque isto irá, em relação a muitas autarquias, por um lado definir a diferença entre aqueles que têm mais e aqueles que têm menos, por outro lado, pensamos que os membros da assembleia municipal não devem ser nomeados, devem ser eleitos, e eleitos segundo o método da média mais alta de Hondt, porque se forem nomeados dá capacidade para a Mesa de qualquer

assembleia nomear quem bem entender para este órgão, o que pensamos que não reflecte a realidade das assembleias municipais.

Em relação ao presidente da junta de freguesia também pensamos que ele deve ser eleito e não nomeado, porque esta nomeação arbitrária que, no caso concreto, seria Presidente da Mesa da Assembleia, não seria tão democrática, como se poderia desejar.

No caso do Concelho Local da Educação, abranger mais do que um concelho, entendemos que ele deve ter as pessoas provenientes dos dois concelhos, porque é a maneira dos dois concelhos serem devidamente representados no Concelho Local da Educação. Embora este órgão nestes casos seja bastante maior, pensamos que é bem preferível ele ser maior do que o que é normal, onde há apenas um concelho, mas também entendemos que assim seria mais representativo, dos dois concelhos.

**Presidente:** Não havendo mais intervenções vou pôr à votação a Proposta apresentada pelo Sr. Deputado Paulo Valadão, para as alíneas b) e c) do art.º 10.º

Os Srs. Deputados que concordam mantenham-se por favor como estão.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

**Secretário:** A proposta foi aprovada com 22 votos a favor do PS, 1 voto a favor do Sr. Deputado Independente, 1 voto a favor do PCP, 22 abstenções do PSD e 1 abstenção do PP.

**Presidente:** Vou pôr agora à votação a proposta de alteração para o n.º 4 do artigo 10.º, apresentada pelo Sr. Deputado Paulo Valadão.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como estão.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

**Secretário:** A proposta foi aprovada com 22 votos a favor do PS, 1 voto a favor do Sr. Deputado Independente, 1 voto a favor do PCP, 22 abstenções do PSD e 1 abstenções do PP.

**Presidente:** Vou pôr agora à votação os art.ºs. 11.º e 12.º.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como estão.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.



**Secretário:** Os dois artigos foram aprovados com 22 votos a favor do PS, 1 voto a favor do Sr. Deputado Independente, 1 voto a favor do PCP, 22 abstenções do PSD e 2 abstenções do PP.

**Presidente:** Vou pôr agora à votação o artº. 13º..

Se não houver nenhum inconveniente, poderíamos agregar a Secção I toda.

Isto corresponde aos artigos 13.º, 14.º, 15.º, 16.º, 17.º 18.º e 19.º.

Vou pôr à votação esse conjunto de artigos.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como estão.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

**Secretário:** Os artigos foram aprovados com 22 votos a favor do PS, 1 voto a favor do Sr. Deputado Independente, 1 voto a favor do PCP, 22 abstenções do PSD e 2 abstenções do PP.

**Presidente:** Poderíamos passar agora à Secção II, portanto os artºs. 20.º, 21.º. 22.º, 23.º, 24.º, 25.º, 26.º, 27.º, 28.º, 29.º e 30.º.

Não há nenhum inconveniente em pôr em bloco à votação este conjunto de artigos.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como estão.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

**Secretário:** Os artigos foram aprovados com 22 votos a favor do PS, 1 voto a favor do Sr. Deputado Independente, 1 voto a favor do PCP, 22 abstenções do PSD e 2 abstenções do PP.

**Presidente:** Passemos agora à Secção III, artigos 31.º, 32.º, 33.º e 34.º.

Posso pôr à votação esse conjunto de artigos?

Vou pô-los então.

Os Srs. Deputados que concordam mantenham-se por favor como estão.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

**Secretário:** Os artigos foram aprovados com 22 votos a favor do PS, 1 voto a favor do Sr. Deputado Independente, 1 voto a favor do PCP, 22 abstenções do PSD e 2 abstenções do PP.

**Presidente:** Passemos agora à Secção IV, artigos 35.º, 36.º, 37.º e 38.º.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como estão.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

**Secretário:** Os artigos foram aprovados com 22 votos a favor do PS, 1 voto a favor do Sr. Deputado Independente, 1 voto a favor do PCP, 22 abstenções do PSD e 2 abstenções do PP.

**Presidente:** Na Secção V, há a inclusão de dois novos artigos. O artigo 38.-A e 38.-B.

Querem que eu ponha tudo à votação?

Então poria o artigo 38.-A, 38.-B, 39.º, 40.º, 41.º, 42.º e 43.º.

Vou pô-los então à votação.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como estão.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

**Secretário:** Os artigos foram aprovados com 22 votos a favor do PS, 1 voto a favor do Sr. Deputado Independente, 1 voto a favor do PCP, 22 abstenções do PSD e 2 abstenções do PP.

**Presidente:** Secção VI, artigos 44.º, 45.º, 46.º, 47.

Vou pôr ainda à votação o outro capítulo, artigos 48.º, 49.º, 50.º, 51.º, 52.º, 53.º, 54.º, 55.º, 56.º, 57.º, 58.º e 59.º e os dois aditamentos 60º.-A, 60º.-B, 61.º, 62.º, 63.º, 64.º, 65.º, 66.º, 67.º, 68.º, 69.º, 70.º, 71.º, 72.º, 73.º, 74.º, 75.º e 76.º

Posso pôr à votação este conjunto de artigos?

Então vou fazê-lo.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como estão.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

**Secretário:** Os artigos foram aprovados com 22 votos a favor do PS, 1 voto a favor do Sr. Deputado Independente, 1 voto a favor do PCP, 22 abstenções do PSD e 2 abstenções do PP.

**Presidente:** O Sr. Deputado Paulo Valadão pediu a palavra para uma declaração de voto?

**Paulo Valadão (PCP):** Não Sr. Presidente. Para apresentação de um protesto.

**Presidente:** Tem a palavra para o efeito.

**Deputado Paulo Valadão (PCP):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O artigo 161º. do nosso Regimento - Ordem de votação na especialidade - consiste no seguinte:

"A ordem de votação é a seguinte:

- a) proposta de eliminação;
- b) proposta de substituição;
- c) proposta de emenda;
- d) texto discutido com as alterações eventualmente já aprovadas;
- e) proposta de aditamento ao texto votado."

Eu entendo que, da parte da Mesa, houve um erro, em relação às propostas de alteração que eu apresentei, ou seja, eram propostas de substituição de texto e deveriam ter sido votados em primeiro lugar em vez do texto discutido com as alterações já aprovadas pela Comissão que ficaria em quarto lugar.

Quero lavar o meu mais veemente protesto.

De qualquer modo sei que teria o direito de requerer à Câmara a repetição da votação, mas não o quero fazer. Quero apenas deixar claro este meu mais veemente protesto.

**Presidente:** Sr. Deputado, eu que tenho que informar a Câmara de que usei essa prerrogativa com o consentimento da Câmara.

Pu-lo à consideração por várias vezes e ninguém levantou objecções.

Passemos então agora à votação final global.

Os Srs. Deputados que concordam mantenham-se por favor como estão.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

**Secretário:** O diploma foi aprovado em votação final global com 22 votos a favor do PS, 1 voto a favor do Sr. Deputado Independente, 1 voto a favor do PCP, 22 abstenções do PSD e 2 abstenções do PP.

**Presidente:** O diploma baixa à Comissão de Juventude e Assuntos Sociais para redacção final.

Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado Aurélio da Fonseca.

**Deputado Aurélio da Fonseca (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Para além dos argumentos aqui invocados de ordem jurídica, o Grupo Parlamentar do PSD, muito embora concorde com muito do que está em substância, não queria

deixar de aqui expressar que estaria muito mais em consonância com os órgãos de administração e gestão do 2/98/A, aqui aprovado em Fevereiro, nomeadamente por razões de funcionalidade, ou seja, que a direcção estivesse a cargo de uma direcção executiva ou de um conselho directivo e não propriamente de um órgão com as dimensões como a Assembleia.

É uma posição que sempre assumimos e que queríamos deixar aqui mais uma vez salvaguardada, não obstante acharmos que é importantíssimo uma cada vez maior e mais empenhada participação dos parceiros sociais na vida da comunidade educativa na escola.

**Presidente:** Antes de encerrarmos os trabalhos, a Mesa da Assembleia queria apresentar a seguinte Proposta de Resolução ao plenário:

"A Mesa da Assembleia Legislativa Regional dos Açores propõe que a Assembleia declare findo o período legislativo de Janeiro."

Vou pôr à votação esta Proposta de Resolução.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como estão.

**Secretário:** A Proposta de Resolução foi aprovada por unanimidade.

**Presidente:** Muito boa noite. Muito obrigado pela colaboração. Uma boa viagem para casa.

*(Eram 22.25 horas).*

Deputados que faltaram à Sessão.

***Partido Socialista (PS)***

Maria de **Fátima** Rocha Furtado Moniz **Sousa**

**Guilherme** Marinho **Pinto** de Sousa

---

**O Redactor de 1.<sup>a</sup> classe, José Rodrigues da Costa**